HISTÓRIA BREVE
DA
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

POR

MANUEL MÚRIAS

LISBOA / MCMXL

HISTÓRIA BREVE
DA
COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Ao meu grande e único amor — Catharininha.
Bueno.
Rio, 24 de agôsto de 1944.

COMEMORAÇÕES CENTENÁRIAS

HISTÓRIA BREVE DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

POR

MANUEL MÚRIAS

LISBOA / MCMXL

COMISSÃO EXECUTIVA DOS CENTENARIOS

SECÇÃO DE PROPAGANDA E RECEPÇÃO

AGÊNCIA GERAL DAS COLÓNIAS

ÍNDICE

ESCLAREČIMENTO

Na maior parte das histórias de Portugal a actividade colonizadora dos portugueses aparece como acidente mal ligado, na sucessão dos factos, às outras acções internas consideradas fundamentais. Agora, nesta breve história da colonização portuguesa, procede-se ao invés, tomando como essenciais à missão de Portugal na história do mundo os Descobrimentos e a conseqüente acção colonizadora.

O autor não pretende, desta forma, escrever pròpriamente uma História de Portugal; mas sem se despedir de o fazer um dia procura recolher brevemente as mais recentes contribuïções dos investigadores nacionais ou estrangeiros, que nos últimos anos têm ido buscar aos arquivos muitos documentos esquecidos para com êles esclarecerem factos duvidosos.

O seu intento consistiu em fazer desenvolver os acontecimentos de maneira que surjam presos naturalmente aos que se sucediam na mãi-pátria, donde partiam quási

sempre os impulsos e onde se decidiam as mais das vezes os planos de acção ultramarina. Mas pròpriamente da história de Portugal no pequeno rectângulo europeu, onde se criaram e educaram os marinheiros dos Descobrimentos, os colonos, os missionários, os mercadores, os soldados, apenas se quiseram apontar os factos e lembrar os homens que mais contribuíram, uns e outros, para o desenvolvimento da acção colonizadora.

Pretende-se dar a linha geral *da acção colonizadora dos portugueses; mas sem esquecer que, nesta primeira tentativa, abundariam, até por ser primeira, as dificuldades, — e, de-certo, as insuficiências. E embora se procurasse vencê-las lançando mão das melhores informações, o Autor ficaria bem compensado se o seu esfôrço desse margem a que outros, depois, pudessem e quisessem fazer melhor.*

M. M.

INTRODUÇÃO

DURANTE quási três séculos, depois de S. Mamede (1128). Portugal organizou as condições da sua perfeita independência, desenvolvendo pertinazmente os sentimentos de nacionalidade que, logo no começo do século XII, o haviam levado a preparar vida à parte das restantes nações peninsulares. Foi um esfôrço vigoroso, em que colaboraram os Reis, a Nobreza, o Clero e os Povos, lutando muitas vezes contra as idéias mestras do tempo, e organizando pràticamente novas fórmulas jurídicas em que, para sua defesa e para seu robustecimento, fôra preciso dar a supremacia aos instintos nacionais contra a jurisprudência geralmente aceita, e contra os fermentos de desagregação interna, — tão variados e tão resistentes! — que algumas vezes depois pareceram levar a melhor.

Pode, em todo o caso, ter-se como certo que já antes de S. Mamede o Condado de Portugal apresentava características próprias que o diferenciavam vivamente das outras regiões da Península. Conscientemente ou não, os primeiros chefes portugueses entregaram-se à obra de acentuar essas características. Primeiro, foi necessário afastar as terras de Portugal do Reino de Leão e Castela: — e todos os esforços do Conde D. Henrique e, em seguida, de sua viuva, a Rainha D. Tareja, parece não tiveram outro objectivo fundamental que não fôsse

criar ou acentuar as diferenças que já existiam entre o Condado de Portugal e os reinos mal administrados pelos herdeiros de D. Afonso VI de Leão e Castela, avô do primeiro Rei de Portugal. Dessa maneira se fortaleceram as condições da independência do condado.

As próprias questões de primazia eclesiástica muito antes da fundação de Portugal travadas entre a Sé de Braga e a de Toledo, contribuíram de certo grandemente para afastar o território portucalense do resto da Península Cristã.

Provàvelmente, D. Tareja pensou em que poderia organizar a independência do condado acrescentando-lhe a Galiza; mas a rebelião de D. Afonso Henriques, que nos não atrevemos a classificar de prematura, com o seu desfecho de S. Mamede, afastou definitivamente a Galiza da comunidade portuguesa. Desde então, é que já não resta dúvida de que Portugal se encaminhava consciente para a vida autónoma; e se bem que Afonso I não desistisse logo das ambições territoriais para o norte e para leste, não tardaria muito que as preocupações fundamentais dos reis e dos povos se detivessem em alargar a terra para o sul, conquistando aos mouros o território, que logo naturalmente se ia encorporar no novo Estado. E mesmo as tentativas para a Galiza ou para leste já não podiam deixar dúvidas no espírito dos portugueses, pois se apresentavam, ao que parece, como esforços de conquista.

Todavia, Portugal aparece-nos logo nas suas origens, resultante natural da Cruzada, em que não tardaria a colaborar de forma autónoma, como se lhe tivesse sido demarcada região própria para o desenvolvimento dos seus esforços de Reconquista. De tal maneira que, mau grado as reacções naturais dos muçulmanos, e embora, constantemente, as fronteiras para o sul oscilassem, já o quinto Rei de Portugal podia chegar ao Algarve, alcançando para a nação a forma territorial que se havia de conservar até ao nosso tempo, — circunstância singular, que se não repete em mais nenhuma nação da Europa.

É bem de ver que, concluída a conquista do território, e desde que Portugal deixou de ter fronteiras directas com os mouros, a primeira preocupação dos Reis e dos Senhores passou a ser a de povoar as terras quási ermas. Chamaram-se então colonos do norte, — tanto das províncias portuguesas como das regiões estrangeiras donde, anteriormente, haviam chegado os cooperadores da Cruzada. Mas não foi preciso então iniciar novos processos, visto que, desde o comêço da dinastia, e mesmo antes, se estabelecera o costume de acomodar nas terras que iam sendo conquistadas, e onde se tornava conveniente a fundação de novos povoados, os colonos expressamente chamados para êsse fim, ou os combatentes que preferiam fixar-se como lavradores, a quem eram dadas regalias, provàvelmente conforme os serviços prestados ou os compromissos que se haviam tomado anteriormente.

Durante êste período, quando se meditam os documentos que nos ajudam a esclarecer as mais remotas condições da fundação e da organização de Portugal, fica-se com a impressão de que se sente nascer e progressivamente robustecer a alma da nacionalidade. Efectivamente, já nos mais antigos documentos se vê surgir a língua, através dos formulários latinos, ou nos vocábulos perfeitamente portugueses, que não era possível traduzir, ou nas palavras que tomavam forma latina, por não terem os notários ou escribas conhecimento bastante da língua-madre para se não deixarem influenciar pelo idioma regional.

Era o romanço, na forma particular que o latim popular tomara nêste recanto da Península e que pouco a pouco invadia e dominava o lugar ocupado outrora pelo idioma do Lácio. E não apenas nos documentos das chancelarias e nos contratos. Naturalmente, os versos ingénuos de Paio Soares de Taveirós, por serem os mais antigos que nos ficaram, não seriam de-certo os primeiros que se rimaram em língua portuguesa. Antes, ao menos, que homens de cultura desenvolvida se dispusessem a

escrever na língua comum, é de crer que a gente do povo desse vazão ao seu gôsto de rimar, fazendo os rimances ou as letras das canções na única língua que sabia e já aparecia capaz de exprimir os mais vivos sentimentos poéticos.

Mas, com D. Deniz, grande poeta, a língua portuguesa adquire foros de língua oficial, entra por direito próprio nas repartições e no paço, — e, sendo, já então, a língua literária, constitue evidentemente mais uma condição da autonomia do País, — um factor permanente de nacionalidade.

A vitória da língua portuguesa, como instrumento de expressão do Estado e da literatura, corresponde, aliás, a um movimento geral de independência que tem na criação da Universidade outra repercussão não menos significativa. O país já tinha desde os primeiros tempos institutos de cultura, como Santa Cruz de Coimbra e Alcobaça, em que se haviam educado alguns dos seus grandes homens, — e até o primeiro missionário, Santo António de Lisboa; mas o vermos interessados na criação da Universidade precisamente os representantes daqueles e doutros institutos em colaboração com o Rei, não pode deixar-nos dúvidas de que se trata já então do que poderíamos chamar uma aspiração nacional.

Ao mesmo tempo, as próprias ordens militares se afastavam mais ou menos das suas madres peninsulares; e D. Deniz, aproveitando inteligentemente a dissolução dos Templários, conseguiu criar a Ordem de Cristo, cuja acção viria a ser fundamental na emprêsa dos Descobrimentos e parece ser realmente logo umas das pedras angulares em que se firmaria a perfeita autonomia portuguesa.

O que parece mais urgente mostrar-se é como, ao mesmo tempo, se ia formando o patriotismo português, sentimento muito mais moderno do que habitualmente se julga. Sem dúvida que as lutas travadas por então entre as diversas nações peninsulares têm às vezes o aspecto de verdadeiras questões de família. Mas não se pode esquecer, em primeiro lugar, que tôdas

as nações medievais se consideravam entre si ligadas, ao menos, pela consciência das obrigações comuns a tôda a Cristandade. (Daqui a existência de um internacionalismo, se pode dizer-se, muito mais eficaz e muito mais real, do que os artifícios de feição internacionalista que se têm querido organizar no nosso tempo).

Pelo que diz respeito, contudo, aos povos peninsulares, mantinha-se, além disso, vivo e consistente, o sentimento duma solidariedade peninsular que suprimia tôdas as rivalidades nas horas mais graves para qualquer das nações: era a consciência da responsabilidade comum da Cruzada em que se encontravam envolvidas tôdas as nações da Peníssula, visto que tôdas dela haviam nascido e tôdas continuavam a considerar a luta contra os mouros como o objectivo fundamental da sua existência e a vitória de qualquer delas, por conseqüência, condição de segurança para tôdas.

Claro está que se trata de caracterizar as idéias duma época distante, — e não menos distante no tempo do que no sentido das idéias dominantes: — seria necessário insistir em não compreender os factos que então se desenrolaram o querermos apreciá-los pelas idéias que nos impressionam agora e que seriam capazes de nos animar e conduzir... Mas não são raros, já então, os factos de política interna em que, é bem de ver, o instinto nacional tudo supre. Já se nota isso na rebelião de D. Afonso Henriques, moço mal saído da puberdade e que de-certo foi principalmente o instrumento das ambições de autonomia dos senhores portucalenses. E não tem acaso outras razões o conflito de D. Afonso IV com o infante D. Pedro, a pretexto de Inês de Castro: — tratava-se de uma espécie de sobressalto dos portugueses, que vendo o infante, futuro rei, tão completamente absorvido pelos amores da estrangeira, receariam as influências da parentela, que principiava a ocupar em Portugal situações que os portugueses queriam, naturalmente, se reservassem para êles. O suplício da amante do infante foi então sòmente um

puro caso de política, que a previdente justiça real resolveu a tempo e só muito mais tarde se transformaria, despido das razões superiores que o dominaram, no tema poético em que D. Afonso IV, defensor das liberdades e dos direitos dos seus povos, era tranqüilamente reduzido às condições de um pai feroz.

Por tudo isto é que se deve considerar como um dos acontecimentos mais importantes da história peninsular, e especialmente, da portuguesa, a intervenção de Portugal e de Castela em conflitos estranhos à política da Península.

Encontram-se sem dúvida os exércitos do Rei de Portugal a combater ao lado dos de Castela tôdas as vezes que realmente corre o risco de se perder, perante a investida dos mouros, auxiliados por seus irmãos de fé do norte de África, todo o esfôrço da Reconquista. Aconteceu assim nas Navas de Tolosa: — e então ainda Portugal se mantinha em luta franca com os mouros, que continuavam a ocupar a parte mais ao sul do país. Mas sucedeu o mesmo no Salado (1340) quando só a consciência da solidariedade de Cruzada na luta contra o inimigo comum e tradicional podia fazer convergir aos campos da batalha, com os guerreiros de Castela, os soldados de D. Afonso IV.

Pode no entanto considerar-se que já então só a consciência das responsabilidades da luta contra os mouros seria capaz de reünir no mesmo campo de batalha os cavaleiros de Castela com os cavaleiros e peões de Portugal. Efectivamente, não tardaria que Portugal dum lado e, pelo outro, Castela, se resolvessem a procurar fora da Península auxílios contra as preocupações hegemónicas que ambas as nações manifestavam. De resto, tratava-se já então de uma luta que, se às vezes representou um perigo de Castela para com Portugal, outras se apresentou como perigo de Portugal perante Castela.

Parece já fora de dúvida que nestes últimos reinados da Casa de Borgonha se principiaram a definir, por mais estranho que pareça, as linhas fundamentais da política internacional

portuguesa. Então se procurou lá fora o primeiro auxílio de Inglaterra: — e enquanto inglêses combatiam, ao lado dos portugueses, nas guerras de D. Fernando com Castela, encontram-se franceses a lutar ao lado dos castelhanos invasores. É evidente que, ao contrário do que se fazia até há pouco, as guerras de D. Fernando hão-de ligar-se com as Guerras dos Cem Anos; mas ainda que assim não fôsse, bastará reparar nas intervenções de franceses e inglêses nas guerras peninsulares, para se poder marcar o período em que Portugal (não interessa agora apontar o significado de tais intervenções no que toca às restantes nações peninsulares) principia a ter outras preocupações além das que lhe vinham da sua posição na península e começa a compreender os imperativos da sua posição geográfica.

Verdadeiramente, tais preocupações parece que surgiram logo que, conquistado o Algarve, a Cruzada deixou de ser inevitàvelmente a primeira ou quási a única preocupação dominante de Portugal — e não se sabe até que ponto a Ordem de Cristo tomaria já então a sua parte nelas. O certo é que, durante o reinado de D. Afonso IV, navios portugueses haviam chegado às Canárias: — e o recurso que se fêz à Santa Sé, quando o Rei de Castela pretendeu o direito à posse daquelas ilhas, testemunha que se previa a possibilidade de realizar fora das fronteiras uma obra de colonização autónoma das intervenções das outras nações peninsulares. Esta teria sido a primeira indicação duma vocação original a que, não muito depois, todo o País iria consagrar-se.

Entretanto, porém, as lutas de D. Fernando deverão ser consideradas como outras tentativas para alargar o território no coração da Península. Ao mesmo tempo, êste mesmo Rei, cujos actos nem sempre foram julgados com perfeito espírito crítico, realizava, com as suas providências e reformas, as condições de defesa a que o país mais tarde lançaria mão para se defender de Castela: reorganizava o País com as suas reformas agrárias e, com as suas reformas da marinha, criava as condições para o

aproveitamento das condições marítimas de Portugal, ao mesmo tempo que reconstituía a defesa de Lisboa, com as novas muralhas.

Desenvolviam-se as relações comerciais de Portugal com os países do norte da Europa, em especial com a Flandres e com a Inglaterra; e Lisboa, a-pesar de servir um *hinterland* apertadíssimo, transformava-se no pôrto de escala obrigatório entre o Mediterrâneo e os mares do Norte. Nestes termos, desenvolvida a marinha real e particular, criavam-se as gerações de marinheiros que permitiriam depois os primeiros arrojos pelo oceano fora, pois é bem de ver que, ao contacto com os pilotos do norte e do Mediterrâneo, breve possuïriam, antes de se lançarem ao mar largo, os conhecimentos de marinharia do tempo. E assim, quando a crise de 1383 surgiu a pôr em risco a independência nacional, pode dizer-se que Portugal possuía as condições necessárias para começar a grande emprêsa, que difinitivamente lhe criaria objectivos capazes de justificar, aos olhos próprios e aos alheios, o direito à independência.

Por isso D. Fernando procurara na medida do possível assegurar a autonomia da Nação quando se via morrer, novo ainda e sem filho varão que lhe sucedesse inevitàvelmente no trôno. Pelo tratado de Salvaterra, que precedera o casamento da infanta D. Isabel, sua filha e herdeira, com o Rei de Castela, D. João I, a serem cumpridas integralmente as cláusulas de defesa da autonomia, não se poderia consumar a união dos dois reinos concorrentes em idênticas aspirações de hegemonia peninsular.

As circunstâncias, porém, e as ambições (que não foram apenas do Rei de Castela) opuseram-se à execução do tratado em Salvaterra. E então se travou a grande luta que na alma dos portugueses teria de ser, essencialmente, entre a obediência aos princípios jurídicos dominantes naquele tempo e o instinto, ainda mal definido, e a vontade dos portugueses à vida livre. Êsses instintos haveriam de definir-se no plano dos factos nos

Atoleiros, junto das muralhas fernandinas de Lisboa, em Aljubarrota e em Valverde. Mas, no campo do direito, a espada do Mestre de Aviz e de Nun'Álvares seria substituída nas côrtes de Coimbra pela eloqüência lógica de João das Regras.

Como quer que seja, derrotada a fina flor da cavalaria castelhana nos campos de Aljubarrota; justificada pela argúcia de João das Regras, no espírito de certos senhores mais escrupulosos ou mais conservadores de supervivências jurídicas já obsoletas, a legitimidade da eleição de Mestre de Aviz, pareciam afastados por muito tempo os perigos das ambições castelhanas. E desde que, feita a paz com Castela, e já antes, durante as tréguas, foi por ela reconhecida a realeza de D. João I de Portugal, pôde o novo rei consagrar-se à reorganização do corpo maltratado da Pátria. Saradas as feridas, logo naturalmente se retomou o velho e inextinguível espírito de Cruzada, em que Portugal se criara, para buscar novos âmbitos aos seus esforços e às suas aspirações. A avançada de Ceuta, se teve na sua origem e nas suas primeiras intenções a sobrevivência do velho espírito da Cavalaria, (não veio ela substituir a idéia de um torneio, em que seriam armados cavaleiros os filhos mais velhos de D. João I, precisamente os que o haviam de ser junto das muralhas conquistadas da cidade marroquina?) breve se transformaria no primeiro elo do grande esfôrço que lançaria Portugal, para a realizar em menos de um século, na mais extraordinária emprêsa da história moderna.

Mas é evidente que, para tanto, seria secessário que a Nação trouxesse de longe a fôrça íntima, a consciência unitária e a segurança, que lhe haviam de permitir mais altas aspirações. Desfizera-se o sonho, que D. Fernando acalentava, de se alargar o território para a Península. O país, que chegara a estar na sua maior parte, em poder dos partidários do Rei de Castela, fôra completamente reconquistado e saíra da prova muito mais unido e seguro das suas próprias possibilidades. Agora, Castela já não seria, na imaginação dos Reis, o campo natural

de expansão dos portugueses; mas, por outro lado também, as inquietações contra as tentativas de absorção por parte de Castela, haviam-se desfeito em Aljubarrota. Os sonhos imperialistas, quer dum reino, quer do outro, residiriam daqui por diante nas combinações matrimoniais.

Mas entretanto, com a jornada de Ceuta, iniciava-se a grande aventura em que Portugal, alheando-se das preocupações egoístas do seu robustecimento próprio, iria assumir, por algum tempo, o primeiro lugar na história do mundo moderno.

O DESCOBRIMENTO DA TERRA E OS PRIMEIROS ENSÁIOS DE COLONIZAÇÃO

ALGARVE DE ALÉM-MAR

Quando os infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique chegaram à juventude, é bem natural que se lembrasse El-Rei da conveniência de os armar cavaleiros. Os torneios não eram então meros temas de literatura romanesca: — andavam, na realidade, em tôdas as lembranças. No reinado de D. Fernando faziam-se com freqüência festas que serviam de pretexto a armar cavaleiros os mancebos das melhores famílias. D. João, Mestre de Aviz, agora Rei, fôra assim armado cavaleiro. As suas armaduras serviram depois ao môço Nun'Álvares Pereira, condestável do Reino agora, — e então protegido da rainha D. Leonor. Por isso, noutras ocasiões, de-certo ninguém pensaria sequer que fôsse preferível procurar, para o lugar do torneio, um combate real e, para mais, em defesa e glória da Fé.

Acontecia, porém, que naquele tempo, quási todos, senão todos os cavaleiros portugueses, haviam ganho as honras da cavalaria no campo de batalha contra os castelhanos. Não é natural, assim, que os infantes se considerassem de certa forma deminuídos por serem armados cavaleiros num simples torneio, — festa de côrte, que, por mais brilhante, não deixaria nunca de ser festa?...

Buscou-se, pois, para substituir o torneio planejado, uma

emprêsa guerreira: e compreende-se que, feita a paz com Castela, se pensasse naturalmente numa avançada contra os mouros, — o inimigo tradicional da nossa gente e, ainda então, o inimigo constante dos povos ribeirinhos, infestados pelos barcos dos corsários, que saíam dos portos marroquinos, em que se resguardavam, a piratear nas águas e na costa portuguesas. A questão residiria em breve na escôlha do local em que se havia de fazer o assalto.

Houve, naturalmente, opiniões diversas e até divergentes. Enquanto uns se pronunciavam pela conquista de Ceuta, pretendiam outros que se procurasse conquistar Granada ou Gibraltar. A conquista de Granada e de Gibraltar não podia, contudo, deixar de levantar oposições da parte de Castela, pois não havia dúvidas de que pertenciam às Conquistas reservadas a êste país. Depois duma guerra longa e grave, o ataque a qualquer cidade moura da Península, não poderia deixar de trazer novas dificuldades e talvez de provocar novas razões de guerra.

Procurara-se ainda fazer o ataque a Granada de acôrdo com Castela, para o que D. João I propôs aliança ao Infante D. Fernando «o de Antequera», um dos regentes do reino durante a menoridade de D. João II e verdadeiramente o campeão, naquela hora, da luta contra os mouros. Mas ou porque outras preocupações o absorvessem então ou porque não julgasse conveniente aos seus interêsses a colaboração de Portugal, o Infante escusou-se. Foi então, parece, que o vèdor da Fazenda João Afonso de Azambuja propôs a conquista de Ceuta, — que repugnava ao Rei como uma aventura, mas logo agradou aos Infantes, os quais tomaram à sua conta convencer D. João I.

Não foi difícil ver que a conquista de Ceuta só poderia trazer vantagem para tôda a Península. A cidade africana fazia frente a Gibraltar e a posse de ambas as posições dava aos mouros verdadeiramente a fiscalização do Estreito. Daqui vinha de resto a importância visível da cidade marroquina; mas sabia-se também que Ceuta era a testa de uma das grandes estradas do

comércio com o norte da África e com o deserto, até ao Gôlfo da Guiné.

Acresce que, por não estar ainda completada a Reconquista, e por não serem poucas as ocasiões em que de África chegavam aos mouros da Península reforços e socorros, era por Ceuta que vinham, por ser o pôrto de onde mais fàcilmente podia responder-se a uma chamada de auxílio. Além disso, não se perdera naturalmente a lembrança de que a conquista moura da Península começara pela entrega de Ceuta, senão pela traição do Conde de Ceuta. Nem seria difícil compreender que a sua posse, já com os visigodos guardada como essencial à defesa da Hispânia, seria ainda então um elemento da segurança peninsular, logo que viesse à posse de Portugal.

Desde que se obtivera a aquiescência do Rei, o mais urgente seria, naturalmente, obter sôbre Ceuta, a sua posição e as suas condições de defesa, tôdas as informações necessárias à preparação do assalto. Um navio, que levou a bordo o Prior dos Hospitalários e o Capitão Mor do Mar, foi por isso enviado à Sicília, sôbre pretexto de agenciar casamento para o Infante D. Pedro. Tanto à ida como à volta pôde demorar-se em Ceuta e observar atentamente a cidade, de lá trazendo as informações que eram consideradas com tôda a razão imprescindíveis. Decidiu-se então definitivamente organizar a expedição; e a-pesar dos seus 18 anos, foram entregues ao Infante D. Henrique grande parte dos preparativos — levantamento de tropas na Beira e a sua concentração com as do Conde de Barcelos (a quem havia sido entregue o encargo de as recrutar em Entre Minho e Douro) para seguirem ao encontro da armada de Lisboa na frota que D. Henrique organizaria no Pôrto. Ao Infante D. Pedro coube o encargo de levantar homens ao sul da Beira.

Organizou-se a esquadra com os navios portugueses que se puderam obter em condições e com outros fretados na Galiza, na Biscaia e em Inglaterra, onde ao mesmo tempo se recrutaram homens de armas e se comprara armamento. Não deixa de ser

curioso notar que, assim como em Aljubarrota, havia soldados inglêses a combater ao lado dos portugueses na primeira investida além-mar.

A direcção superior dos preparativos guardou-a para si El-Rei; e para que o pudesse fazer mais atentamente, deixou ao herdeiro do trôno, o Infante D. Duarte, o encargo do despacho e da administração interna. Mas é evidente que os aprestos para a jornada, demorados como foram, despertariam não apenas a curiosidade, também os receios de nações estrangeiras, especialmente dos mouros de Granada, que poderiam julgar-se atingidos pelas ambições de Portugal. Pôde El-Rei desviar habilmente as atenções, fazendo crer que a armada se dirigia contra o Duque de Holanda, — o qual, já prevenido da realidade dos intentos do Rei de Portugal, não deixou em todo o caso que o verdadeiro objectivo da expedição se divulgasse.

Maus presságios na hora da partida: a peste; um eclipse. A Rainha adoecera em Odivelas, onde se recolhera. Se acaso, porém, alguns esmoreceram, como esmoreceram, D. Felipa soube guardar até a hora da morte a consciência das suas responsabilidades de Mãe e de Rainha: — e tendo reunido em volta de si os três filhos que iam seguir para Ceuta, escolheu para a despedida as palavras necessárias, que haviam de constituir como o seu testamento espiritual e o maior incentivo na vida dos Altos Infantes.

A 19 de Julho de 1415, quando se dera cabo aos preparativos, falecia. Mas realizados os funerais, logos os Infantes voltaram ao Restêlo onde se concentrara a frota. No conselho reunido para decidir se, a-pesar dos maus presságios, deveriam ou não prosseguir na emprêsa, os pareceres dividiram-se. O Rei cortou a diferença, determinando que se partisse e vindo juntar-se ao resto da expedição no Restêlo. A 25 de Julho partia a armada... A 27 encontrava-se em Faro. Num só dia de luta, Ceuta caïria em poder dos portugueses: — 22 de Agôsto. Quási de surprêsa...

Mas embora se tenha dito que então se pensara logo em abandonar a cidade conquistada e regressar ao reino, não parece que assim fôsse ou que, ao menos, assim julgassem El-Rei e D. Henrique, pois cêdo se compreendeu a importância excepcional da conquista. Ali mesmo se decretaram as primeiras providências que podem considerar-se de legislação ultramarina. Pouco depois solicitava-se do Santo Padre a criação do bispado de Ceuta. Nomeava-se ainda dentro dos muros da cidade conquistada, o primeiro capitão de Ceuta, com regimento próprio. Dava-se ao Infante D. Henrique o encargo de a defender contra as tentativas, que de-certo os mouros haviam de fazer para a recuperar, — como sucedeu.

Os factos demonstraram que se não enganavam os conselheiros de D. João I e os Infantes, que propuseram e defenderam a ida a Ceuta. Mais de uma vez então, até que, com a trágica jornada de Alcácer, verdadeiramente terminasse a acção portuguesa em Marrocos, se invocaram razões de defesa da Península para justificar a continuação da emprêsa africana. E, efectivamente, em Ceuta colocou-se a primeira pedra da prodigiosa expansão dos portugueses. Mas é impossível, ainda assim, que se pudesse antever o alcance daquela jornada magnífica.

Não é crível, com efeito, como se pretendeu, que o Infante tivesse na mente, ao embarcar para Ceuta, o plano de expansão a que havia de consagrar a vida. Mais natural seria que, em Ceuta, ao saber melhor da importância do comércio que os mouros mantinham com o interior da África até ao Golfo, pensasse em realizar a exploração da costa africana e buscasse para isso todos os elementos de informação, que em Ceuta, de-certo melhor do que em Lisboa, poderia obter.

Se não pensamos, porém, que, na ida a Ceuta, D. Henrique acarinhasse já, mesmo ennevoadamente, o plano da obra a que havia de entregar-se, é razoável considerar que de Ceuta traria os primeiros elementos de que havia de deitar mão. Por aqui se prende, assim, a arrancada de Ceuta à história dos des-

cobrimentos marítimos — o que não significa, evidentemente, que, ao ir para Ceuta, se tivesse já em mente alcançar uma posição que facilitasse os descobrimentos.

O que parece inquestionável é que a ida a Ceuta, se bem que partindo da idéia de um torneio, estava longe de se afigurar um simples movimento de aventura. Continuava-se, pelo contrário, o esfôrço interrompido da Cruzada, — interrompido no dia em que, conquistado o Algarve, o Rei de Castela prescindiu dos direitos, que acaso pudesse ter àquela conquista; e quando, deixando de ter fronteiras directas com os mouros, a intervenção de Portugal na Cruzada se fizera apenas quando foi necessário auxiliar Castela ameaçada e, com ela, a própria segurança da Península e da Cristandade.

Mas se ao ir a Ceuta, Portugal retomava com outras condições o esfôrço interrompido, êste facto, só por si, tinha já importância transcendente, pois iria imprimir a todo o movimento de expansão portuguesa o aspecto fundamental de Cruzada que nunca mais deixaria de ter. Eis o que parece se deverá acentuar, se quisermos compreender perfeitamente o que há de «serviço de Deus» em tôda a acção dos portugueses durante os Descobrimentos, — tal como o havemos de ir mostrando mais adiante.

Mas, ao mesmo tempo, na própria organização e vida interna do País um outro fenómeno se definia, — a entrada vitoriosa de uma nova geração, para quem, ao contrário dos sobreviventes gloriosos da guerra da Independência, mais largos objectivos se abriam e, com o Infante, pareciam capazes de procurar, como em Ceuta, novos rumos e novas aventuras...

Bem se pode dizer que da actividade dessa geração dependeu o futuro de Portugal e do Mundo. Encontrando o rumo novo a que iria consagrar-se a Nação, deslocar-se-ia o eixo da política nacional, que assim deixava de confinar-se às oscilações da política peninsular e às rivalidades de pequenas nações ambiciosas. Que nessa emprêsa se dê o primeiro lugar ao Infante

D. Henrique, nem por isso se deminue o mérito dos outros infantes. A D. Duarte caberia o tomar a herança de D. João I — herança, ao mesmo tempo, política e cultural, de que partilharia o Infante D. Pedro. Mas os novos horizontes seriam realmente abertos por D. Henrique, que soube congregar à sua volta as vontades juvenis dos primeiros mareantes, educar as vontades e acender novas esperanças para além dos limites que até então haviam encerrado as almas do homem do Ocidente.

Obra de educador — construtor de almas — em primeiro lugar, que só uma chama íntima, vivíssima, poderia animar. E de Chefe, — no sentido moderno desta palavra, — que fôsse capaz de abater todos os impecilhos morais e materiais e estabelecer tôdas as condições da emprêsa, com tal veemência que algumas vezes parecia deshumana a sua impassibilidade perante as tragédias desfiadas à margem da obra a que se consagrava.

A VOCAÇÃO DO MAR

Outros, antes dos navegadores enviados pelo Infante, teriam corrido a costa de África para o Sul. Sabe-se com efeito que, reinando em Portugal D. Afonso IV, navios portugueses haviam chegado às Canárias, cuja posse, aliás, o Infante tentou consumar, em 1424, enviando uma armada à conquista da Grã Canária.

As navegações anteriores ao Infante, porém, seriam mais arribadas, do que viagens com intuitos de descobrimento: — estes aparecem pela primeira vez quando, em 1421, se realiza ao que parece, a primeira tentativa de reconhecimento da costa africana para além do Cabo Não.

Quem passar o Cabo Não, — dizia-se, — *ou voltará ou não...* — Os navegadores que o passaram e voltaram, sabendo como poderiam ir lá de novo e regressar, teriam assim dado um passo enorme no caminho da exploração da Costa de África e do Atlântico, para o Sul.

Por então, realmente, se começaria a definir um plano de reconhecimento sistemático da costa africana, com o objectivo acaso de atingir os mercados que em Ceuta souberam existir mais para o sul de Marrocos; pois nem mesmo o descobri-

mento de Pôrto Santo, em 1418, e o da Madeira, em 1419, parecem ter correspondido ainda a um esfôrço sistemático de exploração do mar. E, por outro lado, a expedição, que o Infante organizou às Canárias, parece ter ainda o objectivo de tomar posições que viessem auxiliar os projectos de alargar em África a ocupação iniciada.

Seria de mais, efectivamente, pretender que o *plano do Infante* como lhe chamam, — exploração da costa africana e do mar, até à Índia, se tivesse formado de um jacto e perfeito na mente de D. Henrique, quando se encontrava além-mar, após a conquista de Ceuta.

Três anos depois da conquista, quando os mouros cercavam a cidade, voltou lá o Infante a comandar a armada que a foi desbloquear. Se já então, como parece, trazia consigo, embora vaga, a idéia de dirigir para o sul as suas explorações marítimas, não perderia o seu tempo durante a breve estadia que então fêz em Ceuta, e de-certo teria procurado obter outras e mais completas informações.

Como quer que seja, durante muitos anos, as expedições do Infante, a terem-se realizado, não deram resultados úteis, a não ser que se tome como certa a data de 1427, inserta na carta de Gabriel Valsequa (1439), para o descobrimento das primeiras ilhas dos Açôres.

Assim mesmo, será preciso aceitar que, entretanto, se realizou, impulsionado pelo Infante, um extraordinário esfôrço de adaptação das condições e dos processos de navegação, para que fôsse possível viajar pelo mar alto aos Açôres, mesmo que regressando da costa da África, levados pelos ventos.

Essa, na verdade, parece ter sido, então e sempre, a maior preocupação do Infante D. Henrique, — adaptar, desenvolver os recursos de que poderia dispor no tempo, criar outros para tornar possíveis os seus intentos, que se iriam definindo, — sem perder nunca a menor lição da experiência, que se ia obtendo, e cujo aproveitamento lhe permitiu ir seguindo nos seus intentos.

Pouco importa, assim, que já antes um ou outro explorador, um ou outro navegador do Ocidente tivesse sulcado, levado pelos vendavais, os mares que os marinheiros do Infante descobriram. A verdade é que só então a maior parte da terra e dos mares principiou a entrar na visão natural dos homens e passou a fazer parte do património de cultura geral da Civilização. ¿Acaso alguém teria chegado à Madeira, aos Açôres?... O certo é que só com o Infante os Açôres e a Madeira passaram realmente a fazer parte do mundo.

¿Iriam os navegadores à procura das *ilhas perdidas*, das lendas geográficas medievais, que algumas cartas registam com não muita exactidão?... É possível. É provável. Todavia, das ilhas perdidas das lendas e das cartas, só existem de facto as que os marinheiros do Infante descobriram e definitivamente incorporaram nos conhecimentos geográficos do homem civilizado e puseram ao alcance da sua actividade criadora, por muito que antes e depois se procurassem.

Mas poderá avaliar-se agora o que representa de esfôrço vivo, inteligente e tenacíssimo a obra que, sob a direcção do Infante, se realizou? De facto, o que logo impressiona é o que há de sistemático na busca mandada realizar pelo Infante. Deixamos de poder arrolar alguns esforços meritórios, — mas logo esquecidos mal se realizavam, — para assistirmos a uma acção vigorosa em que à volta do Infante se reunem os mais capazes, venham de onde vierem, — a par dos portugueses, os navegantes italianos ou os cartógrafos catalães: — quere dizer, os que poderiam trazer ao primeiro grande esfôrço atlântico todos os conhecimentos e tôda a experiência da navegação do Mediterrâneo.

Mas que actividade, feita de meditação e estudo, tanto como de heroismo e sacrifício, desde que foram largados os primeiros navios do Infante, até que em 1434 Gil Eanes passou o Cabo Bojador, abrindo novos horizontes às possibilidades dos navegantes e acaso novos objectivos também e mais altos a

D. Henrique! E com que febril entusiasmo se prosseguiu logo em frente, pela larga porta então aberta!

«... posto que a obra desta passagem não foi grande em si quanto agora» — nota sagazmente João de Barros um século depois, — «então lhe foi contada por hum grande feito, e houveram que era igual a hum dos trabalhos de Hercules, porque com esta passagem desfez a vã opinião, que toda Hespanha tinha, e deo animo àqueles que não ousavam seguir este descobrimento.»

Deixou de se dizer, como é costume no comêço das coisas grandes: — «Certamente» — e é ainda João de Barros quem o conta, — «nós não sabemos que opinião foi esta do Infante, nem que fruto êle espera deste seu descobrimento, senão perdição de quanta gente vai em os navios, pera ficarem muitos orfãos, e viuvas no Reino, alem da despesa de suas fazendas, pois o perigo, e o gasto ambas estão manifestos, e o proveito tão incerto, como todos sabemos...»

O *proveito* passava agora a ser igualmente manifesto!

Por isso o Infante recebeu Gil Eanes com «aquele prazer, que se tem das cousas tão desejadas e por tanto tempo e trabalho requeridas, como eram aqueles, e galardoou sua pessoa, e assi os da sua companhia com honra, e mercê». «E o que mais animou o Infante a esta empreza, foi contar-lhe Gilianes como sahira em terra sem achar gente, ou povoação alguma, e que lhe parecera mui fresca e graciosa; e que em sinal de não ser tão esterele, como as gentes diziam, trazia alli a Sua Mercê em um barril cheio de terra humas hervas, que se pareciam com outras, que cá no Reyno tem flores, a que chamam rosas de Santa Maria. As quais sendo trazidas ante o Infante elle as cheirava e tanto se gloriava de as ver, como se fora algum fruto, e mostra da terra de promissão, dando muitos louvores a Deus: e pedia a Nossa Senhora, cujo nome aquellas hervas tinham, que encaminhasse as cousas daquele descobrimento para louvor, e gloria de Deus, e acrescentamento de sua Santa Fé.»

E agora, que se acabavam as murmurações e se adivinhava o proveito, poderia o Infante seguir mais vivamente na emprêsa.

Logo um ano depois, o mesmo Gil Eanes, na barca em que passara o Bojador, e Afonso Gonçalves Baldaia, num varinel, iam para além do Cabo trinta léguas, até à Angra dos Ruivos. E em 1436, de novo Baldaia no mesmo varinel, chegava ao Rio do Ouro, explorava a costa num batel, enquanto outros iam por terra, a cavalo, até à Angra dos Cavalos, e seguia para o sul até à Pedra da Galé. Só em 1441, porém, Antão Gonçalves descobrira o Pôrto do Cavaleiro e Nuno Tristão o Cabo Branco.

O esfôrço dos portugueses vai-se definindo, assim, mais rigorosamente, — parece que hora a hora mais firme a mão que comanda de alto a emprêsa, com tenacidade e saber. Em 1444 passa-se o Cabo Verde e dois anos depois o Rio Geba. Mas de então por diante os objectivos parecem ter sido especialmente de exploração ou reconhecimento das terras já então descobertas até que, em 1456, Diogo Gomes encontra as primeiras ilhas do Arquipélago de Cabo Verde, — Santiago, Fogo, Maio e talvez Boa Vista e Sal.

Em 1460 morre o Infante D. Henrique e fecha-se, naturalmente, o primeiro período dos Descobrimentos marítimos: — ainda por sua ordem, mas já não em sua vida, ou pelo menos, a tempo de o saber, Pedro de Sintra chega à Serra Leoa. Agora, já no ânimo do Infante, e havia muito, se definiram os objectivos supremos da actividade dos portugueses — atravessar a África para o Índico e atingir, por um caminho novo, a Índia.

A tenacidade, a fé do grande promotor, alargara-se pouco a pouco a tôda a nação. Já se não dizia que sempre houvera nas Espanhas grandes príncipes, desejosos de fazer coisas grandes; lembravam-se os outros príncipes, mas para mostrar como era maior nas suas obras o Infante D. Henrique.

AS ILHAS ACHADAS

ENTRETANTO, a exploração da costa africana levara, — era inevitável — à exploração do Oceano. Já então, e havia muito, se conheciam de certeza as Canárias: — D. Afonso IV pensara mesmo em conquistá-las e protestara perante o Santo Padre o direito de prioridade, que lhe era contestado por Castela, e o Infante D. Henrique, mais tarde, voltou a reinvindicar — como se deixou já apontado.

Mas não se pôde demonstrar ainda de forma indiscutível que se conhecessem outras ilhas.

Pelo menos, o seu conhecimento, se realmente existia, não correspondeu à compreensão da possibilidade do seu aproveitamento. O que parece incontestável é que, em 1418, dois navegadores do Infante, ao tentarem reconhecer a costa da África para o sul do Cabo Não, foram ter à ilha de Pôrto Santo; e não muito mais tarde os mesmos navegadores ou outros alcançaram a ilha da Madeira.

Esta segunda viagem, porém, assume já aspectos muito diversos do que se fizera até então. Deve considerar-se a primeira viagem de colonização intencional.

Efectivamente, por ordem do Infante, levavam-se para Pôrto Santo os primeiros elementos de colonização: — os animais domésticos que, lançados nas ilhas, permitiriam a vida dos povoa-

dores — e até a coelha pejada de Bartolomeu Perestelo, que daria origem aos famosos coelhos de Pôrto Santo.

«Pouco depois» — conta efectivamente Diogo Gomes na sua relação, — «um cavaleiro, familiar e criado do senhor infante, de nome Joham Gonçalvez Zarco, não muito abastado, pediu a capitania daquela ilha ao senhor Iffante, dizendo que iria para ali com sua mulher e familia e a povoaria. Agradou isto ao senhor infante e preparou caravelas mandando vacas, porcos, ovelhas e outros animais domésticos, e foram desembarcar ao sobredito lugar do Funchal.»

Já então, por conseqüência, pertencia ao Infante não apenas a iniciativa, mas também o direito de povoar e conceder a administração das ilhas descobertas, se bem que, segundo documentos conhecidos, só por carta de 26 de Setembro de 1433, El-Rei D. Duarte lhe tivesse feito mercê das ilhas da Madeira, Pôrto Santo e Deserta.

O que se pode depreender dos documentos é que a colonização ia já em adiantamento e se considerara necessário dar-lhe, segundo os preceitos do tempo, a sanção real, — tanto mais que, na mesma data, D. Duarte concedia à ordem de Cristo «*por o infante D. Henrique, seu regedor e governador lho pedir*» o espiritual das ilhas de Madeira e Pôrto Santo» que «agora novamente o dito Iffante per nossa autoridade pobra».

O problema é, aliás, uma questão de datas, porque ao contrário de Azurara, que dá comêço à colonização do Pôrto Santo em 1419, os documentos que nos restam levam-nos um pouco mais para tarde, entre 1425 e 1427. Mas não há dúvida de que, na verdade, a colonização foi iniciada por Bartolomeu Perestrelo, no Pôrto Santo, e João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz, na Madeira. E êste é que nos parece o facto fundamental, porque se acaso, antes de navegadores do Infante, alguns outros foram ter à Madeira, só graças ao Infante se pôde vir a assentar na possibilidade de a povoar com gente do Reino, à feição, precisamente, de como se fizera aqui.

As primeiras levas de colonos, tanto quanto se pode saber, deixam mesmo a impressão de que se tratava de uma *experiência*. Os excelentes resultados que dela se tiraram iriam depois incitar à colonização dos Açôres, que principiaram a ser descobertos à volta da terceira década do século XV e logo iam sendo povoadas.

Por se tratar de uma experiência, é que só mais tarde e depois de se haver reconhecido que era realmente possível colonizar as ilhas, se estudou o processo de administração, — preparando-se três capitanias hereditárias, uma em Pôrto Santo, que foi entregue a Bartolomeu Perestrelo, duas na Madeira, das quais uma, em tôrno do Funchal, foi entregue a João Gonçalves Zarco, e a outra, do Machico, a Tristão Vaz.

Coisa bem mais importante do que o descobrimento (que nada nos autoriza, entretanto, a atribuir a outros que não sejam os navegadores do Infante) êste primeiro ensaio de colonização de ilhas desertas abre verdadeiramente novos horizontes ao mundo e pode, por outro lado, considerar-se fundamental ao prosseguimento das navegações pela costa de África para o sul.

— Seria já a busca do Caminho da Índia?

E porque não? Mesmo que os documentos sejam escassos de informações a êste respeito, não pode deixar de se ficar impressionado quando se verifica a importância da ocupação das ilhas da Madeira e dos Açôres (como mais tarde de Cabo Verde e S. Tomé) para a navegação do Atlântico, a caminho da Índia tanto como do Brasil.

Por isso, importaria arrolar aqui algumas datas, que são os marcos da primeira colonização portuguesa além-mar:

26 de Setembro de 1433 — D. Duarte concede em duas cartas ao Infante D. Henrique as ilhas da Madeira, Pôrto Santo e Deserta «com todollos djreitos e rendas dellas, assy como as nos de djreito avemos e devemos deaver, com sua jurdiçom civel e crime, salvo em sentença de morte ou talhamento de membro» — que neste caso ficava reservada a El-Rei, pela *casa do*

cível, como supremo tribunal; e com o direito de dar «in perpetuo ou a tempo ou aforar tôdas as ditas terras a quem lhe aprouver, com tanto que seia feito sem prejujzo da forma por nos dado aas dictas jlhas em parte nem em todo nem em alheamento do dicto foro», embora lhe conceda o poder de quitar em parte ou no todo êsse foro, dos que em vida do Infante lá forem morar e durante a vida do Infante ou dos concessionários.

Não lhe era concedido, porém, o direito de cunhar moeda.

Na mesma data, o mesmo Rei concedia, como se disse, à Ordem de Cristo, por serviço de Deus, honra da mesma Ordem, e pelo Infante D. Henrique, seu regedor, e Governador lho pedir, a doação de todo o espiritual das mesmas ilhas.

2 de Julho de 1439. — D. Afonso V concede licença ao Infante D. Henrique para povoar as «sete ilhas dos Açôres» onde já mandara lançar ovelhas.

8 de Maio de 1440 — D. Henrique doa a Tristão Vaz, cavaleiro da sua casa, e um dos primeiros que foram povoar as ilhas da Madeira, Pôrto Santo e Deserta e depois fêz nelas grande povoação, parte da ilha da Madeira, desde além do rio do Caniço dez passos pelo rio acima até à ponta do Tristão.

22 de Agôsto de 1450 — D. Henrique doa as ilhas de Jesus Cristo e da Graciosa a seu sobrinho o Infante D. Fernando para as povoar.

18 de Setembro de 1460 — D. Henrique doa a El-Rei D. Afonso V a temporalidade das ilhas do Cabo Verde e à Ordem de Cristo a sua espiritualidade.

3 de Dezembro de 1460 — D. Afonso V concede ao Infante D. Fernando, seu irmão, as ilhas da Madeira, dos Açôres e Cabo Verde, com todos os direitos e jurisdições que pertencem a El-Rei e como as tinha o Infante D. Henrique.

O Infante D. Henrique morrera; mas a sua obra não podia desperdiçar-se. Deixara povoadas as duas ilhas da Madeira e os dois grupos primeiro descobertos dos Açôres. Ainda soubera do

descobrimento de algumas ilhas de Cabo Verde; e as restantes foram descobertas por seu mandado.

Vira realizada a mais bela experiência de colonização que até ao seu tempo, desde os Romanos, se tentara; — e nas lições que de tal experiência se tiraram haveriam de assentar os processos que primeiro se adoptaram no Brasil.

Por isso, não deverá apenas, se pode dizer-se, ser considerado o Infante D. Henrique como o promotor e animador dos Descobrimentos. Êle foi também o promotor e animador da actividade colonizadora dos portugueses, criando as duas escolas que haviam de servir ao Império do Oriente e ao Brasil — as praças da África e as feitorias africanas, para o primeiro; a povoação das ilhas do Atlântico para o segundo, — dois impérios: — um de base militar e comercial, o outro de base agrária como nas terras conquistadas na Península aos mouros e nas ilhas de novo achadas e povoadas.

Por iniciativa de D. Henrique se enviaram às ilhas os animais domésticos, de-certo, as plantas hortícolas e outras que permitiriam a fixação dos colonos. Mas, não muito depois, iam para lá também bacelos de malvasia de Chipre, que dariam o vinho maravilhoso que é das mais belas criações da colonização portuguesa, e a cana do açúcar, levada do Mediterrâneo, senão foi do Algarve, onde, desde antes de 1404, se tentara naturalizá-la, não se sabe com que fortuna.

Nos primeiros tempos, precisamente, havia de ser a cana o factor primacial da colonização das ilhas. Como quer que seja, os primeiros ensaios do Campo do Duque, junto do Funchal, foram tão prósperos que não tardou a plantação a propagar-se e, segundo Cadamosto, já se produziriam algumas seis mil arrobas de açúcar.

Logo a seguir, desenvolvia-se a cultura e a indústria por tal jeito que, em 1480, se empregavam vinte naus e quarenta ou cinqüenta embarcações menores, no tráfico do açúcar da Madeira, de onde a cana se propagou aos Açôres e depois às ilhas

de Cabo Verde e de S. Tomé, antes que as levassem também para o Brasil.

Se bem que a cana do açúcar não fôsse o único factor de colonização das ilhas, foi de comêço e por muitos anos o mais importante. Ali se fixaram, cultivando a cana, fabricando o açúcar ou mercadejando com êle, os núcleos de colonos, cuja experiência não seria depois esquecida ou desperdiçada.

As ilhas descobertas e povoadas — pois nenhuma das ilhas descobertas pelos portugueses, ao contrário do que sucedia com as Canárias, era povoada, — passaram a ser logo bases para as navegações e, algumas, para o comércio com a costa africana.

Assim, Cabo Verde teve o privilégio do tráfego com Guiné; e S. Tomé com a Mina. Durante muito tempo, mesmo, as duas regiões da costa de África dependeram administrativamente de Santiago de Cabo Verde e de S. Tomé.

Mas é evidente que não eram as mesmas as condições de tôdas as ilhas para a colonização. A adaptação aos arquipélagos da Madeira e Açôres não foram difíceis para as populações brancas da metrópole ou do norte da Europa que (como se fizera com o sul do país durante e depois da Reconquista) foram chamados para nelas se estabelecerem.

Com as ilhas de Cabo Verde e, principalmente, de S. Tomé e Príncipe não acontecia o mesmo. A colonização fêz-se especialmente com os pretos das costas da Guiné e da Mina, se bem que se prolongasse pelo século XVI e seguinte a tentativa de adaptação de colonos brancos. Desistiu-se, afinal, quanto a S. Tomé e ao Príncipe; mas a insistência desenvolvida em Cabo Verde permitiu a criação do tipo mixto de colono, que caracteriza a população do arquipélago.

Assim, a experiência de colonização foi igualmente útil para o progresso da actividade ultramarina dos portugueses, — e não se perderia nunca, nem logo então, quando se levaram casais da Madeira e dos Açôres para Cabo Verde e S. Tomé, nem mais tarde, quando se teve de ensaiar a colonização do Brasil.

PRAÇAS DE ÁFRICA

Entretanto, não se completaram em Ceuta as aspirações do Infante D. Henrique sôbre o norte de África. Ceuta permitia-lhe observar a navegação do Estreito, por onde se fazia grande parte do comércio entre o Mediterrâneo e os portos do norte da Europa.

Pode, todavia, pensar-se que não deixaria o Infante de aproveitar a situação excepcional de Ceuta para recolher tôdas as informações, que poderiam dar-lhe os navegadores levantinos, que transportavam pelo estreito as especiarias trazidas por terra aos portos do Egipto e da Ásia Menor, em que os italianos as recolhiam para as distribuir por tôda a Europa. Mas sabe-se hoje que não eram muito profundos os conhecimentos que então os próprios italianos tinham das regiões originárias dessas especiarias, que davam às repúblicas italianas o esplendor condenado a perder-se no decurso das explorações portuguesas.

Como quer que seja, guiado provàvelmente pela idéia de Cruzada que primeiro o levara a Ceuta, pensou o Infante (se foi sua a idéia, o que já hoje começa a pôr-se em dúvida) em prosseguir a ocupação iniciada. Daqui a tentativa infrutuosa contra a cidade de Tânger.

A derrota da expedição que foi a Tânger não teria importância de maior se as circunstâncias de que se rodeou não feris-

sem profundamente a sensabilidade dos portugueses. Para que o exército expedicionário, cercado pelos mouros, pudesse reembarcar, exigiam os inimigos que fôsse entregue a cidade de Ceuta, — o que, naturalmente, não estava na alçada de D. Henrique satisfazer. Combinou-se então que ficasse como refens, com outros, o môço Infante D. Fernando, — que realmente se afigura ser, como anteriormente acontecera com os irmãos, na organização da conquista de Ceuta, o maior animador do assalto a Tânger.

Não se confirmou em Portugal a condição aceita em Tânger e Ceuta continuou a ser portuguesa; mas o sacrifício do Infante D. Fernando transformou-se em martírio, a que a saúde frágil do Infante não resistiu. E a sua grandeza de alma, testemunhada pelos companheiros de martírio que puderam mais tarde voltar a Portugal, impressionou vivamente as imaginações e não teria contribuído pouco para que se não perdesse mais de vista a idéia da desforra.

Compreende-se, porém, que já não andasse D. Henrique entre os que se sentiam mais seduzidos pela continuação da emprêsa iniciada em África. Nessa altura, já o Infante se encontrava embevido na obra de colonizar as ilhas do Atlântico e havia conseguido que os seus navios passassem para além do Cabo Bojador, no esfôrço de exploração da costa africana. Provàvelmente, mesmo, começaria a delinear-se-lhe no espírito o plano mais vasto de buscar passagem para o Oceano Índico através da África, — ou porque fôsse possível atravessar pelos rios que encontrasse, ou porque não considerasse a ponta sul da África tão longínqua ainda.

Seja como fôr, não o vemos interessado nunca mais nas emprêsas marroquinas; e será El-Rei D. Afonso V quem retomará a acção iniciada em África, apoderando-se em 1458 (dois anos antes da morte do Infante) de Alcácer-Seguer, — precisamente levado por aquelas idéias de defesa peninsular que já haviam predominado no espírito de D. João I.

Efectivamente D. Afonso V era, naquela época, uma sobrevivência medieval, que nem sempre pareceu compreender a grandeza do esfôrço que se estava a realizar ao impulso de D. Henrique.

Já não admira, desta forma, que os descobrimentos marítimos esmorecessem à morte de D. Henrique, — quando verdadeiramente passavam para a Coroa as principais obrigações no seu prosseguimento. Outras preocupações enlevaram o Rei, perdido de novo nas questões de predomínio peninsular, que representaram um dos mais frisantes momentos do perigo português para Castela, a que já se aludiu.

Senhor de Alcácer-Seguer, D. Afonso V não viu no seu triunfo senão uma nova posição de importância para a defesa da Península, — e quando do alto da cidadela contemplava a cidade vencida para Portugal, admirava o que representara para êste fim a conquista de Ceuta e lamentava que fôsse pouco o que fizera em comparação do que havia conseguido El-Rei D. João I, seu avô.

Não tardaria, de facto, que D. Afonso V se envolvesse nas graves contendas a que foi levado pelo seu casamento com a Excelente Senhora; e o combate indeciso de Toro (que só não fôra uma derrota, graças à intervenção do Príncipe D. João, futuro Rei) nem por isso o atraíu a cooperar na emprêsa iniciada por D. Henrique.

Pelo contrário, a emprêsa de África sempre o seduzira como coisa mais ligada às suas preocupações de hegemonia peninsular. Já em 1563 e em 1564 tentava conquistar Tânger. Mas em vão... Só mais tarde, depois da conquista de Arzila, em 1471, as suas tropas ocupavam a cidade cubiçada e que as fôrças muçulmanas haviam abandonado, por lhes não parecer fácil defendê-la, com Arzila na posse dos portugueses.

Todo êste esfôrço, — importa sublinhá-lo, — desenvolveu-se, porém, à parte da actividade dos descobrimentos marítimos, — e quem sabe mesmo se como reacção, que nunca deixou de

se manifestar contra a aventura de expansão marítima. Marrocos só apareceria ligado aos objectivos superiores de Além-Mar quando, muito mais tarde, descoberto o caminho marítimo para a Índia, El-Rei D. Manuel pensou em alargar as possibilidades do Império do Oriente, acompanhando a acção dos capitães da Índia com uma Cruzada pelo Mediterrâneo.

Mas por então não se pensaria certamente em que fôsse possível erguer um Império no norte da África sem o edificar igualmente na Península. Era a velha idéia do Algarve de Além-Mar em África, que prosseguia a animar os espíritos pouco atreitos a deixarem-se seduzir pela emprêsa menos vistosa ainda então dos Descobrimentos Marítimos.

Isto não quere dizer, evidentemente, que a permanência das praças de África não viesse a influir, se bem que indirectamente, nos destinos da expansão portuguesa. No decorrer desta actividade chegaria o momento em que os militares tomariam o lugar dos mareantes. E então os exploradores, como Bartolomeu Dias, teriam de ser substituídos na direcção superior da emprêsa por capitãis, como D. Francisco de Almeida.

As praças de África seriam então, durante muito tempo, a escola de formação dos guerreiros chamados a construir o Império do Oriente.

Mas esta circunstância foi puramente acidental, porque se muito cêdo se procurou atingir a Índia, as condições de organização do Império foram os factos que as impuseram à compreensão dos homens.

A HERANÇA DO INFANTE

Com a morte do Infante, vão os Descobrimentos passar em breve à Coroa e Lisboa substitue os portos algarvios como ponto de partida para o seu prosseguimento e base de estudo e organização das novas explorações.

Mas, realmente, se até 1462 se completam algumas explorações começadas pelo Infante e realizadas pelos mesmos navegadores, reconhecendo-se a costa africana até um pouco a sudoeste do Cabo Mesurado, — obra de Pedro de Sintra, que ainda por ordem de D. Henrique, em 1460, chegara à Serra Leôa, — e descobrindo-se as restantes ilhas de Cabo Verde (Diogo Afonso), desde 22 de Janeiro de 1462, data em que se encontrou a ilha de S. Vicente, até 1469, ano em que D. Afonso V arrendou por cinco anos a Fernão Gomes o comércio da costa africana, com a condição de descobrir cem léguas de costa por ano, — nada mais se sabe.

Em 1470, porém, já Soeiro da Costa chegava ao rio do Soeiro, e em 1471 aparecem nomes de navegadores, como João de Santarém e Pedro Escobar, que encontraremos a tomar parte nos descobrimentos do período de intensa actividade, que então principia.

Com efeito, em 1471 se dá um acontecimento que veio a

ter as maiores conseqüências: — D. Afonso V associa à grande emprêsa seu filho o Príncipe D. João, futuro D. João II, e o Infante D. Henrique encontrou logo no sobrinho o herdeiro do seu esfôrço, o continuador genial das suas mais altas aspirações.

Explora-se então o Golfo da Guiné, reconhecendo-se a costa e encontrando-se as ilhas de S. Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Ano Bom. O navegador Fernando Pó atingiu os Camarões, Lopo Gonçalves o cabo que teve o seu nome, Rui Sequeira o Cabo de Santa Catarina.

Mas a referida aventura de D. Afonso V, que pelo seu casamento com a Excelente Senhora pretendera cingir a coroa de Castela, desviou da Costa de África as primeiras preocupações, mesmo as do Príncipe, que em Toro conseguiu salvar a honra das armas portuguesas.

Sucede então outro acontecimento que vem mostrar como a obra dos navegadores portugueses começava a ter ressonância internacional e despertava, nas nações estrangeiras, as primeiras cubiças: — surge então a concorrência de Castela na costa africana. Desde 1471, navios castelhanos, embora sob o pretexto de pescaria (e certamente, durante a guerra, com o fim de interceptar a acção dos navegadores portugueses) começaram a freqüentar as águas da costa africana, para além mesmo do Cabo Bojador.

Importa notar agora que Portugal, desde o começo dos Descobrimentos, e seguindo rigorosamente a ordem jurídica daquêle tempo, tinha conseguido da Santa Sé a concessão e legitimação dos direitos à posse exclusiva dos mares e terras que descobrira. Já D. Afonso IV assim procedera, recorrendo à Santa Sé, quando invocou os seus direitos às Canárias; e em 1442, o Papa Eugénio IV confirmou as concessões feitas por D. Duarte e D. Afonso V ao Infante D. Henrique e à Ordem de Cristo, de que o Infante era Governador, e que exerceu a maior acção em todos os Descobrimentos.

Não muito depois, em 1454, Nicolau V declarava pertencerem a Portugal *in perpetuum*, as terras e os mares descobertos ou por descobrir, conquistados ou por conquistar. O seu sucessor, Calixto V, por bula de 13 de Março de 1455, confirmou a bula de Nicolau V; e Sixto IV, confirmando as dos seus antecessores, fazia na bula *Aeterni Regis*, de 21 de Junho de 1481 uma espécie de resumo dos descobrimentos dos portugueses com o Infante D. Henrique e com D. Afonso V; e depois de revelar as intenções dos Reis de Portugal irem prosseguindo as navegações até à Índia, com objectivos de Cruzada, — doava a Portugal as terras descobertas ou a descobrir no oceano e reconhecia as combinações realizadas entre Portugal e Castela no Tratado de Toledo de 1480.

Precisamente, com êste tratado estabelecia-se que os navios de Castela não poderiam ir pescar para além do Cabo Bojador e previam-se castigos pesadíssimos para os trangressores; mas pelo lado de Castela tudo leva a crer que não havia interêsse nenhum em cumprir o tratado. Os manejos dos Reis de Castela na conspiração que custou a vida ao Duque de Bragança não tinha outro objectivo do que inutilizar o tratado e é bem de ver que, por detrás das pescarias, se encontrava o comércio da Guiné e talvez já um desejo de concorrência na actividade de expansão marítima.

Como quer que seja, mal se assentaram as pazes com Castela e ainda antes de subir definitivamente ao trono, logo D. João II começou a obra dos Descobrimentos, num esfôrço admirável que levaria o reconhecimento da costa africana desde o Cabo Catarina até ao rio do Infante.

Logo no princípio de 1482 partia Diogo Cão para a sua primeira viagem, em que ergueria na Ponta do Zaire o padrão de S. Jorge: — começa então o descobrimento da costa de Angola, ao sul do rio Congo. Ainda nesta viagem, Diogo Cão levanta no Cabo de Santa Maria o padrão de Santo Agostinho.

Noutra viagem (1485-1486), entra pelo Congo dentro, tal-

vez à procura de saída para o Índico. Navegando até as quedas de Ielala, aí inscreveu na rocha viva a famosa inscrição, que marca o desfecho dos seus esforços para o interior do continente africano.

Impossibilitado de seguir, em virtude das cataratas, desceu de novo o rio Congo, voltou ao mar, seguiu a costa para o sul, cravou o seu terceiro padrão no Cabo Negro e, mais ao sul ainda, no Cabo do Padrão, o quarto.

Continuando a sua rota, atingiu, pelo menos a Serra Parda, defronte da qual, no mar, veio a morrer depois de haver preparado as condições para se alcançar a ponta sul da África.

Logo, porém, lhe tomou o esfôrço Bartolomeu Dias, que saíndo de Lisboa no fim de Agôsto de 1486, dobrava o Cabo da Boa Esperança, realizando uma das acções de mais vastas conseqüências da história do descobrimento da terra; e, voltando ao norte, para encontrar terra, desceu na costa oriental da África e cravou o seu primeiro padrão em False Island.

Ainda navegou até à ilha das Fontes pelo Oceano Índico, enquanto o seu companheiro, João Infante, capitão de outro navio, seguia um pouco mais ao norte, até o rio do Infante. Às portas da Índia, Bartolomeu Dias não pôde ou não soube impor a sua vontade aos que pretendiam, alçando as vozes, voltar. E voltou...

No regresso ainda ergueu outro padrão no Cabo da Boa Esperança, quási no local onde é hoje a Cidade do Cabo, mas chegou a Lisboa com a certeza de que se podia atingir a Índia por mar, — completando um esfôrço que tantos sacrifícios e tantos trabalhos durante tantos anos exigira.

Enquanto Bartolomeu Dias seguia na sua viagem maravilhosa, enviara, porém, D. João II, por terra, em busca de novas da Índia, Pêro da Covilhã e João de Paiva. O primeiro pôde atravessar do Egipto ao Mar Vermelho, descer a Adem, passar depois até Cabente e, refazendo o caminho andado, correr a costa africana até Sofala. Voltando ao Cairo, daí enviou a

D. João II a relação da sua viagem. O conjunto das informações recebidas por El-Rei não podiam deixar de lhe dar a certeza de que estava, de facto, às portas da Índia.

Em 1493, todavia, um facto de importância considerável ia deter as atenções do grande Rei: — Cristóvão Colombo, ao serviço de Castela, regressava da sua primeira viagem às Antilhas, convencido de que chegara à Índia.

O CIUME DE CASTELA

CASTELA não via sem preocupações a actividade dos portugueses. Já quando D. Afonso IV pensara em ocupar as Canárias, se julgara Castela obrigada a intrometer-se sem, ao que parece, ter grandes razões para o fazer, tirante os receios do fortalecimento do vizinho activo sôbre o qual continuava a guardar ambições de hegemonia. Mais tarde, quando o Infante D. Henrique pensou retomar o projecto de D. Afonso IV, chegando a enviar para a conquista uma expedição, Castela fêz tudo junto da Santa Sé para que fôsse revogada, como foi, a bula que o Infante chegara a alcançar.

E quando Gil Eanes passou o Bojador, não tardou muito que os navios castelhanos começassem a seguir-lhes os rastos, a-pesar dos reconhecimentos de posse que a Santa Sé repetidamente concedera aos reis de Portugal, ao Infante D. Henrique e à Ordem de Cristo sôbre as terras descobertas pelos navegadores portugueses.

Durante a querela da sucessão ao trono de Castela, motivada pelos direitos invocados por D. Afonso V, que desposara, para os poder invocar, a infanta castelhana D. Joana, a Excelente Senhora, tudo leva a crer que as costas da Guiné foram freqüentadas assìduamente pelos navios castelhanos. De alguns se sabe com certeza que por lá andaram, a-pesar das terríveis represálias. Pelos tratados de Alcáçovas e de Toledo, que resta-

beleceram a paz entre as duas nações, foi reservado a Portugal a conquista do noroeste de África, que também nos era contestada, da Guiné e das ilhas, que para o sul se haviam descoberto ou se viessem a descobrir. Por outro lado, Portugal desistia das suas pretensões às Canárias, embora mais tarde D. João II tentasse obter novamente de Castela a desistência dos seus direitos.

Mas se Portugal só por necessidade de alcançar a paz cedia no caso das Canárias, que por algum tempo continuaria a procurar obter para o seu quinhão, Castela só pela mesma razão abandonava as pretensões de participar do monopólio, que Portugal exigia, da exploração das terras e dos mares, que havia descoberto.

Daí a sua intervenção assolapada em questões internas de Portugal, como sem dúvida na conspiração do Duque de Bragança contra D. João II, que foi auxiliada ou acaso fomentada por Castela e trouxe tão prolongadas inquietações ao país.

A energia do Rei, que já antes de subir ao trono, desde 1471, intervinha vivamente na emprêsa dos Descobrimentos, recolhendo a herança do Infante D. Henrique, desfez tôdas as intrigas de Castela. A primeira viagem de Cristóvão Colombo, que regressava de descobrir a América e morreria sem o compreender, embora três vezes lá voltasse, de novo esteve a ponto de provocar a guerra entre os dois países.

Colombo aprendera o que sabia da arte de navegar no convívio dos portugueses. Viera cedo a Portugal, casara na Madeira com uma filha de Bartolomeu Perestrelo e soubera alguma coisa dos planos de Portugal. Por motivos que ainda não foram perfeitamente esclarecidos, convencera-se de que era mais fácil alcançar a Índia caminhando para ocidente, do que buscando uma passagem ao sul da África como os portugueses procuravam desde o tempo do Infante. Propôs a emprêsa a D. João II, Mas o Rei de Portugal tinha razões de sobra para não acreditar nas fantasias do navegador. Acaso nessa altura exploradores portugueses do Atlântico, partindo dos Açôres e de Cabo

Verde, haviam pressentido já a existência de terras para ocidente. Tôdas as ilhas que no Atlântico tinham sido encontradas eram, porém, desertas; e D. João II pretendia chegar à Índia, sôbre a qual lhe não faltavam já informações, colhidas metòdicamente no levante, onde enviara repetidos emissários.

Desiludido de obter auxílios de Portugal, Colombo procurara-os noutros países, até que por fim os obteve em Castela.

Os resultados da viagem de Colombo não se pode dizer que fôssem logo maiores do que o descobridor esperava, porque a América não era o que depois se fêz e Colombo acreditou sempre que chegara a Cipango, guiado mais pelas informações obsoletas dos antigos geógrafos, nomeadamente do viajante Marco Polo, do que pelos resultados das suas próprias observações.

Como quer que seja, D. João II, ao vê-lo regressar e ao recebê-lo em Sacavém, pensaria que o navegador, que não dava informações muito precisas das terras visitadas, andara em águas reconhecidas a Portugal por sucessivas bulas papais. E, ou para que os Reis de Castela se convencessem de que estava disposto a tudo para defender os seus direitos, ou por que realmente se dispusesse a actuar com a maior energia, anunciou a organização de uma armada encarregada de verificar os descobrimentos de Colombo e cujo comando entregaria a D. Francisco de Almeida, o futuro vice-rei da Índia, que estivera envolvido nas conspirações do Duque de Bragança, mas já voltara às boas graças de El-Rei.

Certo é que os de Castela, ao saberem dos intentos de D. João II, apressaram-se a propor negociações, ao mesmo tempo que solicitavam da Santa Sé o reconhecimento dos direitos às terras descobertas por Colombo, que não muito depois partiria para a sua segunda viagem.

O Papa Alexandre VI, então reinante, desejando certamente satisfazer os desejos de Castela, pois era natural de Aragão, como Fernando o Católico, e tinha parentes, muito chegados,

súbditos dêste rei, apressou-se a despachar uma série de bulas em que se louvava o esfôrço de Colombo e se concediam aos reis de Castela os direitos das terras descobertas por êste navegador.

Como novidade, porém, a bula de Alexandre VI, datada de 4 de Junho de 1493, — menos de três meses depois da chegada de Colombo, — se bem que despachada mais tarde, mandava que se traçasse uma linha de polo a polo, partindo de um ponto obtido cem léguas para além dos Açôres ou de Cabo Verde, e reservava para a coroa de Castela o exclusivo de descobrir para além dessa linha.

Não se pode dizer que Alexandre VI prejudicasse explìcitamente, nos direitos reconhecidos pela Santa Sé à coroa de Portugal, pois até então sòmente se haviam concedido aos reis de Portugal as terras descobertas ou por descobrir na costa de África, as ilhas do Atlântico expressamente indicadas nessas bulas e os mares que até então, por declaração dos reis de Portugal, haviam sido descobertos e eram navegados por navios do Rei de Portugal, no caminho que se procurava para a Índia.

Mas D. João II aproveitou inteligentemente a doação feita a Castela para negociar com a coroa vizinha concessões equivalentes, de maneira que ficou, por acôrdo entre os dois países, pertencendo a Portugal o direito ao outro hemisfério e afastada mais para ocidente a linha mandada traçar pelo Santo Padre.

Possìvelmente, mesmo que não fôssem conhecidas com perfeição pelos portugueses terras a ocidente, é natural que os navegadores de D. João II tivessem encontrado vestígios ou detritos arrastados pelas águas do mar. E assim D. João II, levando Castela a reconhecer os direitos de Portugal às terras que viessem a ser encontradas para oriente de uma linha que havia de ser traçada 370 léguas, (em vez de 100, como determinara a bula papal) para ocidente de Cabo Verde, garantia de facto para Portugal a posse do Brasil, que ficava dentro dos limites da coroa portuguesa.

Êsse Tratado, datado de Tordesilhas, em 7 de Junho de 1484, corresponde a uma das horas mais altas e mais belas da história de Portugal e de Castela. Então se dividia o mundo entre as duas nações peninsulares bastante fortes para o poderem fazer sem ouvir as outras nações da Europa, bem mais poderosas, aliás, algumas delas — se olharmos à sua extensão e à sua população.

Previa-se ainda a sanção da Santa Sé ao que ficava combinado; mas não se admitia que de outra maneira se procedesse, se não como era contratado, quer o confirmasse, quer não.

Ficava aberto, portanto, a Portugal o caminho da Índia; e o esfôrço de Bartolomeu Dias, que fôra cravar o seu ultimo padrão, na costa oriental da África já não ficaria perdido. Castela, por seu turno, poderia, com pleno direito, ensaiar a sua capacidade de nação colonizadora na América adaptando-se ao esfôrço singular de que lhe mostrámos o processo.

E o plano geral dos descobrimentos portugueses não ficaria mutilado ou deminuído.

Com as informações que Bartolomeu Dias trouxera e Pêro da Covilhã enviara do Cairo, antes de se encaminhar para a Abissínia, donde nunca mais voltou, — D. João II sabia que lhe estavam realmente franqueadas as portas da Índia.

Aprestou-se pois a enviar a armada que chegasse ao fim de tantos trabalhos tão vigorosamente prosseguidos.

Não lhe estava, entretanto, reservada essa glória: — ficaria para o sucessor, D. Manuel, duque de Beja, seu primo e cunhado, — irmão daquele Duque de Viseu, que o grande Rei, para defesa da integridade nacional e da unidade moral do país, apunhalara em Setúbal por suas próprias mãos.

Não se deve crer, todavia, que não houvesse, além, do sangue, outro laço de espírito entre o novo Rei e o apunhalado de Setúbal. O Príncipe Perfeito não hesitaria, de-certo, em eliminá-lo igualmente se não confiasse em que D. Manuel saberia completar-lhe o sonho a que tudo, na hora própria, sacrificara.

ÍNDIA! ÍNDIA!

El-Rei D. Manuel, a-pesar de quanto se tem escrito numa história sem consciência, foi, com efeito, herdeiro de D. João II, o verdadeiro: — dos seus planos e aspirações e não apenas dos direitos reais que, segundo se costuma dizer, não teria sabido guardar devidamente.

Pelo contrário, não tardou muito de facto que, tomando em mãos a emprêsa a que o seu antecessor se devotara, procurasse estabelecer as condições que pudessem levar à Índia, concluindo assim o esfôrço iniciado pelo Infante D. Henrique. E deve lembrar-se que, afinal, a D. Manuel, pela sua decisão, se deve que não fôsse abandonada a busca do caminho marítimo, que D. João II, depois do Infante, ansiosamente demandava.

Com efeito, tendo subido ao trono em Outubro de 1495, logo em Dezembro fêz discutir no Conselho de Estado a questão da viagem. A maior parte dos conselheiros, atendendo a que a Índia era terra demasiado longínqua para que se pudesse conquistar, opusera-se à emprêsa. — Era o bom senso dos homens da terra a opor-se às aventuras inquietas em que, a-pesar de tudo, o melhor de Portugal se empenhava?... — El-Rei, porém, decidiu, ouvidos todos os pareceres, que se levasse adiante a emprêsa: e logo se começou a tratar de prosseguir

nos preparativos já iniciados por D. João II para tão longa jornada.

Se não é possível censurar D. Manuel por se haver esquecido do que era, havia quási um século, o maior empreendimento nacional, — em ódio, diz-se, ao que fizera D. João II! — também se não há-de acusá-lo de ter arredado Bartolomeu Dias do comando da armada — o que seria, no parecer dos críticos, a primeira ingratidão de D. Manuel. Com efeito, Vasco da Gama já tinha sido escolhido por D. João II e D. Manuel não fêz mais do que confirmar a escolha feita — e hoje se vê ter correspondido às necessidades da alta emprêsa. Acresce que Bartolomeu Dias havia dado já as provas de que, nas horas mais críticas, não teria fôrça de ânimo para se impor à marinhagem, que na primeira viagem o obrigara a voltar atrás, quando tinha acaso a Índia à vista, perdendo a glória de completar o plano de El-Rei e do Infante.

Para o comando da armada que não seria já quási uma armada de descobrimento, exigia-se homem forte, capaz de se impor a todos nas horas mais graves, de coração rijo, e qualidades de comando superiores. Não se enganara D. João II nem D. Manuel ao confirmar a escolha: — Vasco da Gama era efectivamente o homem exigido pela ocasião.

É preciso não esquecer que a viagem para que se aprontava Vasco da Gama seria a maior, a mais longa, acaso a mais difícil, que jàmais se fizera. Por isso D. João II e D. Manuel depois, que o sabiam, a estudaram com todo o cuidado.

Compunha-se a armada de quatro navios: — *S. Gabriel,* a nau capitaina, pilôto Pêro de Alemquer; *S. Rafael,* Capitão Paulo da Gama, irmão do Capitão-mor, pilôto João de Coimbra; *Bérrio,* capitão Nicolau Coelho, pilôto Pedro Escobar, velho mareante, que já estivera com Diogo Cão no descobrimento do Congo; e um navio de mantimentos.

A *S. Gabriel* e a *S. Rafael* haviam sido construídas de propósito com madeiras mandadas cortar nas matas reais por

D. João II e conforme as indicações da experiência de Bartolomeu Dias e dos seus companheiros, um dos quais, Pêro de Alenquer, — «homem mui esperto em coisas do mar — escreve Damião de Góis, — e por cuja indústria Lopo Infante e Bartolomeu Dias chegaram ao rio do Infante» — era o pilôto da própria nau de Vasco da Gama.

Segundo Braz de Oliveira, os navios eram de três mastros, — o do traquete no castelo da proa, o grande a meio, próximo da tolda do capitão, e o da mesena no chapiteu da pôpa, sendo o do traquete um pouco caído para vante. Iam bem armados, com artilharia, que poderia vir a ser precisa; e os oficiais e os homens com espadas, bestas, machados e piques. Mas, segundo Duarte Pacheco, eram barcos pequenos, propositadamente, à conta dos baixios da costa africana, tanto mais que parte da viagem decorreria em mares mal conhecidos ainda e outros perfeitamente desconhecidos dos portugueses.

Não faltaram também os livros e as cartas, umas que teriam servido já aos navegadores portugueses, quem sabe se algumas que tivessem sido alcançadas pelos agentes que, havia muito, os reis de Portugal traziam a espionar no levante.

Vasco da Gama e os seus companheiros despediram-se de El-Rei D. Manuel em Montemor. De suas mãos o capitão-mor recebeu a bandeira branca com a cruz de Cristo, jurando defendê-la e guardá-la contra todos os perigos até à morte, e servir com lealdade a El-Rei. Ao mesmo tempo lhe foram entregues as instruções, que a todos os capitães-mores eram sempre dadas, e as cartas que havia de apresentar ao Preste João e a El-Rei de Calecute, segundo as informações recebidas por D. João II, e que agora em todos os actos se vê que estavam a ser levadas em conta.

A saída de Lisboa efectuou-se no dia 8 de Julho de 1497. Os navegantes haviam passado a noite em vigília na capela de Nossa Senhora de Belém e no dia do embarque dirigiram-se à praia em procissão. Houve confissão geral e promessa de indul-

gência plenária aos marinheiros que morressem na viagem, nos termos das bulas. E na praia havia lágrimas nos olhos dos que ficavam — a comoção, que Luiz de Camões interpretaria mais tarde nas imprecações dolorosas do Velho do Restêlo.

A 15 de Julho a armada passava as Canárias. O nevoeiro desfez a formação dos navios que se perderam de vista e só voltaram a encontrar-se, a 26, nas ilhas de Cabo Verde, ancorando no dia seguinte na baía de Santa Maria, da ilha de Santiago.

Até aqui vieram acompanhados por Bartolomeu Dias, que naturalmente lhes deu ainda, mais uma vez, as indicações da sua experiência. De certo por isso, ao levantar ferro, a 3 de Agôsto, a armada meteu rumo a sueste, navegando assim por duzentas léguas.

Então, para fugir às calmarias, fêz a armada uma derrota em círculo pelo Atlântico buscando depois escapar às tempestades que já haviam prejudicado a viagem de Bartolomeu Dias. No dia 1 de Novembro notaram os primeiros sinais de terra, que no dia 7 estava à vista. Ancoraram na baía de Santa Helena, depois de terem passado durante três dias à vista da costa, em procura de bom ancoradouro. Esteve a armada durante oito dias em Santa Helena, entretida na limpeza dos navios, a remendar as velas e a apanhar lenha, então se fazendo as primeiras medições. Concluíram que se encontravam à distância de 22 léguas do Cabo da Boa Esperança, no que, realmente só se enganariam, em duas léguas, se tanto.

Toparam aí com os primeiros negros e conseguiram apresar um; mas dificilmente conseguiram entendê-lo. Trataram--no bem e no dia seguinte apareceram muitos outros, com os quais partiu para o interior um Fernão Veloso, que não tardaria a ver-se obrigado a regressar correndo. Os negros teriam procurado, ao que parece, organizar uma armadilha em que viessem a cair os navegantes. Travou-se um pequeno combate, em

que foram levemente feridos alguns portugueses e entre êles o capitão-mor.

Prosseguiu a viagem no dia 16, mas só a 22 passaram o Cabo. A 25 estavam na Baía de S. Braz, — a que Bartolomeu Dias pusera o nome de Baía dos Vaqueiros — onde Vasco da Gama fêz erigir uma cruz e um padrão, que os indígenas derrubaram logo, ainda à vista dos navios, que tinham levantado ferro.

A 7 de Dezembro, vigília de Nossa Senhora da Conceição, fêz-se a armada de vela, indo passar, dias depois, pelo rio do Infante, o extremo da viagem de Bartolomeu Dias. No dia 25 chegaram à terra a que, por isso, deram o nome de Natal, e a 11 de Janeiro desembarcavam na Terra da Boa Gente, onde comerciaram com o gentio da terra durante cinco dias. Em 16 de Janeiro seguiram para o norte e a 24 chegaram ao rio dos Bons Sinais, onde se conservaram em boas relações com a gente da terra, mas em muito más condições quanto à saúde: — adoeceram muitos marinheiros, alguns morreram, nesses 32 dias na terra que lhes dava os *bons sinais* de que verdadeiramente os portugueses realizavam naquele momento o périplo da África, visto que anos antes estivera Pêro da Covilhã em Sofala, enviado por D. João II a colher as notícias que haviam de servir agora a Vasco da Gama.

É possível também que o Gama, que levava consigo intérpretes da língua árabe, ali recolhesse algumas informações sôbre o melhor caminho a seguir, pois lá encontraram já mestiços de negras e árabes, com quem de-certo se puderam entender.

Se a frota demorou trinta e dois dias no rio dos Bons Sinais, foi naturalmente à conta disso, por causa dos doentes de escorbuto que levava e para benefício dos navios. Só a 24 de Fevereiro largaram para o norte.

No 1.º de Março de 1498 avistou-se da armada a ilha de Moçambique, em cuja baía no dia seguinte fundearam. Aqui apareceram a Vasco da Gama os efectivos sinais da influên-

cia muçulmana, pois a ilha era habitada por um xeque, de nome Sacoeja, e seus vassalos, negros naturais da terra, orientais ou mouros e, com certeza, mestiços de uns e outros, que exploravam o comércio do Oriente com as povoações da costa africana.

Era uma quinta-feira. No dia seguinte, a armada entrou no pôrto e o Capitão-mor procurou logo obter os refrescos de que ia necessitado e, principalmente, pilotos que o levassem à Índia.

Tudo isso conseguiu Vasco da Gama com facilidade de Sacoeja, mas não tardou que a boa vontade se alterasse: — os mouros, ao compreenderem que tratavam com navegadores cristãos, procuraram por tôdas as formas prejudicar a armada.

Então se deu o primeiro conflito no mar do oriente entre portugueses e muçulmanos; e Vasco da Gama achou preferível continuar a viagem, — que o seu regimento mandava-lhe chegar à Índia e não combater a ferro e fôgo os inimigos, que fôsse encontrando no percurso.

A 10 de Março levantou ferro, com um só piloto, pois o outro, dos dois que o xeque de Moçambique lhe dera, havia conseguido fugir. Entretanto, para assinalar a chegada a local onde conseguira receber tão certas notícias do caminho para Índia, mandou Vasco da Gama erguer outro padrão no ilheu de S. Jorge, junto do qual se disse missa com comunhão geral.

Ainda então, porém, não puderam largar definitivamente de Moçambique. Ao fim de quatro dias de jornada com ventos contrários foram obrigados a arribar de novo ao ilheu de S. Jorge, e daí a Moçambique, em cujo pôrto entraram para se abastecer de água, coisa assaz difícil, porque a resistência dos mouros e naturais obrigou a utilizar pela primeira vez as peças de bordo.

O caso é que o terror provocado pelo bombardeamento levou o xeque a reconsiderar, apresentando satisfações e desculpas e, — o mais importante, — enviando ao Capitão-mor outro piloto.

A 27 de Março, finalmente, Vasco da Gama deixou Moçambique e a 1 de Abril estava junto das ilhas de Querimba.

No dia 4, passava ao largo de Quiloa e, a 7, chegava a

Mombaça, onde foi recebido com fingimento, que esteve a ponto de deitar a perder a armada. Por isso, enfreando por então a vontade de castigar a malícia dos mouros, Vasco da Gama suspendeu ferro a 13 de Abril, para ir fundear em Melinde, no dia seguinte, sábado de Aleluia de 1498.

Graças às facilidades que em Melinde lhe foram dadas, e depois de erguer na ilha o padrão do Espírito Santo, seguiu com um piloto magnífico para a grande travessia do Índico a caminho de Calecute.

Verdadeiramente, a preocupação de Vasco da Gama, desde Moçambique, deveria ser a de conseguir um piloto suficientemente instruído da navegação do Oceano Índico para o poder levar a Calecute, porquanto da costa africana oriental, já o Capitão-mor português levou de Portugal informações suficientes para, com as que obteve em Moçambique, ter a certeza de que prosseguia no bom caminho.

O problema, pois, consistia em localizar Sofala pelo Sul; e Vasco da Gama, chegando a Moçambique, não teve dúvidas certamente em ligar as informações de Covilhã e de Bartolomeu Dias com as que êle próprio alcançara já na sua viagem.

Verdadeiramente o périplo da África pelos portugueses estava realizado: completou-o Vasco da Gama, ao passar ao largo de Sofala, onde uns oito anos antes havia estado Pêro da Covilhã.

Vasco da Gama não podia desconhecer naturalmente as informações do agente de D. João II, porque a sua viagem fôra organizada a contar com elas. Não seria por outro motivo que, em vez de costear a África (como faria mais tarde Afonso de Albuquerque na sua segunda viagem) mandou pôr a proa a Calecute, mal conseguiu, em Melinde, o piloto cubiçado.

Hoje sabe-se que êste piloto era na verdade perito da navegação no Oceano Índico. Mas se Vasco da Gama levava uma mensagem de D. Manuel para o Rei de Calecute não poderia ser senão porque o Rei de Portugal utilizava já as excelentes informações que Pêro da Covilhã lhe enviara.

Como quer que seja, na viagem de ida para a Índia, Vasco da Gama, reconheceu grande parte da costa oriental da África, assentou três padrões, o do rio dos Bons Sinais, o de S. Jorge e o de Melinde, e visitou três povoações importantes: Moçambique, Melinde e Mombaça. À volta passou em Mogadoxe, onde não fundeou para fugir à malícia dos mouros; novamente em Melinde, de onde trouxe um embaixador do xeque para o rei de Portugal; em Zanzibar, a 7 de Janeiro de 1499, e finalmente em S. Jorge, onde chegaram a 24 de Fevereiro, dia da Purificação de Nossa Senhora. A 20 de Março dobrava o Cabo e entrava de novo no Atlântico.

Evidentemente que a viagem de Vasco da Gama não tinha como objectivo reconhecer a costa africana, senão enquanto êsse reconhecimento pudesse ser útil ou até imprescindível à carreira da Índia. Era, de resto, realizada por uma esquadra cujo objectivo fundamental consistiu em chegar a Calecute, demonstrando pràticamente a possibilidade da viagem e a sua utilidade comercial.

E assim se completava o plano do Infante: — alcançara-se a Índia. Mas agora o problema transformara-se completamente. El-Rei D. Manuel já não seria, de futuro, o mero continuador do esfôrço iniciado pelos primeiros navios enviados ao reconhecimento da costa africana por D. Henrique. Tôda a sua atenção se concentraria na intenção de criar as condições de um novo Império.

OS DOIS IMPÉRIOS

A EXPERIÊNCIA DO ORIENTE

PARA a segunda armada enviada à Índia utilizaram-se, conforme o velho costume salutar dos navegadores portugueses, tôdas as lições da experiência de Vasco da Gama. Mas os objectivos da viagem eram já bem diferentes, parecendo tratar-se, ao mesmo tempo, de uma frota de exploração por mares ainda insuficientemente conhecidos nalguns lanços, de comércio, carregada de tudo o que poderia servir ao tráfego do Oriente e de uma armada de ocupação ou, pelo menos, que preparasse a ocupação.

Fôra constituída por treze navios, transportava uns 1.500 homens, entre mareantes e soldados, e dela faziam parte como pilotos ou capitães, alguns dos homens mais experimentados daquêle tempo.

Para capitão-mor fôra escolhido Pedro Álvares Cabral, senhor de Belmonte, pertencente a uma das mais ilustres famílias do Reino, neto daquêle Fernão Álvares Cabral, que, no dizer de Gomes Eanes de Azurara, teve de ser desembarcado na ida para Ceuta, por estar atacado de peste. Pôde curar-se e ir a Ceuta, se bem que já não para a conquista: — «esteve nos cêrcos ambos, fazendo sempre coisas dignas de muita honra e assim acabou, ao diante, defendendo seu Senhor sôbre o cêrco

de Tânger, cuja morte foi a êle muito honrosa, por acabar em serviço de Deus e do Senhor que o criara...».

Os Cabrais andavam, assim, havia muito, empenhados no esfôrço de expansão de Portugal. O mesmo Fernão de Álvares casara com uma das filhas de Rui Freire de Andrade, almirante de Portugal, de quem tivera filhos, um dos quais, Fernão Cabral, que prestou serviços também em África e foi pai de Pedro Álvares, e outro, Diogo Cabral, casou na Madeira com uma filha de João Gonçalves Zarco.

Não se sabe, porém, que serviços houvesse prestado Pedro Álvares Cabral antes de ser escolhido por D. Manuel; mas não é provável que lhe entregassem uma armada de tal responsabilidade, com encargos que o obrigavam a ser, ao mesmo tempo, chefe militar, diplomata e mareante, sem haver mostrado capacidades excepcionais, como aliás, depois se viu que tinha.

Aproveitara-se, naturalmente, a experiência de Vasco da Gama; mas procurava-se ir mais longe: — pela primeira vez também, partiam para as partes do Oriente, além dos capitães de bordo os missionários, — seis padres de S. Francisco, com aquêle Fr. Henrique que disse a primeira Missa do Brasil, voltou ao reino e morreu Bispo de Ceuta.

Os objectivos confessados da viagem estavam todos na Índia, — e por isso seguiremos agora ao longo da costa de África, até Calecute. Noutro lugar nos deteremos a fixar o episódio que veio a celebrar especialmente Pedro Álvares e a sua armada, pois servirá de base a um capítulo novo e inesperado da história da colonização portuguesa.

Vasco da Gama, — já o vimos — ao procurar atingir o Cabo da Boa Esperança, não seguiu ao longo da costa de África. Evitando o gôlfo da Guiné, como se fêz sempre depois, virou para oriente e deu a grande volta que o aproximava da costa de um novo mundo.

Teria encontrado então quaisquer vestígios de terra?... É

possível; mas não se encontraram ainda documentos, que o demonstrem. Como quer que seja, o Atlântico-Sul era explorado havia muito; e não pode achar-se extraordinário que, assim, como se explorava o mar para oriente tomando como base os Açôres, o mesmo se fizesse ao Sul tomando como base as ilhas de Cabo Verde: — o próprio tratado de Tordesilhas parece indicar que se teriam já realizado explorações para oeste e se continuariam a fazer, depois de 1594, até ao limite das 370 léguas reservadas a Portugal.

Em todo o caso, o que de positivo se sabe é que Pedro Álvares Cabral, seguindo o exemplo de Vasco da Gama, desviou ao sul de Cabo Verde o rumo da armada para ocidente.

Partira de Lisboa a frota a 9 de Março de 1500. Na véspera fôra domingo e El-Rei e o Povo haviam aparecido a dar à despedida o entusiasmo que já não era assombrado pelos choros da partida de Vasco da Gama. A 22 de Março avistam a ilha de S. Nicolau de Cabo Verde. Desgarrara um navio, que tôda a armada buscou durante dois dias, ao fim dos quais se desistiu da procura e seguiu viagem, na rota combinada. A 21 de Abril principiaram a notar-se de bordo, nas águas do mar, sinais de terra, a seiscentas e sessenta ou seiscentas e setenta léguas do Cabo Verde, segundo Pêro Vaz de Caminha, que nos havia de dar destas horas magníficas a mais bela e precisa informação. Ao romper da manhã de 22 encontraram-se as primeiras aves, sinal incontestável da terra próxima, — *fura-buchos* segundo o mesmo Pêro Vaz. Mas só a horas de véspera a nova terra principiou a devisar-se...

«Neste mesmo dia» — certifica Pêro Vaz de Caminha, na carta maravilhosa a El-Rei D. Manuel, — «a horas de véspera, houvemos vista de *terra!* A saber, primeiramente de um grande monte, mui alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dêle; e de terra chã com muitos arvoredos; ao qual monte alto o Capitão pôs nome *O Monte Pascoal* e à terra *A terra de Vera Cruz*».

Estava descoberto o Brasil e não se haviam perdido os esforços de D. João II para alargar o hemisfério português duzentas e setenta léguas para além da linha mandada traçar por Alexandre VI. E quando, a 2 de Março, a armada seguiu ao seu destino, caminho da Índia, um navio tornava a Lisboa com a boa nova, que logo El-Rei se apressou a comunicar aos Reis Católicos, — como se algum receio houvesse de que lhe fôsse contestado o direito à terra descoberta.

Mas não seria sempre feliz a viagem de Pedro Álvares. Ao dobrar o Cabo da Boa Esperança tamanho temporal deu na armada, que naufragaram quatro navios, e, entre estes, o de Bartolomeu Dias, «o qual tendo passado tantos perigos de mar nos descobrimentos que fêz, e principalmente no Cabo da Boa Esperança (como atrás contámos) esta fúria do vento deu fim a êle, e aos outros...».

Mas desta vez já os portugueses encontraram boa vontade nos mouros da ilha de Moçambique, onde aportaram a 20 de Julho e de onde saíram, seis dias depois, com o pilôto que os levou a Quiloa e a Melinde.

Em Quiloa não conseguiu atar boas relações; em Melinde, porém, foi Pedro Álvares recebido com amizade, que já principiara a manifestar-se quando da viagem de Vasco da Gama. A 7 de Agôsto, com os dois pilotos guzarates, que o Rei de Melinde lhe cedeu, lançou-se Pedro Álvares à travessia do oceano, — «aquele grande golfão de mar de setecentas léguas» — até à costa da Índia. Foram dezasseis dias de viagem sem ver terra, até que, a 23 de Agôsto, chegou à ilha de Anchediva «onde esteve quinze dias repairando as naos e provendo-se de água e lenha, principalmente também por esperar a passagem dalgumas naos de Meca, que, com a mesma necessidade, e por melhor navegação, sempre iam demandar aquela ilha...».

Não lhe foi difícil entrar em negócios com a gente da terra, que lhe levavam mantimentos, «porque, como era gente

pôbre, e por qualquer coisa que traziam lhe davam muito, acudiam tantos que os haviam já por importunos».

Então se principiou, com aquela gente, a primeira acção apostólica na Índia, pois na armada seguiam também os primeiros missionários, — os franciscanos de Frei Henrique, o que disse a primeira missa do Brasil e colaboraria mais tarde com El-Rei D. Manuel na execução do plano maior do Império do Oriente.

De Anchediva partiu Pedro Álvares, já reparada a armada e restabelecida, para Calecute, onde chegou a 13 de Setembro, «onde logo ante de surtir foram derredor dêle muitos barcos da terra, todos como gente que mostrava contentamento de sua chegada, e sôbre êles veio um zambuco, em que vinha um mercador guzarate, homem em seu trajo e presença de autoridade, que da parte de El-Rei visitou Pedrálvares...».

A-pesar das desilusões de Vasco da Gama, ia agora tentar-se a criação em Calecute da primeira das feitorias, que foram, no Oriente, o próprio fundamento do Império, motivo maior, com o religioso, da sua expansão, o elemento mais rijo de resistência à dissolução.

Os portugueses possuíam então larga experiência já do funcionamento de feitorias, com que haviam guarnecido boa parte da costa ocidental da África e de que haviam lançado mão para manter o comércio da Mina. Acaso, então, não teria havido senão objectivos comerciais e de reconhecimento da costa, com a recolha de informações, que pudessem aproveitar aos navegantes, ao criarem-se as primeiras feitorias.

Foram as próprias relações com os indígenas que levaram os portugueses a modificar a sua orgânica, não tardando a transformá-las em colónias militares, capazes de repelir os assaltos dos indígenas e de impor, quando foi preciso, o domínio efectivo. O espírito realista dos portugueses fê-los adaptarem-se, com mais facilidade que nenhuns outros, às condições locais. A vida áspera, que levavam, habituara-os a não se surpreen-

derem de nada. Procuravam em primeiro lugar compreender a razão das coisas novas, que viam, e achar para cada problema a solução menos complicada. Principiando quási sempre por estabelecer feitorias, — a bem, se podia ser; à fôrça, se era necessário. Mas já a experiência lhes mostrara a necessidade de colocar junto do estabelecimento de trocas e comércio o pôsto militar.

E não apenas isto. Junto do mercado fixava-se o militar: a par de um e do outro, todavia, surgia o missionário, para temperar, com o espírito de caridade cristã, a ganância tantas vezes excessiva do comerciante, o gôsto do mando tantas vezes importuno do militar.

Juntaram-se assim os três elementos fundamentais dos estabelecimentos ultramarinos, tais como os portugueses os organizaram para fulcro e base da expansão: o mercador, o militar e o missionário. Estamos longe, portanto, da feitoria, entreposto comercial, que os portugueses conheciam da Europa e tratavam de adaptar nas Conquistas.

Já Vasco da Gama levava, por isso, consigo instruções para a organização da primeira feitoria do Oriente e de facto procurou fundá-la, chegando a arranjar em Calecute uma casa com seu feitor, onde se venderam mercadorias do Reino e se compravam as especiarias, velhas e impuras, que trouxe na volta.

As intrigas dos mouros inutilizaram-lhe os esforços.

Agora, com a chegada a Calecute de Pedro Álvares Cabral ia realizar-se o ensaio sangrento, que decidiria das condições em que havia de desenvolver-se a acção dos portugueses no Oriente. A armada era forte, a-pesar das perdas sofridas na viagem, e El-Rei D. Manuel não queria romper logo as negociações entaboladas na primeira viagem. Estabeleceu-se, pois, uma feitoria, com o feitor nomeado no Reino, Aires Correia, que levava regimento próprio. Os tumultos suscitados pelos mouros, a fraqueza, senão a conivência, do Samorim e dos

nobres, a-pesar do tratado de Paz que prèviamente se concluíra, provocaram o assalto à feitoria incipiente, que foi tomada de assalto ao fim de três horas de luta, com a morte do feitor e de 55 homens. À falta de satisfações que exigira, Cabral tomou e destruiu os navios mouros que tinha à mão no pôrto, bombardeou a cidade durante dois dias,e fêz-se à vela para Cochim, atacando e queimando durante a viagem mais dois navios de Calecute, que encontrara.

Verificou-se, com esta experiência, que não era razoável insistir na idéia de organizar na Índia feitorias puramente comerciais. A par do feitor iria manter-se, de futuro, o capitão da fortaleza.

Compreendeu-se também que o mais perigoso adversário dos portugueses seria, como do facto foi durante muito tempo, o muçulmano, — a quem a nossa gente continuava a apelidar mouro, confundindo assim, naturalmente, o inimigo tradicional da Península e do Norte de África com o do Oriente.

Esta coincidência teve, igualmente, a sua importância, porque fazia que a febre dos lucros não deixasse nunca afastar da lembrança dos portugueses o que havia de Cruzada na sua actividade.

Compreende-se melhor agora como a chegada dos portugueses à Índia representa uma inesperada intervenção não sòmente na vida económica do Ocidente, mas na sua vida política. Conduzidos pelos turcos, os muçulmanos haviam penetrado na Europa, num movimento de expansão imperialista, que parecia irresistível, porque o fervor religioso o animava. Os portugueses iriam obrigá-los, porém, a dividir a atenção dos muçulmanos por duas frentes e deminuir-lhes os recursos económicos, ao arrancar-lhes das mãos o monopólio do comércio oriental.

Isso mesmo se começa a ver com Cabral, que funda a feitoria de Cochim, que deixou guarnecida o melhor que pôde. E logo João da Nova, que ia a comandar a terceira armada,

inflige ao Samorim a primeira derrota naval. Era o princípio.

Na segunda viagem do Gama tributa-se Quiloa, submete-se Baticala, castiga-se de novo Calecute, derrota-se pela segunda vez a armada do Samorim, funda-se a feitoria de Cananor.

Começa a delinear-se a fisionomia do Império do Oriente, cujo plano a imaginação criadora de D. Manuel, alimentada pelas informações cada vez mais precisas que lhe chegavam, iria procurar erguer à sua maior grandeza.

NOVA TERRA, NOVA GENTE

Do Brasil, — que por muito tempo ficava com o nome de *Vera Cruz,* como lhe chamou Cabral, ou de *Santa Cruz,* — restava, entretanto, uma visão admirável, em que se registavam vivamente as surprêsas encantadas com a gente, que então se encontrou.

Não é possível descrever melhor êste primeiro contacto com a terra descoberta e com a gente de que seguindo os dizeres de Pêro Vaz de Caminha (1), que nos dá a impressão ingénua, mas vivacíssima dos descobridores:

«...Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças. E ao sol-pôsto, umas seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças — ancoragem limpa. Ali ficamos-nos tôda aquela noite. E quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em direitura à terra, indo os navios pequenos diante — por dezassete, quinze, catorze, doze, nove braças — até meia légua da terra, onde todos lançámos âncoras, em frente da bôca de um rio. E chegaríamos a esta ancoragem às dez horas, pouco mais ou menos.»

---

(1) Seguimos a versão em linguagem actual de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tal como a publicou a *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Vol. II, pág. 86, segs.).

«E dali avistámos homens que andavam pela praia, uns sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos que chegaram primeiro.

Então lançámos fora os batéis e esquifes. E logo vieram todos os Capitães das naus a esta nau do Capitão-mor. E ali falaram. E o Capitão mandou em terra a Nicolau Coelho para ver aquêle rio. E tanto que êle começou a ir-se para lá, acudiram pela praia homens, aos dois e aos três, de maneira que, quando o batel chegou à bôca do rio, já lá estavam dezoito ou vinte.

Pardos, nús, sem cousa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos, e suas setas. Vinham todos rijamente em direcção ao batel. E Nicolau Coelho lhes fêz sinal que pousassem os arcos. E êles os depuseram. Mas não pôde dêles haver fala nem entendimento que aproveitasse, por o mar quebrar na costa. Somente arremessou-lhes um barrête vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça, e um sombreiro preto. E um dêles lhe arremessou um sombreiro de pênas de ave, compridas, com uma copazinha pequena de pênas vermelhas e pardas como de papagáio. E outro lhe deu um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljofar, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza. E com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver dêles mais fala, por causa do mar.

A noite seguinte ventou tanto sueste com chuvaceiros que fêz *caçar* as naus. E especialmente a Capitaina. E sexta pela manhã, às oito horas, pouco mais ou menos, por conselho dos pilotos, mandou o Capitão levantar âncoras e fazer vela. E fomos de longo da costa, com os bateis e esquifes amarrados na pôpa, em direcção norte para ver se achávamos alguma abrigada e bom pouso, onde nós ficássemos, para tomar água e lenha. Não por nos já minguar, mas por nos prevenirmos aqui. E quando fizemos vela estariam já na praia assentados perto do rio obra de sessenta ou setenta homens que se haviam juntado ali aos poucos. Fomos ao longo, e mandou o Capitão aos navios

pequenos que fôssem mais chegados à terra e, se achassem pouco seguro para as naus, que amainassem.

E velejando nós pela costa, na distância de dez léguas do sítio onde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos um recife com um pôrto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada. E meteram-se dentro e amainaram. E as naus foram-se chegando, atrás dêles. E um pouco antes do sol-pôsto amainaram também, talvez a uma légua do recife, e ancoraram a onze braças.

E estando Afonso Lopes, nosso piloto, em um daqueles navios pequenos, foi, por mandado do Capitão, por ser homem vivo e destro para isso, meter-se logo no esquife a sondar o pôrto dentro. E tomou dois daqueles homens da terra que estavam numa almadia: mancebos e de bons corpos. Um dêles trazia um arco, e seis ou sete setas. E na praia andavam muitos com seus arcos e setas; mas não os aproveitou. Logo, já de noite, levou-os à Capitaina, onde foram recebidos com muito prazer e festa.

A feição dêles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nús, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acêrca disso são de grande inocência. Ambos traziam o beiço de baixo furado e metido nêle um osso verdadeiro, de comprimento de uma mão travassa, e da grossura de um fuso de algodão, agudo na ponta como um furador. Metem-nos pela parte de dentro do beiço; e a parte que lhes fica entre o beiço e os dentes é feita a modo de roque-de-xadrez. E trazem-no ali encaixado de sorte que não só não magoa, nem lhes põe estôrvo no falar, nem no comer e beber.

Os cabelos dêles são corredios. E andavam tosquiados, de tosquia alta antes de que sôbre-pente, de boa grandeza, rapados todavia por cima das orêlhas. E um dêles trazia por baixo da covinha, de fonte a fonte, na parte de trás, umas espécie de

cabeleira, de pênas de ave amarela, que seria do comprimento de um côto, mui basta e mui cerrada, que lhe cobria o toutiço e as orêlhas. E andava pegada aos cabelos, pêna por pêna, com uma confeição branda como cêra (mas não era cêra), de maneira tal que a cabeleira era mui redonda e mui basta, e mui igual, e não fazia míngua mais lavagem para a levantar.

O Capitão, quando êles vieram, estava sentado em uma cadeira, aos pés uma alcatifa por estrado; e bem vestido, com um colar de ouro, mui grande, ao pescôço. E Sancho de Toar, e Simão de Miranda, e Nicolau Coelho, e Aires Corrêa, e nós outros que aqui na nau com êle imos, sentados no chão, nessa alcatifa. Acenderam-se tochas. E êles entraram. Mas nem sinal de cortesia fizeram, nem de (querer) falar ao Capitão; nem a alguém. Todavia um dêles fitou o colar do Capitão, e começou a fazer acênos com a mão em direcção à terra, e depois para o colar, como se quisesse dizer-nos que havia ouro na terra. E também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal, como se lá também houvesse prata!

Mostraram-lhes um papagáio pardo que o Capitão trás consigo; tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra como se os houvesse ali.

Mostraram-lhes um carneiro; não fizeram caso dêle.

Mostraram-lhes uma galinha; quási tiveram mêdo dela, e não lhe queriam pôr a mão. Depois lhe pegaram, mas como espantados.

Deram-lhes ali de comer: pão e peixe cozido, confeitos, *fartens* (bolos) mel, figos passados. Não quiseram comer daquilo quási nada; e se provavam alguma cousa, logo a lançavam fora.

Trouxeram-lhes vinho em uma taça; mal lhe puseram a bôca; não gostaram dêle nada, nem quiseram mais.

Trouxeram-lhes água em uma *albarrada*, provaram cada um o seu bochecho, mas não beberam; apenas lavaram as bôcas e lançaram-na fora.

Viu um dêles umas contas de rosário, brancas; fêz sinal que lhas dessem, e folgou muito com elas, e lançou-as ao pescoço; e depois tirou-as e meteu-as em volta do braço, e acenava para a terra e novamente para as contas e para o colar do Capitão, como se dariam ouro por aquilo.

Isto tomávamos nós nêsse sentido, por assim o desejarmos! Mas se êle queria dizer que... levaria as contas e mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque lho não havíamos de dar. E depois tornou (a entregar) as contas a quem lhas dera. E então estiraram-se de costas na alcatifa, a dormir, sem procurarem maneiras de encobrir suas vergonhas, as quais não eram fanadas; e as cabeleiras delas estavam bem rapadas e feitas.

O Capitão mandou pôr por baixo da cabeça de cada um seu *coxim;* e o da cabeleira esforçava-se por não a estragar. E deitaram um manto por cima dêles; e, consentindo, aconchegaram--se e adormeceram.»

Só no sábado pela manhã demandaram a entrada «a qual era mui larga e tinha seis ou sete braças de fundo — ancoradouro que é tão grande e tão formoso de dentro, e tão seguro que podem ficar nêle mais de duzentos navios e naus».

«E tanto que as naus foram distribuídas e ancoradas, vieram os capitãis todos a esta nau do Capitão-mor. E daqui mandou o Capitão que Nicolau Coelho e Bartolomeu Dias fôssem em terra e levassem aqueles dois homens e os deixassem ir com seus arcos e setas, aos quais mandou dar a cada um uma camisa nova e uma carapuça vermelha e um rosário de contas de ôsso, que foram levando nos braços, e um cascavel e uma campainha. E mandou com êles, para lá ficar, um mancebo degredado, criado de D. João Telo, de nome Afonso Ribeiro, para lá andar com êles e saber do seu viver e (das suas) maneiras.» E Pêro Vaz desembarcou com Nicolau Coelho, o que nos vale a primeira descrição minuciosa e viva do primeiro convívio com a terra de Vera Cruz».

«...Fomos assim de frecha direitos à praia. Ali acudiram logo

perto de duzentos homens, todos nús, com arcos e setas nas mãos. Aqueles que nós levámos, acenaram-lhes que se afastassem e depusessem os arcos. E êles os depuseram. Mas não se afastaram muito. E mal tinham pousado seus arcos quando saíram os que nós levávamos, e o mancebo degredado com êles. E saídos não pararam mais; nem esperava um pelo outro, mas antes corriam a quem mais correria. E passaram um rio que por aí corre, de água dôce, de muita água que lhes dava pelas brilhas. E muitos outros com êles. E foram assim correndo para além do rio entre umas moutas de palmeiras onde estavam outros. E ali pararam. E naquilo tinha ido o degredado com um homem, que logo ao saír do batel o agasalhou e levou até lá. Mas logo o tornaram a nós. E com êle vieram os outros que nós leváramos, os quais vinham já nús e sem carapuças.

E então se começaram de chegar muitos; e entravam pela beira do mar para os bateis, até que mais não podiam. E traziam cabaças de água, e tomavam alguns barris que nós levávamos e enchiam-nos de água e traziam-nos aos bateis. Não que êles de todo chegassem a bordo do batel. Mas junto a êle, lançavam-no da mão. E nós tomávamo-los. E pediam que lhes dessem alguma cousa.

Levava Nicolau Coelho cascaveis e manilhas. E a uns dava um cascável, e a outros uma manilha, de maneira que com aquela *encarna* quási que nos queriam dar a mão. Davam-nos daqueles arcos e setas em troca de sombreiros e carapuços de linho, e de qualquer cousa que a gente lhes queria dar.

Dali se partiram os outros dous mancebos, que não os vimos mais.

Dos que ali andavam, muitos — quási a maior parte — traziam aqueles bicos de ôsso nos beiços.

E alguns que andavam sem êles, traziam os beiços furados e nos buracos traziam uns *espelhos* de pau, que pareciam espelhos de borracha. E alguns dêles traziam três daqueles bicos, a saber um no meio e os dous nos cabos.

E andavam lá outros, *quartejados* de côres, a saber metade dêles da sua própria côr, e metade de tintura preta, um tanto azulada; e (ainda) outros *quartejados d'escaques*.

Ali andavam entre êles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas tam altas e tam cerradinhas e tam limpas das cabeleiras que de as nós muito bem olharmos não se envergonhavam (ou: não nos envergonhamos).

Ali por então não houve mais fala ou entendimento com êles, por a barbaria dêles ser tamanha que se não entendia nem ouvia ninguém. Acenamos-lhes que se fôssem. E assim o fizeram e passaram-se para além do rio. E saíram três ou quatro homens nossos dos bateis, e encheram não sei quantos barris de água que nós levávamos. E tornámo-nos às naus. E quando assim vínhamos, acenaram-nos que voltássemos. Voltámos, e êles mandaram o degredado e não quiseram que ficasse lá com êles, o qual levava uma bacia pequena e duas ou três carapuças vermelhas para lá as dar ao senhor, se o lá houvesse. Não trataram de lhe tirar cousa alguma, antes mandaram-no com tudo. Mas então Bartolomeu Dias o fêz outra vez tornar, que lhe desse aquilo. E êle tornou e deu aquilo, em vista de nós, a aquêle que o da primeira (vez) agasalhara. E então veio-se, e nós levámo-lo.

Êsse que o agasalhou era já de idade, e andava por galantaria, cheio de penas, pegadas pelo corpo, que parecia *seteado* como São Sebastião. Outros traziam carapuças de penas amarelas; e outros, de vermelhas; e outros de verdes. E uma daquelas môças era tôda tingida, de baixo a cima, daquela tintura, e certo era tam bem feita e tam redonda, e sua vergonha (que ela não tinha) tam graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo--lhe tais feições, envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum dêles era fanado, mas (antes) todos assim como nós.

E com isto nos tornamos, e êles foram-se.

À tarde saíu o Capitão-mor em seu batel com todos nós ou-

tros Capitãis das naus em seus bateis a folgar pela baía, perto da praia. Mas ninguém saíu em terra, por o capitão o não querer, a-pesar de ninguém estar nela. Apenas saíu — êle com todos nós — em um ilheu grande que está na baía, o qual, a quando baixamar, fica mui vazio. Contudo está de tôdas as partes cercado de água, de sorte que ninguém lá pode ir, a não ser de barco ou a nado. Ali folgou êle, e todos nós, bem uma hora e meia. E pescaram lá, andando alguns marinheiros com um chinchorro; e mataram peixe miudo, não muito. E depois volvemo-nos às naus, já bem noite.»

A posse da terra não marcou à maneira habitual da costa africana com um padrão.

«...Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquêle ilheu. E mandou a todos os capitãis que se arranjassem nos bateis e fôssem com êle. E assim foi feito. Mandou armar um pavilhão naquele ilheu, e dentro levantar um altar mui bem arranjado. E ali com todos nós outros fêz dizer missa, a qual disse o Padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros Padres e Sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.

Ali estava com o Capitão a bandeira (da Ordem de cavalaria) de Cristo, com que saíra de Belém, a qual esteve sempre alta, da parte do Evangelho.

Acabada a missa, desvestiu-se o Padre e subiu a uma cadeira alta; e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação, da história evangélica; e no fim tratou da nossa vinda, e do achamento da terra, referindo-se à Cruz, sob cuja obediência viemos, (lembrança) que veio muito a propósito, e fêz muita devoção.

Enquanto assistimos à missa e ao sermão, estaria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos, como a de ontem, com seus arcos e setas, e andava folgando. E olhando-nos, sentaram-se. E depois de acabada a missa, quando nós sentados

atendíamos à pregação, levantaram-se muitos dêles e tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e dançar um pedaço. E alguns dêles se metiam em almadias — duas ou três que lá tinham — as quais não são feitas como as que eu vi; apenas são três traves, atadas juntas. E ali se metiam quatro ou cinco, ou êsses que queriam, não se afastando quási nada da terra, só até onde podiam tomar pé.

Acabada a pregação encaminhou-se o Capitão, com todos nós para os bateis, com nossa bandeira alta. Embarcámos, e fomos indo todos em direcção à terra para passarmos ao longo por onde êles estavam, indo na dianteira, por ordem do Capitão Bartolomeu Dias em seu esquife, com um pau de uma almadia que lhes o mar levará, para o entregar a êles. E nós todos trás êle à distância de um tiro de pedra».

Durante os dias em que a frota de Pedro Álvares Cabral se conservou em Terras de Vera Cruz, sempre se fizeram todos os esforços por entrar no ânimo dos indígenas.

Sexta-feira, dia 1.º de Maio, disse-se outra missa, — esta já em Terra e ergueu-se uma cruz, preparada com madeira da terra:

«...pela manhã, saímos em terra com nossa bandeira; e fomos desembarcar rio acima, contra o sul onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz, para melhor ser vista. E ali marcou o Capitão o sítio (onde) haviam de fazer a cova para a fincar. E enquanto a iam abrindo, êle com todos nós outros fomos pela cruz, rio abaixo onde ela estava. E com os religiosos e sacerdotes que cantavam, à frente, fomos trazendo-a dali, a modo de procissão. Eram já aí quantidade dêles, uns setenta ou oitenta; e quando nos assim viram chegar, alguns se foram meter debaixo dela, ajudar-nos. Passámos o rio, ao longo da praia; e fomos colocá-la onde havia de ficar, que será obra de dous tiros de bésta (distante) do rio. Andando-se ali nisto, viriam bem cento e cincoenta, ou mais. Plantada a cruz, com as armas e a divisa de Vossa Alteza, que primeiro lhe haviam pregado, armaram

altar ao pé dela. Ali disse missa o Padre Frei Henrique, a qual foi cantada e oficiada por êsses já ditos. Ali estiveram connosco, (assistindo) a ela, perto de cincoenta ou sessenta dêles, assentados todos de joelho assim como nós. E quando se veio ao Evangelho, que nos erguemos todos de pé com as mãos levantadas, êles se levantaram connosco, e alçaram as mãos, estando assim até se chegar ao fim; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, êles se puseram todos assim como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados que certifico a Vossa Alteza que nos fêz muita devoção.

Estiveram assim connosco até acabada a comunhão; e depois da comunhão comungaram êsses religiosos e sacerdotes; e o Capitão com alguns de nós outros. E alguns dêles, por o sol ser grande, levantaram-se enquanto estávamos comungando, e outros estiveram e ficaram. Um dêles, homem de cincoenta ou cincoenta e cinco anos, se conservou ali com aquêles que ficaram. Êsse enquanto assim estávamos, juntava aquêles que ali tinham ficado, e ainda chamava outros. E andando assim entre êles, falando-lhes, acenou com o dedo para o altar, e depois mostrou com o dedo para o céu, como se lhes dissesse alguma cousa de bem; e nós assim o tomámos!

Acabada a missa, tirou o padre a vestimenta de cima, e ficou na alva; e assim se subiu, junto ao altar, em uma cadeira; e ali nos prègou do Evangelho e dos Apóstolos cujo é o dia, tratando no fim da prègação dêsse vosso prosseguimento tam santo e virtuoso, (de sorte) que nos causou mais devoção.

Êsses que estiveram sempre à prègação, estavam assim como nós olhando para êle. E aquêle que digo, chamava alguns, que viessem ali. Alguns vinham e outros iam-se; e acabada a prègação, trazia Nicolau Coelho muitas cruzes de estanho com crucifixos, que lhe ficaram ainda da outra vinda. E houveram por bem que lançassem a cada um a sua ao pescoço. Por essa causa (ou por essa cousa) se assentou o Padre Frei Henrique ao

pé da Cruz; e ali lançava a sua a todos, — um a um — ao pescoço, atada em um fio, fazendo-lha primeiro beijar e levantar as mãos. Vinham a isso muitos; e lançaram-nas tôdas, que seriam obra de quarenta ou cincoenta. E isto acabado — era já bem uma hora depois do meio dia — viemos às naus a comer, (para) onde o Capitão trouxe consigo aquêle mesmo que fêz aos outros aquêle gesto para o altar e para o céu, (e um seu irmão com êle). A aquêle fêz muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca; e ao outro uma camisa de estroutras.

E segundo o que a mim e a todos pareceu, esta gente, não lhes falece outra cousa para ser tôda cristã, do que entenderem-nos, porque assim tomavam aquilo que nos viam fazer como nós mesmos; por onde pareceu a todos que nenhuma edolatria nem adoração têm. E bem creio que se Vissa Alteza aqui mandar quem entre êles mais devagar ande, que todos serão tornados e convertidos ao desejo de Vossa Alteza. E por isso, se alguém vier, não deixe logo de vir clérigo para os baptizar; porque já então terão mais conhecimento de nossa fé, pelos dous degredados que aqui entre êles ficam, os quais hoje também comungaram».

A 2 de Maio a armada desferrou, caminho da Índia, como se viu. Mandara-se um navio a Lisboa com cartas para El-Rei.

Mas quem poderia então, perante a *realidade* do Oriente, supor os destinos de Portugal no Brasil?

E, todavia, na carta de Pêro Vaz encontra-se marcado êsse caminho...

O IMPÉRIO DO ORIENTE

VAMOS assistir, agora, depois de Cabral ao desenvolvimento sistemático dum plano, de cuja execução provém o império português do Oriente. É ainda Cabral quem funda a feitoria de Cochim, mas já é João da Nova quem inflige à armada do Samorim a primeira derrota. Na segunda viagem de Vasco da Gama tributa-se Quiloa — e com as primeiras páreas se fundiu a custódia dos Jerónimos, submete-se o rei de Baticala, bombardeia-se Calecute, derrota-se pela segunda vez a armada de Samorim, funda-se a feitoria de Cananor. Vai-se alargando, por um lado, intensificando, pelo outro, a luta brava.

Em Cochim levantara-se a primeira fortaleza que os portugueses tiveram no Oriente e isso permitiu não sòmente a salvação da feitoria mas do próprio rei, nosso aliado, e que, por isso, os de Calecute pretendiam submeter.

Começa a delinear-se a fisionomia do nosso Império, mas as dificuldades multiplicam-se também. O bom êxito da acção militar desenvolvida pelos portugueses, correspondia ao desenvolvimento das possibilidades do lucro comercial: — já não podiam restar dúvidas, nem aos mais incrédulos, de que se deslocara do Mediterrâneo o eixo das relações comerciais do

Mundo. Até então o comércio entre o Oriente fazia-se pelo Mar Vermelho ou pelo Gôlfo Pérsico, desde Calecute, Cambaia, Ormuz e Adem.

De Ormuz as especiarias eram levadas pelo Gôlfo Pérsico a Bassorá, na foz do Eufrates, e daí transportadas em caravanas através da Arménia, Trebizonda, Alepo, Damasco ao pôrto de Beirute, no Mediterrâneo, onde as iam buscar os venezianos, os genoveses e os catalães. De Adem, outra via, subiam o Mar Vermelho, a Toro ou ao Suez e daí, em caravanas, ao Grande Cairo depois Nio abaixo até Alexandria.

Todos os interessados nestas estradas comerciais se combinaram para afastar da Índia os portugueses. O sultão do Egipto, o mais prejudicado talvez com o novo caminho do comércio das especiarias descoberto pelos portugueses, procurou detê-los com a ameaça de destruir o Santo Sepulcro, — o que motivou uma intervenção em Lisboa da Santa Sé, naturalmente preocupada. Em resposta, el-rei de Portugal desvendara os objectivos supremos que alumiaram superiormente a actividade de expansão dos portugueses desde o Infante, proclamando a missão apostólica de Portugal. Não o animaram simples intenções de ganho comercial: — a sua função mais elevada, precisamente, com os Descobrimentos, visava à difusão da Fé, estendendo assim a jurisdição da Sé Romana e a destruïção do poder muçulmano.

O sultão do Cairo bem compreenderia que a ameaça formulada não podia já deter os portugueses. Principiou a organizar a esquadra destinada a destruir no início o poder de Portugal na Índia... Mas, entretanto, definiam-se melhor também os delineamentos do plano de el-rei D. Manuel, para a execução do qual nenhum sacrifício se poupou.

Resolveu-se logo prevenir com uma ofensiva a ofensiva prevista dos muçulmanos, destruindo-lhes as próprias raízes do seu poder com a conquista de Adem, de Ormuz e de Malaca — as duas primeiras por serem os portos de onde partiam as

vias comerciais do comércio mouro com o Mediterrâneo, Malaca por ser a chave do tráfego com a China.

Para se executar tão vasto plano, logo el-rei reconheceu a necessidade de um poder forte, independente e compreensivo dos objectivos supremos do Império. Decidiu-se, por isso, a nomeação de um governador geral. A data de 25 de Março de 1505, dia em que D. Francisco de Almeida, primeiro viso-rei, saíu de Lisboa, com uma armada de 22 navios (onze dos quais para ficarem na Índia), e 1.500 soldados, afora a marinhagem, deve fixar-se como das fundamentais da história da expansão portuguesa, porque marca na verdade o início da sistemática execução do plano de D. Manuel I.

D. Francisco de Almeida levava instruções precisas para erigir fortalezas em Angediva, Cananor, Cochim e Quilão. Na costa de África oriental construíu-se a primeira fortaleza em Quiloa, e de passagem assaltava-se Mombaça, ajustando velhas contas do tempo da primeira viagem de Vasco da Gama. Com a chegada à Índia, estabelecia a sede do govêrno geral em Cochim, iniciava a execução das ordens de el-rei e, com as fôrças navais de que dispunha, limpava os mares dos navios mouros. Se alguma vez pensou que seria possível manter o comércio da Índia e destruir o poder dos muçulmanos com simples feitorias comerciais estabelecidas nos locais mais favoráveis da costa do Malabar, desde que se possuíssem as linhas de navegação, guardadas por forte poder naval, breve D. Francisco de Almeida se desiludiria. As feitorias desamparadas de fortalezas bem guarnecidas não tinham nenhumas condições de vida: — via-se bem pelo acontecido em Quiloa, onde os portugueses haviam sido chacinados, e até em Cananor e em Cochim, onde, a-pesar-das fortalezas e das armadas de recurso, os riscos eram constantes.

As informações chegadas ao reino serviam para delinear mais nìtidamente no espírito de D. Manuel os contornos do seu plano; por isso mesmo no regresso de Afonso de Albuquer-

que, com Tristão da Cunha, logo lhe deu uma armada de seis velas e 400 homens, com objectivos marcados e a garantia de sucessão quando D. Francisco de Almeida tivesse concluído os seus três anos de govêrno. Em lugar de seguir para a Índia directamente, Afonso de Albuquerque, que seguia com a sua, a armada de Tristão da Cunha, separou-se dêle em Melinde para, cumprindo ordens de el-rei, explorar a costa de África até ao cabo de Guardafui, na actual Somália italiana, cortando depois para Ormuz. A conquista de Ormuz, onde se estabeleceu uma fortaleza e feitoria, a tentativa de conquista de Adem, as explorações no mar Vermelho mostram os objectivos da viagem de Albuquerque.

Já então D. Francisco de Almeida inflingira a primeira derrota na esquadra da coligação egípcio-veneziana. A luta no mar prosseguia mais vigoroa e num dos combates perdeu a vida o próprio filho do viso-rei, D. Lourenço de Almeida.

A dor do viso-rei, que não quis deixar a outro a vingança do filho, e a indisciplina de alguns capitãis de Afonso de Albuquerque, que, desconhecendo as instruções secretas que êste receba de el-rei, se haviam recusado a segui-lo nas suas lides, levantou entre o viso-rei, e o seu sucessor um conflito grave, que chegou a ponto de D. Francisco de Almeida ordenar a prisão de Afonso de Albuquerque.

Alguns historiadores, porém, quiseram ver neste conflito, puramente ocasional apenas, uma divergência profunda de critérios, quanto à organização do Império, e chegam a falar num plano de Afonso de Albuquerque para o contrapor a outro de D. Francisco de Almeida.

Trata-se, porém, de coisa bem diversa. Havia, simplesmente, um plano de el-rei, de que D. Francisco de Almeida executou uma parte e Afonso de Albuquerque e os governadores que lhe sucederam prosseguiram depois a execução — e de que, atrás, se deixaram as linhas gerais. Deve compreender-se, porém que as informações chegadas à côrte poderiam levar à alte-

ração de pormenores e percebe-se que D. Francisco de Almeida, não conhecendo na Índia a missão confiada a Albuquerque, ficasse surpreendido com a sua atitude e sem lhe ver o alcance lhe verificasse os riscos. Sabe-se em todo o caso que a acção de Albuquerque no Gôlfo Pérsico e no Mar Vermelho correspondeu a instruções formais do rei, a quem o capitão-mor se queixou mais de uma vez da escassês das fôrças que levava, para a grandeza das obrigações que lhe incumbira.

O govêrno de Albuquerque ia realmente definir não já as linhas gerais, mas as minúcias fundamentais do Império: — Goa seria o centro e o coração de tôda a actividade comercial e colonizadora; Ormuz, base naval para o Gôlfo Pérsico e a bôca do Mar Vermelho, permitiria prosseguir com outras condições bem superiores a luta contra os muçulmanos; Malaca abriria novas perspectivas de expansão para o Extremo Oriente, — até à China, até ao Japão até Timor...

Por tôda a costa oriental da África, na do Industão, nas ilhas que se alongam em arquipélegos sucessivos, espelhavam-se então as feitorias como bases da expansão. Interessa-nos a sua origem, especialmente, porque muitas delas não foram criadas por iniciativa da metrópole nem dos governadores ou administradores. Como havia de suceder no Brasil e na África, deviam-se muitas vezes à iniciativa dos aventureiros, que seguiam em flechas como francos-atiradores, se estabeleciam, chamavam companheiros, organizavam o comércio com os indígenas e aguardavam, finalmente, a chegada dos missionários para a assimilação espiritual ou dos administradores para a incorporação no Estado.

O Império do Oriente tinha uma administração complexa, porque eram variados os tipos de colónia em que se repartia:

1) Colónias de domínio directo — Como Goa, Ormuz e Malaca.

2) Protectorados — como alguns principados de Ceilão, onde havia feitorias.

3) Feitorias em territórios de países estrangeiros, arrendadas ou cedidas de empréstimo, como Macau.

O jôgo das alianças e dos interêsses multiplicava os conflitos; e como se não tratasse dum império de território contínuo, mas de sucessão quási inumerável de feitorias fortificadas, o Oriente português estava condenado a crescer na guerra ou a definhar. O aparecimento de inimigos mais poderosos e mais novos (a Holanda primeiro, depois a Inglaterra, durante a administração castelhana, que aos nossos inimigos juntou os da Espanha) tornou impossível a manutenção do grande Império, de que D. João III já notara as bases débeis, e só viverá, afinal, da grandeza de espírito e capacidade militar e do desinterêsse dos seus fundadores.

A feitoria do Oriente, porém, como dissemos, não teve apenas função mercantil e militar, que não podia prescindir. Dela partiam os aventureiros, como Fernão Mendes Pinto, que se entregavam a uma pirataria a que não recorremos nunca no Atlântico — onde êste papel se reservava a franceses, inglêses, holandeses, pois éramos nós que tínhamos a perder.

Mas também era dela que partiam para a sua missão civilizadora de apostolado cristão os missionários — que atravessariam a Índia, a China, entrariam na Abissínia, percorreriam as ilhas do arquipélago Malaio até Timor, — que, originàriamente, às missões ficámos devendo, — e chegariam com S. Francisco Xavier ao Japão.

Ao extraordinário poder de penetração dos missionários correspondia a capacidade de resistência à dissolução das feitorias — muitas das quais teimaram em prender-se, por fixar-se à metrópole por intermédio de Goa ainda ao acabar do século XVIII — a-pesar-do abandono a que se votaram e da carência de guarnição militar.

Do grande império ficaram-nos as feitorias da costa de Moçambique; Goa, Damão e Diu; Macau, com muitas características ainda de feitoria — e ficou-nos o Padroado do Oriente, admirável factor de expansão espiritual que nos permite ainda levar o Evangelho, como outrora, para além das fronteiras do Império.

E SE MAIS MUNDO HOUVERA...

Por via de regra, quando se refere o regresso de Pedro Álvares Cabral da viagem que dera, por acréscimo, o descobrimento do Brasil entende-se que acabara o esfôrço dos descobrimentos. Tinha-se chegado à Índia, por mar; havia-se descoberto o Brasil, na tangente de Tordesilhas... Desde que se tenha descrito o esfôrço que determinou estes dois factos históricos, pensa-se geralmente que não é necessário insistir e ir mais longe.

Esquece-se, todavia, que no decorrer dos grandes descobrimentos marítimos se foram sempre aproveitando as posições alcançadas para bases de explorações mais detidas. Assim aconteceu com a Madeira, primeiro, para a exploração da costa africana; depois com os Açôres, as ilhas de Cabo Verde, até com o Príncipe e S. Tomé. E dobrado o Cabo da Boa Esperança, atingida a Índia, partia-se de Moçambique para a exploração de Madagáscar e de tôda a costa de África, como se partiria de Goa e de Malaca para a exploração da costa asiática, desde o Mar Vermelho ao norte da China, ao Japão e às Molucas e aos arquipélagos da Austrália e das bases criadas no Brasil para tentar levar os limites da influência portuguesa até ao Rio da Prata.

Não são aliás, estes descobrimentos, embora menos conhe-

cidos, de menor importância; mas empenharam-se especialmente os cronistas, quási seus contemporâneos, ou mesmo seus contemporâneos (que às vezes se deixaram enlevar por motivos que não eram de pura justiça comparativa) em descrever as acções enredadas no esfôrço intencional que, desde o Infante, procurava a Índia.

Não resta dúvida entretanto que o reconhecimento da costa africana se fêz partindo ou baseando-se os exploradores não só na Madeira, mas também, a seguir em Cabo Verde e S. Tomé. E quando Pedro Álvares Cabral regressou da Índia, encontrou na Ilha do Príncipe, doente, a Duarte Pacheco, que andava a reconhecer melhor a costa da Mina e o restante da Costa de África até o Congo. Não seria então que o famoso guerreiro e navegante realizou os descobrimentos para os mares da América a que se refere o *Esmeraldo*, o que tem levado alguns a julgar que, antes de Pedro Álvares Cabral, chegara ao Brasil?... Ou continuava as explorações do Gôlfo da Guiné, que já haviam preocupado os navegantes de D. João II?...

Dos Açôres as explorações encaminhavam-se para ocidente, como é natural, e não deveriam deter-se quando, na exploração metódica dêsses mares, atingiram a ilha do Corvo. Mal se entende, com efeito, que, tendo persistido nas buscas desde que chegaram a Santa Maria e S. Miguel, para encontrarem as restantes ilhas do arquipélago, ficassem ao chegar ao Corvo com a certeza de que não havia mais terras para ocidente.

Sabe-se de forma indiscutível que não aconteceu realmente assim; e são muitos os documentos que autorizam navegadores a buscar e aproveitar as ilhas fantásticas dos velhos portulanos anteriores às navegações portuguesas, — mas que, embora fantásticas, quando o eram, serviram utilmente como incentivo para rebuscar os mares em sua procura.

Dinastias inteiras de navegadores, — os Teives e os Côrtes-Reais, entre outros, — partiram dos Açôres a caminho das terras do Ocidente. E mesmo que se não possa comprovar que

as Antilhas foram descobertas pelos portugueses, na viagem de Diogo de Teive, em 1452, parece fora de dúvida que os Côrte-Reais chegaram antes de qualquer outro ao norte da América, — exceptuadas as viagens costeiras pelo norte, que teriam sido realizadas pelos dinamarqueses, sem resultados efectivos para a civilização nem para os conhecimentos geográficos do homem do Ocidente.

Sabe-se com efeito que Cristóvão Colombo não atingira senão uma pequena Antilha, quando voltou da sua primeira viagem: e da segunda pouco mais adiantou. Ora não resta dúvida que a Groenlândia e a Terra Nova foram muito cêdo conhecidas dos portugueses. E a convicção de que o continente americano barrava a passagem para o Oriente pode ajudar a explicar o desinterêsse de D. João II pelos projectos de Colombo e os D. Manuel pelos de Fernão de Magalhãis: — dois erros que, desta forma, se justificariam.

O que parece verdade é que, desde que os portugueses chegaram a *terra firme* (assim chamavam aos continentes os navegadores portugueses), a sua preocupação seria a de verificar a existência ou não de passagem para a Índia. A mesma preocupação os teria levado a explorar, logo a seguir à viagem de Cabral, a costa brasileira para o sul.

Mas no Brasil puderam os portugueses, graças ao génio de D. João III, realizar, mais tarde, a sua maior obra colonizadora; e no norte da América apenas lhes serviram as águas para a pesca do bacalhau, que logo El-Rei D. Manuel I procurou regular, pois o descobrimento do caminho marítimo para a Índia limitou o rumo das expedições, que passaram a ser organizadas em condições de favorecer especialmente os serviços do Oriente.

De comêço, como noutro lugar se diz, o plano do Império do Oriente fazia parte dos largos projectos anti-eslâmicos, que enlevaram D. Manuel. Não tardou, porém, que se tivesse em vista ir mais longe, tomando por base as posições alcançadas na Índia.

Efectivamente, depois da conquista de Goa, em 1510, logo Afonso de Albuquerque se preocupava com Malaca, que veio a conquistar no ano seguinte. Aqui se estabeleceram as primeiras relações, ao que se sabe, com gentes de Sião e do Pegu, e foi organizada a primeira armada às Molucas, de onde (e não podia ignorar-se) chegavam à Índia as melhores especiarias. Malaca era precisamente o pôrto de escala dos navios que vinham do Último Oriente e foi lá também que Albuquerque preparou relações com os chineses dos juncos ancorados no pôrto, acaso os primeiros que os portugueses encontraram.

Estava, desde então, aberto o caminho; e, a-pesar-de proïbidos os portugueses de comerciar na China pelas autoridades chinesas, quando um navio português se encaminhava para a costa chinesa, alcançou o Japão.

Corria o ano de 1542: — e não deixa de ser curioso que, nêsse mesmo ano, entrasse em Goa o Padre Mestre Francisco Xavier, — que ao Japão levaria, pouco depois, as primeiras palavras de Cristo. A epopeia dos portugueses no Japão começaria logo, sagrada no fim pelo sangue dos mártires, — portugueses e japões convertidos pelo ardor religioso dos missionários, que a todo o mundo levavam o Evangelho e a grandeza de Portugal, purificada de caridade cristã e de amor de Deus e dos homens.

A todo o mundo?... A todo o mundo. Navios portugueses, tripulados ou comandados por portugueses, ao serviço de Portugal, atravessaram todos os mares, percorreram as costas de todos os continentes. Simultâneamente, porém, ou depois, pilotos, cartógrafos, capitãis e marinheiros ao serviço de Castela colaboravam na exploração do hemisfério que, em Tordesilhas, nos ficara vedado, levando consigo o saber náutico e a capacidade de organização aprendida nas emprêsas de Portugal. Por outro lado, noutro sector, desde o século XV procurava-se atravessar e atravessava-se a África. Mais longe, os missionários Jesuítas chegaram ao interior da China, outros alcançaram o

Tibete. A tôda a parte levavam a civilização cristã e a cultura portuguesa — fôssem religiosos, militares, mercadores ou aventureiros...

E, assim, antes que tivessem chegado ao Oriente os primeiros navios inglêses ou holandeses (quer dizer: os navios das duas nações marítimas modernas, que sucederam a Portugal e Espanha no domínio dos mares e lhes arrebataram as posições de descobridores em grande parte do mundo), muito antes, já os portugueses se haviam fixado na costa da China, lançavam os fundamentos da cristandade do Japão, ocupavam Timor, percorriam os mares da Índia e da Austrália, — mesmo aceitando que não tivessem pròpriamente atingido o continente australiano.

Momento espantoso da história do mundo! Momento incomparável... Porque de repente se abriram os horizontes definitivos do homem no seu esferoide; e o homem deixou de ser, circunscrito no seu pequeno mundo, mediterrânico ou índico ou chinês, — um animal local ou regional — para que fôsse, na compreensão perfeita da sua catolicidade, um ser universal.

Durante mais de um século, onde quer que estivesse a abrir-se um caminho novo na terra ou no mar, lá estariam a animar a emprêsa ou a planejá-la, os mareantes ou os aventureiros portugueses, e, pelo menos, aqueles estrangeiros da aventura, que a notícia das novas maravilhas atraíam a Lisboa desde a Itália ou da Germânia.

De Lisboa partiam então para a Europa tôdas as relações minuciosas e às vezes fantásticas das grandes acções, e logo se divulgavam em latim apressado, para que em todo o Ocidente se soubesse a nova espantosa. E os mapas copiados ou comprados pelos espiões que em Lisboa procuravam vencer o segredo bem guardado... E os roteiros ou os livros de marinharia.

Ao mesmo tempo, os pesquisadores traziam e revelavam, mesmo quando as não imprimiam, as suas observações geográficas, as suas notas sôbre a fauna e a flora, que iam encon-

trando, sôbre os costumes, as línguas, as religiões, que eram obrigados a estudar.

Desta forma, ao mesmo tempo que se estabelecia pelo esfôrço de Portugal, desde o Infante, a unidade física da terra, e se lançavam, pela actividade de missionários, as condições da sua unidade moral, as novas aquisições, que abrangiam quási todos os sectores da curiosidade humana, incorporavam-se no património da cultura ocidental e haviam de provocar a completa transformação das próprias posições do Espírito perante o mundo e os homens.

Daqui, outro aspecto, menos apontado, mas nem por isso menos importante, da influência de Portugal na formação do mundo moderno. Ao lado da transformação económica, a transformação cultural.

Simplesmente, para que tão pouca gente pudesse realizar tão grande obra, foi necessário que, enquanto, pela fôrça da própria acção desenvolvida, o português se ia tornando de espírito mais universal, via-se obrigado a afastar-se das inquietações, que então subvertiam a Europa. Mais universal; menos europeu: — debruçado sôbre o mundo; de costas voltadas para a Europa, cada vez menos europeia, por seu turno, no sentido *unidade moral,* de Cristandade, que a Igreja amoràvelmente desenvolvera, e o cisma protestante viera quebrar.

Mas só nêsse sentido, também, menos europeu: — desde que a Europa começara a ser ela própria; pois, verdadeiramente, desde então, o património moral da Europa era Portugal quem o guardava e levava pelo mundo.

O IMPÉRIO DO BRASIL

ENTRETANTO que na Índia (e por Índia se abrangem os domínios ou zonas de influência ou rotas comerciais, para lá do Cabo da Boa Esperança) bracejava por todos os recantos, encontra-se Portugal em frente dum problema novo e, certamente, de resolução não menos difícil: — o do aproveitamento do Brasil.

A primeira solução que se apresentou, foi a solução natural: — criar feitorias nas costas, negociar com os indígenas. Mas o estádio de civilização em que se encontravam os indígenas brasileiros, — nómadas, (pescadores e caçadores, fundamentalmente), não permitia o aproveitamento do território com o recurso à feitoria normal. Não tinham êles, pràticamente, para troca, outros produtos, além do pau brasil, que interessassem as nações civilizadas.

Mas para D. Manuel, — como, aliás, ao que parece da carta de Caminha, para os companheiros de Pedro Álvares Cabral, — o Brasil era especialmente uma admirável escala de refresco para as viagens da Índia.

É verdade que, havendo o *pau-brasil*, provàvelmente as feitorias brasileiras dos primeiros tempos apenas o aprontavam. Os navios depois acarretá-lo-iam para Lisboa, em troca dos

géneros europeus de que necessitavam os colonos, pois os indígenas de bem pouco precisariam no princípio.

Até que ponto, contudo, teria ido a intervenção da coroa, na criação dos portos de embarque da madeira preciosa? O que parece incontestável é que D. Manuel apenas quis segurar a costa contra os piratas ou corsários estrangeiros e criar feitorias, com vista à defesa da carreira da Índia.

D. João III foi obrigado pelas circunstâncias a encarar com outros olhos o problema do aproveitamento do Brasil. Por um lado, não lhe escapavam as dificuldades em que se debatia já o Império do Oriente, condenado a crescer sempre para não morrer, a lançar cada vez mais longe os tentáculos ainda vigorosos — quando a desmesurada grandeza era a sua condenação. Pelo outro, encontrava-se perante um concorrente perigoso, que já se anunciava no anterior reinado e que deitara os olhos cheios de cobiça para o Brasil: a França. Os corsários franceses, animados e alimentados muitas vezes pelo Estado francês, principiaram a infestar as nossas ilhas do Atlântico e a costa do Brasil, onde pretendiam estabelecer-se.

A-pesar de senhor ainda da maior armada, D. João III viu que o problema poderia assumir pouco a pouco gravidade e resolveu, por isso, lançar as bases da colonização sistemática do Brasil, obra de tão grande alcance e tão arrojada na sua concepção, pelo menos, como a de El-Rei D. Manuel no Oriente.

Compreende-se melhor, explica-se melhor a concepção manuelina dum império de domínio militar e marítimo, alimentado pelo rendimento comercial, com o objectivo superior de aniquilar o maometano, inimigo tradicional: — o êxito da exploração marítima, os triunfos militares sucessivos no mar e em terra, eram incentivo a tôdas as aspirações e a tôdas as tentativas. Depois, a dificuldade de D. Manuel para a organização de um império militar residia na escolha dos chefes — não porque escasseassem, mas por serem tantos...

Quanto ao Brasil, as condições eram agora outras. Talvez se não calculasse ainda com precisão a grandeza do Brasil; — sabia-se que era imenso... Mas para criar o novo império eram precisos outros homens bem diferentes dos da Índia, porque não ia conquistar-se a Terra — ia povoar-se. Ora Portugal tinha já a experiência do povoamento das ilhas de Pôrto Santo, da Madeira, dos Açôres, se bem que, todavia, o problema fôsse diferente. Para a Madeira e para os Açôres enviaram-se casais que trabalharam a terra como a trabalhavam em Portugal — e que proliferaram; e ao menos em grande parte do Brasil não era isso possível. Ia tentar-se, pois, uma experiência que não tinha precedentes na história do mundo: — fundar nos trópicos, por povoamento sistemático, um grande Império.

Se embora fôssem espantosas as preocupações que, naturalmente, absorviam o Rei: — manter e defender o senhorio dos mares, segurar os negócios tão complexos do Oriente, conservar o litoral africano e tentar a penetração no interior da África... — com uma população deminuta, o perigo da cisão religiosa, que deminuiria a unidade nacional, pelo contágio do exterior, o tesouro exausto e cada vez maiores as despesas, — D. João não hesitou.

Dividiu o Brasil em doze lotes marcados no litoral e penetrando pelo interior até à linha de Tordesilhas — doze parcelas enormes, desiguais em extensão e em riqueza, conferidas cada uma delas a um donatário. Dois instrumentos legais como estatutos de cada capitania: a *carta de doação,* com certos atributos de soberania e transmissão hereditária; o *foral* em que se fixavam os direitos, foros, tributos e coisas que se haviam de satisfazer ou ao rei ou ao donatário.

O perigo da experiência logo se viu, porém, residir na dificuldade de obter mão de obra para o tipo de colónia adoptado, — a Fazenda. Pensou-se no indígena, mas o índio era indócil, e se procuravam por fôrça obrigá-lo ao trabalho agrí-

cola, revoltava-se — e não foi outra a razão porque aceitou o convívio dos aventureiros franceses, que lhe apareciam na costa a buscar alianças contra os portugueses.

Acrescia que os próprios colonos portugueses se indisciplinaram ràpidamente contra os capitãis ou os seus representantes. Houve revoltas. Alguns capitãis foram presos e expulsos. Uns não possuíam capitais bastantes para o empreendimento, outros ali se arruïnaram.

A experiência correria perigo de sossobrar se não fôsse aproveitada a lição dos factos com nova orientação; e em 7 de Janeiro de 1549, D. João III, que resgatara a capitania da Baía, criava um govêrno central, com sede na cidade do Salvador, enviava para lá Tomé de Sousa, como capitão e governador geral de tôdas as capitanias em seu nome. Pouco a pouco, o govêrno geral iria absorvendo a jurisdição das capitanias donatárias até que, por fim, se conseguisse a unidade completa do govêrno, que se desejava.

Desaproveitável a experiência da Madeira e dos Açôres, por via do clima; impossível o aproveitamento da mão de obra índia, por via da sua indisciplina natural, iria fazer-se em grande o que em ponto pequeno se fizera já nas ilhas de Cabo Verde e em S. Tomé: buscar-se-ia na África a mão de obra negra imprescindível ao aproveitamento da terra.

Assim se fêz o Brasil: com brancos, negros e mestiços (mulatos ou mamelucos), e com muito amor àquela terra, e muita caridade cristã, e uma noção das realidades sociais que antecedeu centenas de anos, nalguns capítulos, as mais adiantadas ou as mais pretenciosas nações civilizadas.

Ali como no Oriente, o missionário teve à sua parte o mais belo quinhão no esfôrço colonizador — Manuel da Nóbrega e Anchieta são as réplicas, no Brasil, a S. Francisco Xavier. O missionário, em especial o jesuíta, temperou a cubiça do negociante; chamou à vida rural o índio; amaciou a sorte do es-

cravo negro — ensinou as crianças. Coalharam-se de aldeamentos as capitanias, e de colégios. Ensinava-se-lhe a doutrina cristã — e para isso estudaram-se-lhe as línguas: escreveram-se gramáticas, vocabulários, prepararam-se, nos idiomas indígenas, selectas e resumos dos evangelhos, como se fazia no Oriente.

SOMBRAS E LUZ

SINAIS DE DECADÊNCIA

As condições de organização do Império do Oriente eram, desde o comêço, precárias. Exigia-se não sòmente passe dos pontos estratégicos que dominavam o Mar Vermelho, o Gôlfo Pérsico e a passagem do Índico para os arquipélagos da Malásia mas também a manutenção de uma grande esquadra, com a possibilidade do levantamento constante de exércitos, que pudessem ocorrer a todos os riscos.

Seria necessário, em primeiro lugar, que os administradores desinteressados e geniais e os capitães valorosos se sucedessem nos lugares de que dependia a segurança e o desenvolvimento do Império.

Já se deixou dito: — tratava-se de um império militar e comercial, a que a intervenção dos missionários, com o seu espantoso entusiasmo apostólico, deu logo um aspecto *sui generis*. O aparecimento de S. Francisco Xavier, animado de ardor verdadeiramente sobrenatural, no momento em que já se poderiam ver alguns sinais de decadência interna, faria até que o sentido supremo da actividade portuguesa consistisse essencialmente, nesse labor de difusão da Fé e, com a Fé, da língua portuguesa.

Todavia, o problema tinha de se pôr: — ou se conseguia fixar os limites do Império do Oriente, ocupando sem solução

de continuïdade os territórios da África Oriental e da Índia entre as fortalezas e as feitorias, ou, para viver, seria necessário condená-lo a alargar-se indefinidamente, mantendo sempre a supremacia naval e militar e multiplicando as posições em tôdas as costas do Índico, e para além dos arquipélagos até ao Pacífico.

Para tanto seria preciso, contudo, mais gente do que a que Portugal, com a sua pequena população, seria capaz de fornecer, — e que os rendimentos das trocas comerciais fôssem simultâneamente subindo, em vez de deminuirem.

Não foi provàvelmente por outras razões que D. João III, que principiava a ver no Brasil o futuro império, mas de tipo tão diverso do Império do Oriente, se resolveu a ir abandonando o que menos falta faria e mais pesava no tesouro real, — começando pelas praças de África.

Claro está, porém, que semelhante resolução como a que D. João III fôra obrigado a tomar não poderia deixar de provocar reacções no País.

Havia o partido de África, como houvera o partido dos Descobrimentos e o contrário; e aquêle partido, desenvolvendo-se depois do abandono das praças pelo desaparecimento das causas vivas, que haviam aconselhado a largá-los, pode dizer-se que fundamentalmente contribuíu para estabelecer o estado de espírito que havia de conduzir El-Rei D. Sebastião à fatalidade de Alcácer-Quibir.

Ainda então, é evidente, o Império Português conservava tôda a aparência de uma organização quási perfeita; mas já eram profundos os desgastes e não foram poucos os observadores que apontaram os sinais de desagregação.

Todavia, não seria impossível reagir ainda e triunfar das condições precárias em que se encontrava o Império, se as próprias circunstâncias da vida interna do País não viessem a favorecer desgraçadamente o aparecimento de novos e mais poderosos agentes de dissolução.

Em primeiro lugar, a reacção contra o abandono das praças de África provocara o movimento que levou El-Rei D. Sebastião a Alcácer-Quibir. Morto o Rei sem descendência, acresceu a crise dinástica, a falta de unidade nacional em tôrno de um candidato português ao trono, a invasão do exército do Duque de Alba, a aclamação de Felipe II, embora sob a invocação de direitos hereditários portugueses e como Rei de Portugal e não como conquistador.

Surgem logo, naturalmente, a fazer concorrência a Portugal além-mar os inimigos de Castela na Europa, — a Inglaterra e a Holanda, nações marítimas, com as quais seria possível então lutar no mar, defendendo os caminhos marítimos mal conhecidos ainda por aquelas duas nações. A derrota da Invencível, porém, veio alterar profundamente as condições. Tanto Castela como Portugal perderam naquela hora a supremacia naval incontestável até então; e as dificuldades de ordem financeira em que se encontravam não lhes permitiria sequer, depois, um grande esfôrço para readquirir essa supremacia.

Não tardaria, por isso, que nos mares da África, do Brasil e do Oriente aparecessem as armadas de Inglaterra e da Holanda. E os esforços desesperados que os portugueses realizariam, quási sem auxílio da Metrópole, para manter as suas posições estratégicas, não conseguiriam nunca realmente suprir as deficiências materiais contra adversários de tal maneira apetrechados.

Não seriam, pois, sòmente, razões ultramarinas que tornariam precária a situação de Portugal além-mar. O golpe mais grave foi de-certo, o da acamação do Rei estrangeiro, que nos havia trazido a inimizade de nações poderosas e novas.

Mas ainda mesmo então se pode dizer que a permanência de um espírito de autonomia no Império seria o elemento fundamental para que se tornasse possível resistir à absorção castelhana.

SOB O SIGNO DE CASTELA

QUANDO, em 1580, Felipe II ia ser aclamado rei de Portugal, teve de invocar razões portuguesas para justificar a aclamação, — que bem poderia ser apenas um caso normal de conquista, desde que, desavindos os pretendentes nacionais, as tropas portuguesas foram vencidas.

Provàvelmente arreceou-se Felipe da reacção, que mais vigorosa seria noutras condições, se não fôsse captada a indiferença ou a simpatia dos portugueses com a idéia de que se tratava apenas de aclamar um Rei que não pretendia ser senão o sucessor dos reis passados de Portugal, garantidas como garantia as suas liberdades tradicionais.

O provável é que, a não ter procedido assim, encontrasse o pretendente, mesmo vencedor na Metrópole, maiores possibilidades de resistência nas Conquistas. Sabe-se com efeito agora que muitas dessas conquistas possuiam já individualidade suficientemente vincada e raízes portuguesas bastante fundas para que lhes fôsse possível procurar ou aproveitar apoios eficazes nos inimigos de Castela que não tardariam a oferecer, como ofereceram, o seu apoio ao Prior do Crato.

Aclamado em Tomar, Felipe II, tirante a vaga excepção dos Açôres, foi aclamado sem resistência sensível em todo o Império: mas os portugueses, nas suas conquistas, passaram

a ter pela frente um certo número de problemas e um certo número de inimigos, que os reis naturais de Portugal lhes haviam sàbiamente evitado.

É evidente que não seria possível impedir por muito tempo a concorrência dos novos países marítimos, pelo menos a da Inglaterra — já que a Holanda principalmente se movia por intentos mercantis, sem planos políticos de expansão imperialista.

Desgraçadamente, o império português não era formado, com excepção do Brasil, de regiões contínuas, perfeitamente ocupadas. A submissão realizara-se apenas por fortalezas na costa, tanto em África como no Oriente, ou por feitorias, que exerciam umas e outras o comércio em zonas mais ou menos extensas, que durante o século XVI nos foram somente disputadas pelos muçulmanos, que até ao descobrimento do caminho marítimo para a Índia tinham o monopólio do tráfego comercial através do Suez ou da Arábia para a Europa.

A segurança de tais fortalezas e feitorias e a do comércio que elas garantiam eram asseguradas pelo domínio marítimo incontestável, para além do Cabo da Boa Esperança, — ou, para dizer melhor, para além da linha ideal marcada pelo Tratado de Tordesilhas e que, mesmo os castelhanos, só poderiam atravessar em caminho dos seus domínios.

Portugal possuía então efectivamente a mais poderosa esquadra naval do mundo e nem a Espanha lhe poderia contestar a supremacia. Precisamente, porém, essa supremacia, que já no fim do reinado de D. Sebastião começava a ser de certa forma batida, iria desaparecer definitivamente com a colaboração que fomos obrigados a dar à Espanha na grande aventura da Armada Invencível.

Estes foram assim, na ordem dos factos, os dois acontecimentos mais graves que sobrevieram à aclamação do rei estrangeiro:

— A criação de dois inimigos poderosos, — e para dizer

melhor, três, contando com a França, — que dentro em pouco iriam concorrer com Portugal no tráfego comercial e dos países ultramarinos, estabelecer fortalezas e feitorias segundo os métodos portugueses para o desenvolvimento do comércio; e as guerras com inglêses e holandeses, às vezes unidos, para o assalto dos portos portugueses do Oriente, primeiro, e depois do Brasil e da África, com a destruíção da armada portuguesa, tanto por obra das intempéries como pela acção naval dos inimigos, que ainda então não pareciam capazes de fazer frente, em condições normais, às fôrças conjugadas de Espanha e Portugal.

A circunstância de ser rei de Portugal o próprio rei de Espanha, colocou-nos desta forma em condições de inferioridade perante os inimigos que essa mesma circunstância lhes haviam acarretado.

Acrescia que os holandeses tinham conseguido, havia muito, tomar para si a maior parte do comércio entre os portos da península e os países do norte da Europa. Os seus navios transportavam de facto desde Lisboa a maior parte dos produtos orientais; e os produtos de que necessitava Portugal, quer para a Metrópole, quer para o Ultramar, eram transportados, em regra também, pelos mesmos navios aos portos portugueses, mesmo depois que as Províncias Unidas se encontraram em estado de guerra com a Espanha, e em seguida à aclamação de Felipe II, ainda os seus navios freqüentavam os portos da península. Em 1584, Felipe II, porém, mandou apreender nos portos dos seus reinos todos os navios holandeses que neles se encontrassem a comerciar.

As Províncias Unidas reagiram naturalmente contra a atitude de Felipe II, — e os comerciantes holandeses foram proïbidos, sob penas gravíssimas, de comerciar com os inimigos. Mas ainda assim não se encerraram as negociações entre os portos dos Países Baixos e os da Península. Os inglêses é que — inimigos pertinazes da Espanha, e, nesta altura, aliados da

Holanda, embora seus rivais no comércio, — insistiram para que a proïbição, determinada em 1586, pelo edital de Leicester fôsse integralmente cumprida. Eles próprios foram autorizados a proceder contra os navios que infrigissem as determinações dos Estados Gerais.

É evidente que os Países Baixos, agrupamento de províncias mal unidas entre si e sem verdadeiro sentimento nacional a prendê-las, foram gravemente prejudicados pela proïbição; mas pode dizer-se que ainda mais prejudicados seriam os portugueses, para quem se fechavam pràticamente os escoadouros mais importantes para os produtos orientais e para os açúcares do Brasil. Todavia, quando os mercadores e armadores holandeses conseguiram que se preparasse uma espécie de trégua comercial, não foi possível levá-la àvante porque, em 1590 e 1591, de novo Felipe II determinou que se apresassem em todos os portos da Península os navios holandeses.

Ainda então, contudo, — de tal maneira eram necessárias a uns e outros as relações comerciais, — não tardou muito que as relações se reatassem; e quando em 1595 de novo se procedeu em Portugal e na Espanha à apreensão dos navios holandeses, nada menos de quinhentos navios tripulados por cinco a seis mil marinheiros foram apresados.

Com a aclamação de Felipe III, em 1598, a situação tornou-se mais grave ainda e os holandeses compreenderam que ou restabeleciam a paz com Espanha com tôdas as conseqüências políticas ou seriam obrigados, para conservar o comércio que tinham conquistado, a ir eles próprios buscar às regiões de origem os géneros que interessavam aos países do norte da Europa, cujo tráfego tinham nas mãos.

Assim, a partir de 1590, começaram a aparecer nas águas de Pernambuco e de Angola os primeiros navios holandeses, talvez em busca de notícias sôbre a possibilidade de travar relações comerciais com os povos indígenas.

Não poderiam, contudo, os portos do Brasil e da África com-

pensar os comerciantes holandeses dos prejuízos sofridos com o encerramento dos portos da Península.

Pensou-se, em vista disso, em guinar até à Índia... E, em primeiro lugar, em procurar a passagem para o Oriente pelo norte da América, intento em que durante muitos anos se persistiu ou independentemente ou em colaboração com inglêses.

Todavia, em 1594, graças às informações de Houtman, que viajara no Oriente a bordo de navios portugueses, criou-se a primeira companhia para os comércios das Índias orientais, aproveitando as rotas portuguesas, graças agora ao apoio de Plancius e de Linschoten, que havia estado na Índia e preparava mesmo a sua grande obra sôbre os portugueses no Oriente.

Os resultados obtidos por esta expedição não foram excessivamente animadores; em todo o caso, e a-pesar-de terem perdido boa parte da tripulação, feitos os cálculos pôde verificar-se que a diferença de preços das especiarias permitia grandes lucros no caso de se organizarem expedições em termos, aproveitando-se a experiência desta primeira viagem e as informações que traziam consigo, além dos mapas que um comerciante português estabelecido em Madagáscar cometera a imprudência de lhes ceder.

Reorganizou-se a Companhia; e sem que deixassem de prosseguir na exploração da costa da América no intuito de organizar passagem para o Oriente, dentro do velho plano de Colombo, fervilharam as frotas que, pelo caminho normal dos portugueses, mas aproximando-se mais da terra no Cabo da Boa Esperança, aproveitando os esforços dos portugueses e a experiência naval dos portugueses, se dirigiam à Índia, — especialmente para as Molucas.

A par dos holandeses apareciam também os britânicos, como seus aliados muitas vezes e fazendo sempre às esquadras portuguesas a mais violenta perseguição.

Infelizmente não dispunha nem Portugal nem a Espanha,

desde que se perdera a *Invencível*, da armada que fizesse frente às fôrças coligadas dos dois países protestantes, animados ao mesmo tempo pelo interêsse político, pela cubiça comercial e pelo ódio religioso.

Não se pode dizer, contudo, que o govêrno de Madrid, se desinteressasse do problema: — êle interessava igualmente aos dois países, de administração autónoma, mas unidos pelo interêsse do rei comum. Simplesmente, as condições financeiras da Espanha não eram mais folgadas do que as de Portugal. Naturalmente, tanto holandeses como inglêses perceberam breve que lhes não seria difícil encontrar auxiliares entre os inimigos de Portugal no Oriente, — especialmente os velhos aliados, contra nós, dos muçulmanos, os mouros de Achem, com os quais nunca pudemos obter boas relações.

Isto no Oriente, onde o aparecimento prematuro das armadas holandesas e inglêsas precipitou a sua crise interna; mas no Atlântico as condições não deixavam de tomar aspectos igualmente graves, se bem que fôssem diversas as condições. E fôssem, por isso mesmo, no fim, muito diferentes os resultados da luta que ia travar-se.

Pelas mesmas razões: — falta de esquadra, dificuldades financeiras, — nem Portugal nem Castela podiam reagir com o desejado vigor às investidas holandesas. O Brasil, porém, concentrava tôdas as prevenções dos portugueses, e, de certa maneira, fazia girar à volta dos interêsses da sua formação, as restantes colónias atlânticas, — Angola, as ilhas de Cabo Verde e S. Tomé, as feitorias da Costa da Mina, — onde recrutava a mão-de-obra negra.

A reacção, porém, era ainda assim mais enérgica e os holandeses não puderam submeter completamente todos os territórios.

Pelo contrário. Reconquistada em 1625, por fôrças portuguesas e castelhanas, a Baía, que havia sido tomada no ano anterior, — parece que os holandeses concentravam todos os

seus esforços para o norte do Brasil, enquanto os portugueses procuravam a todo o custo afastá-los.

A guerra e a consciência do direito à autonomia iam, ao mesmo tempo, criando um estado do espírito propício ao desenvolvimento das idéias de separação.

Perdia-se Pernambuco e a Costa da Mina, quando já se anunciava a independência. Mas a luta para a reconquista das regiões ocupadas prolongar-se-ia para aquém de 1640, quando Lisboa e logo o país inteiro aclamavam o rei natural.

A RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO

ACLAMADO em Lisboa D. João IV, não se tratava apenas de garantir a autonomia contra a oposição inevitável do Rei de Castela. Seria preciso, ao mesmo tempo, retomar, sendo possível, e até onde fôsse possível, as antigas posições portuguesas no Ultramar.

O Problema da Restauração do Império transformou-se assim, pròpriamente, num problema de reconquista: — reconquista do Brasil e de Angola, pois, em boa verdade, iria chegar-se breve à convicção da impossibilidade de restituir ao seu antigo esplendor o Império do Oriente.

O que se manteria, no Oriente, por muito tempo, seria antes o Império espiritual, criado pelo esfôrço e pelo sacrifício dos missionários, que difundiam a língua portuguesa e a transformaram até ao século XVIII no idioma veïcular das próprias nações que nos sucederam no domínio do mar — a Inglaterra e a Holanda, quando pretenderam efectuar a penetração comercial e política em que se empenharam.

Assim se guardariam apenas, do Oriente e do Extremo-Oriente, Goa, Damão, Diu, Macau, Timor, Solor — e pouco mais, por pouco tempo.

À entrada do Índico, Moçambique, que já então parecia

guardar-se para criar um grande império africano com a ligação sertaneja dos estabelecimentos portugueses da África oriental aos da costa ocidental — velha idéia, que só a fôrça brutal havia de extinguir, já quási em nossos dias, — foi possível salvar-se, a-pesar das investidas que sofreu. O Brasil, porém, era já o centro dos mais vivos interêsses da administração.

Combatendo com energia um inimigo mais forte e mais rico, em menos de vinte anos conseguiu-se, por isso, restaurar a unidade territorial do Brasil. Guararapes têm, assim, na história do mundo um sentido que nunca foi suficientemente acentuado — e que nunca o poderá ser em demasia.

Porque as duas vitórias dos Guararapes, determinando a expulsão definitiva dos holandeses, permitiram que se levasse a cabo a obra iniciada e se pudesse acrescentar à unidade territorial a unidade espiritual do Brasil.

Efectivamente, para erguer o Brasil ao seu destino, não foi bastante descobrir a terra encoberta ao conhecimento dos homens, povoá-la depois, — primeiro ao longo das costas ou subindo o leito dos rios, quando era possível, — abrir, em seguida, os grandes caminhos do sertão; escavar o sub-solo para lhe extraír o ouro e as pedras ou rasgar o humus rico onde se naturalizariam as espécies de todo o mundo; chamar os índios nómadas aos aldeamentos; construir pouco a pouco o sentimento de originalidade e solidariedade, que permitiria a formação da nação futura.

Foi preciso conquistá-lo — já no século XVI e nas duas primeiras décadas do século seguinte aos franceses; foi necessário conquistá-lo, de-novo, também aos holandeses que, antes de 1640 e durante os primeiros tempos da Restauração, haviam conseguido apoderar-se da costa brasileira ao norte do Rio S. Francisco.

A epopeia brilhantíssima da Índia, mais agitada e espectacular, parece ter de tal maneira absorvido os espíritos, que já não acharam coração que admirasse depois a tenacíssima resis-

tência desenvolvida no Brasil para a defesa da unidade territorial, nem o esfôrço persistente, metódico mas recatado dos missionários, dos fazendeiros, dos mercadores, dos administradores a moldar uma obra, que nem o tempo nem os homens seriam já capazes de desfazer.

E, todavia, nem antes nem depois se lidaram, sob o aspecto militar, mais altos feitos do que alguns dos que se travaram nos arraiais de Pernambuco, — para não falar na retirada espantosa para a Baía, depois da perda do Recife.

A mais bela epopeia foi, contudo, a que realizaram os missionários, antes e depois de reconquistado o território, pois graças a êles se consumou a unidade religiosa do Brasil; e com os padres, ao mesmo tempo, os fazendeiros, os bandeirantes, os simples exploradores e aventureiros do sertão, que, divulgando o idioma, prepararam a unidade lingüística do Brasil.

Unidade territorial, unidade religiosa, unidade lingüística — e sobretudo, *consciência dessa unidade* e, ao mesmo tempo, da *solidariedade* existente entre todos os recantos do território e as gentes que o habitavam, fôsse qual fôsse a raça ou a côr, e até com as restantes e longínquas parcelas do Império, — que tendo levado a Baía a socorrer tantas vezes Pernambuco, incitado S. Paulo e o Rio de Janeiro a defender a Baía, haviam de fazer compreender a necessidade de resgatar Angola que, já depois da aclamação do Rei natural, caíra em poder dos holandeses.

A reconquista de Luanda preparou-se em Lisboa, por iniciativa real, no Conselho Ultramarino como de lá saíram os elementos essenciais da expedição que Salvador Correia completaria no Rio de Janeiro; e as lutas contra os holandeses no Brasil foram constantemente animadas e auxiliadas por D. João IV, o qual sempre consagrou à terra brasileira e à gente, que lá mourejava ou combatia, as atenções e, às vezes, os sacrifícios que puseram acaso em perigo, alguma vez, as condições da defesa contra Castela.

Ainda se não organizou o balanço dos sacrifícios que então se fizeram com o Brasil. Mas bastará atentar no número de navios de socorro que se perderam, e de que existem listas, durante as guerras de Pernambuco, e nos homens que lá militaram, para se ter uma idéia precisa da importância dos auxílios prestados, muitas vezes com prejuízo das campanhas da Restauração, de onde se retiraram militares, — como, por exemplo, Francisco Barreto, o mestre de campo general dos Guararapes. E quando agora se passa a vista pelas informações ou pelas alegações de serviços dos soldados da reconquista do Brasil e se encontra a ligação entre as campanhas contra os holandeses e as da Europa contra os espanhóis, é que se faz idéia da importância dos auxílios prestados e da natureza dos sacrifícios que se fizeram para criar e conservar a unidade brasileira.

Acontece, porém, que a importância, muito menor do que se tem pensado, do ouro e das pedras extraídas dos jazigos mineiros remetidos a Portugal no século XVIII, fizeram considerar apenas o rendimento e quási nunca os sacrifícios, que a Portugal custou a própria manutenção do Brasil. O ouro e as pedras foram descobertas muito tarde e mal se pode dizer que viessem a compensar algum dia os esforços desenvolvidos para os encontrar.

Sabe-se que, depois da Restauração, todos os esforços da diplomacia portuguesa se dispensaram no sentido de garantir a integridade do Brasil. E as próprias intervenções de Portugal nas questões europeias foram condicionadas quási sempre pelas necessidades de defesa ou de alargamento do Império e, de maneira especial, do Brasil. Então se lançaram, de facto, os traços gerais da grandeza brasileira.

Com efeito, desde o século XVII e já antes, a preocupação quanto aos limites do Brasil consistia em levá-los, pelo Sul, até o rio da Prata. Pretendia-se, com efeito, dar ao Brasil limites naturais, que tornassem mais consistente ainda a unidade brasileira — e sabe-se também como, durante todo o séc. XVIII,

as relações de Portugal com a Espanha foram condicionadas sempre pela questão da Nova Colónia do Sacramento, que se quis resolver amigàvelmente, mas fêz contudo correr muito sangue e só veio de facto a ser resolvida depois da separação.

O IMPÉRIO DO ATLÂNTICO

O BRASIL CENTRO DO MUNDO PORTUGUÊS

O aparecimento dos holandeses no Brasil e, de maneira geral, em todos os domínios portugueses do Atlântico, modificara o sentido imperial de Nação: — a concentração dos esforços colonizadores afasta-se definitivamente do Oriente.

A defesa do Brasil e Angola e a sua recuperação revelou, por outro lado, muitos homens de mérito, alguns dos quais não chegaram a ver a Restauração de 1640; outros foram ainda dos melhores servidores que depois teve El-Rei D. João IV.

Assiste-se, com efeito, a um movimento admirável em que o Brasil representa verdadeiramente a escola de formação de caracteres e de militares, — já que, na metrópole, só os mais aventureiros, que não desdenharam servir nos exércitos castelhanos, na Europa, tinham podido adquirir alguma experiência das armas.

E êsse movimento, se bem que se desenvolvesse depois da Restauração, especialmente no Brasil, em todo o caso não deixou de ser útil na guerra com Castela e até noutras províncias do Império. Não pode deixar de se considerar bem significativo o ter sido um homem do Brasil, Matias de Albuquerque, o comandante da primeira vitória dos portugueses contra as fôr-

ças de Espanha, no Montijo; e, ao mesmo tempo, de ser o prègador da aclamação de D. João IV, aquêle Frei Cristóvão de Lisboa, que fundou a Custódia do Maranhão e que entre as suas fadigas missionárias ainda achou tempo para escrever a *História dos Animais e Plantas do Maranhão*, — o primeiro trabalho sôbre a botânica e a zoologia do Brasil, dez anos antes da chegada de Nassau.

Portugal continuava a ser a nação imperial do século anterior, mesmo quando as circunstâncias políticas pareciam tirar aos portugueses tôdas as ambições nacionais de restabelecer Rei natural. Nesta época dolorosa, com efeito, umas vezes com o apoio dos Reis, outras, porém, contra sua vontade e com prejuízo da coroa de Castela, prosseguiu-se com maravilhosa tenacidade e esfôrço a exploração e ocupação do Brasil.

O fulgor mais brilhante muitas vezes, mas não de-certo mais profundo, da época do Oriente, e, por outro lado, o falso conceito da decadência total do século XVII, fizeram desdenhar a actividade espantosa dos homens que então completavam a obra de D. João III — e foram mais longe: — porque, aproveitando-se até da confusão de ser Rei de Portugal o Rei de Castela, atravessaram confiadamente a linha de Tordesilhas e marcaram os extremos limites ocidentais do Brasil.

A expulsão dos franceses e a conquista da costa Leste-Oeste; a penetração para o interior pelos bandeirantes, que sulcaram o Brasil e abriram os grandes caminhos, à busca do ouro, das pedras, ou, simplesmente, para as «descidas» de índios; o trabalho infatigável dos missionários (o Brasil é, porventura, o mais belo capítulo da história da Companhia de Jesus nas missões); e depois, a luta contra os holandeses nas campanhas definitivas dos Guararapes, testemunham de maneira incontestável a manutenção do espírito nacional mesmo durante os sessenta anos encerrados no dia 1.º de Dezembro de 1640.

Um facto, especialmente, pensamos, pode ser invocado como exemplo admirável da diferenciação existente sempre entre Por-

tugal e Espanha, — entre portugueses e espanhóis, a-pesar-de rei comum dos dois povos: — a jornada do Capitão Pedro Teixeira da foz do Amazonas a Quito e volta.

Partindo do Pará à frente da expedição que tinha por objectivo explorar a bacia do Amazonas, realizando pela primeira vez a viagem, contra a corrente, até à fronteira dos domínios da coroa de Castela, o Capitão Pedro Teixeira chegou a Quito; e, no regresso, ao atingir de novo o Amazonas, tomou com a maior solenidade posse da terra em nome de El-Rei D. Felipe IV «para a coroa de Portugal».

No auto que então se lavrou, por três vezes se insiste na expressão: «para a coroa de Portugal»; e dêsse facto simbólico, mas efectivo e criador, resultou afinal a passagem definitiva da linha de Tordesilhas, contra os interêsses da coroa de Castela, e o alcance do limite extremo da fronteira do Brasil.

Êste facto, por si mesmo transcendente, mais se reforça aos olhos dos que conhecem os protestos do governador de Santa Fé, perante o Rei, contra o intendente de Quito à conta de não ter prendido Pedro Teixeira e os seus companheiros, — *por serem portugueses* e terem entrado em domínios de Castela; e pelos perigos que a posse pelos portugueses da foz e da bacia do Amazonas, poderia acarretar àqueles domínios.

A-pesar de tudo, graças à acção que no Brasil se desenvolvia mais vigorosamente do que em qualquer outra parte do Império, pôde manter-se entre os portugueses a idéia resgatadora da diferença de destinos entre Castela e Portugal.

Salvou-se assim a *alma da Nação e o espírito de nacionalismo* e, por mais espantoso que pareça, o sentimento de diferenciação perante Castela, a consciência da autonomia moral e histórica, que não se distingue muito do carácter de independência.

Puderam os historiadores modernos, em especial os espanhóis, mas também os portugueses, confundir *um dos reinos dos três Felipes* com uma parcela do império espanhol.

Contudo, a verdade é que nem os portugueses, nem os espanhóis daquele tempo cometeram semelhante confusão.

Chega a ter-se a impressão de que, efectivamente, a administração dos três Felipes não passou de um *interregno*, findo o qual, naturalìssimamente, a *unidade* se restabelece totalmente e Portugal, de corpo e alma, se consagra à sua grande obra imperial.

Esta é que se nos afigura ser a maior diferença entre os tempos: — os Reis, perfeitamente integrados nos objectivos superiores da Nação e conscientes da sua função civilizadora, consagram-se a ela, sem se dispersarem com outros problemas que, por não serem portugueses, embora fôssem espanhóis, não poderiam deixar de limitar pela dispersão das preocupações, o interêsse geral pela missão que Portugal conseguira encontrar na história.

Esta é, também, a razão porque a actividade colonizadora continuando a ser, durante a administração felipina, a preocupação primordial dos portugueses, passou a ser de novo a preocupação constante do Estado.

A REORGANIZAÇÃO DO IMPÉRIO

A aclamação de D. João IV, em 1640, encontrou com efeito, um estado de espírito sólido e consciente do direito à independência.

Mal libertos da maior pressão do exército de Espanha, e sempre que realmente o estiveram, logo os cuidados de defesa do Império se multiplicaram, já com D. João IV, já com D. Afonso VI e D. Pedro II.

O próprio desejo de pôr têrmo à guerra com a Espanha (que provàvelmente influiu no destronamento de D. Afonso VI) significa talvez mais do que fadiga, convicção da inutilidade de uma luta, que não poderia nunca acabar com o espírito de nacionalidade dos portugueses e, por conseguinte, — não poderia destruir a independência de Portugal.

E quando, abandonados pela França nos Pireneus, parecia tornar-se precária a situação de Portugal frente à Espanha, não o era tanto ainda assim que nos não fôsse logo possível chamar de novo a Inglaterra à compreensão dos interêsses permanentes da velha aliança. Insiste-se muito, é verdade, em sublinhar o preço porque ficou a Portugal o aliado. Tânger e Bombaim tomam, na bôca dos que por via de regra se lhe referem, a feição de possessões de que dependeria a situação de Portugal no Norte da África e no Oriente.

Contudo, abandonadas as praças da África por D. João III, derrotado nas condições em que o foi D. Sebastião em Alcácer, e desde que Ceuta seguiu depois de 1640 o destino de Espanha, a posse de Tânger era já pesado sacrifício sem utilidade visível então.

E quanto ao que, no Oriente, foi então cedido à Inglaterra, como se pode esquecer a verdadeira situação do antigo grande Império português, para além de Moçambique?

Mais grave, parece, e mais doloroso foi o pêso do dote de D. Catarina, Infanta de Portugal, Rainha da Grã-Bretanha, — porque continuou por muitos anos a sobrecarregar não apenas a Metrópole, mas também as províncias ultramarinas, E nas vésperas da descoberta das minas do ouro no Brasil, ainda a cobrança da contribuïção para o dote (que ameaçava transformar-se num imposto permanente) era uma das preocupações da administração além-mar.

As vantagens, que nos trazia a aliança renovada com a Inglaterra pelo casamento da infanta portuguesa com o Rei inglês, foram, porém, naquela hora bastante valiosas para compensar as pêrdas sofridas em obter o apoio, que o abandono da França tornava mais urgente. Além disso, o que em África e no Oriente se largava, — importa sublinhá-lo, — já pouco importava aos planos imperiais e às preocupações mais claras dos portugueses, que se voltavam de vez para o Brasil, onde todos os esforços se congregavam em criar um império organizado no sentido que D. João III estabelecera, — um império de tipo agrário.

O aparecimento posterior do oiro e das pedras, desviou a atenção dos historiadores desta verdade. Mas não há dúvida de que a agricultura continuava a ser a base do povoamento do Brasil.

O ouro e as pedras, precisamente, por pouco não desequilibraram o desenvolvimento harmonioso do povoamento brasileiro. E, de tal forma, que foi necessário tomar providências

para evitar ou deminuir não só a emigração do Reino mas até a fuga das zonas agrícolas para as regiões mineiras: — assim, antes do descobrimento das minas, havia sido a miragem das esmeraldas ou do ouro um dos mais vigorosos factores de penetração no interior do Brasil.

Mas era necessário que a precipitação do povoamento, excitado pela cubiça, não viesse prejudicar a ocupação natural, que se vinha a realizar desde D. João III — ocupação agrícola, em que abundam as fazendas relativamente pequenas, como acontece sempre com a verdadeira e mais profunda colonização.

Já então — como, aliás, desde os fins do século XVI, — a economia do Brasil ficara dependente de Angola, fornecedora na máxima parte da mão-de-obra brasileira.

Mas não pode a-pesar disso considerar-se, como se tem dito, que Angola fôsse aproveitada exclusivamente para mercado de escravos. Em todo o século XVII e depois no século XVIII é incontestável que se pensou em construir um grande império do território ininterrupto entre a costa de Angola e a de Moçambique.

O Conselho Ultramarino — organização admirável dos homens de 1640, que o Constitucionalismo liquidaria, — por mais de uma vez se ocupou de propostas que o Rei mandava consultar; e todos ou quási todos os Governadores e Capitãis Generais de Angola ou de Benguela, como os Governadores dos Rios de Sena se deixaram sempre embalar pela esperança de levar a cabo a emprêsa. Mas, principalmente, foi no Conselho Ultramarino que se estudaram os mais importantes problemas e se propuseram as soluções mais rigorosas, que El-Rei imporia depois a todo o Império ou às várias conquistas, segundo as necessidades.

Neste Conselho tomaram, na verdade, parte os maiores coloniais daqueles tempos, — governadores ou capitãis de além-mar, que traziam consigo as aspirações dos povos que no Ultramar iam cumprindo a velha missão de Portugal. Por isso

se mantinham tão fortemente e se desenvolviam os laços que prendiam entre si as províncias ultramarinas e tôdas elas à Metrópole.

E quando o Brasil era verdadeiramente o fulcro de tôda a acção colonizadora, não se perdera de vista a intenção de incorporar todos os estabelecimentos de África num grande império, como o Brasil. Sem falar em projectos do séc. XVI, procurou-se realizar a ligação de Angola à contra-costa, por mais de uma vez, no seguinte século. E chegou a estudar-se, com todos os recursos cartográficos do que era possível dispor então, por iniciativa de D. Luiz da Cunha, ao que parece, durante o reinado de D. João V.

D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, o mais ilustre governador de Angola naquela época, e a quem a província mais ficou devendo escreveu largamente sôbre êste velho sonho português.

«Sobre o grande proveito de reduzir á ordem quarenta Provincias, e sobre as providencias que dei para que vivessem em paz, em sujeição ás Leys, em Agricultura, e Industria» — escrevia D. Francisco Inocêncio na sua *memória* de 17 de Setembro de 1773 — «levava eu o grande projecto de unir as duas costas encaminhando para a Ocidental os riquissimos canaes de ouro dos rios de Sena; obra a maior que pode fazer hum vassalo portuguez, e obra extremamente facil.

«Pelo meio de guerra hum anno a veria no seu fim mandando marchar de Chicova, e Tete as guarnições que ali houvesse acompanhadas dos negros do paiz no mez de junho, a encontrar-se com outra Expedição, que sahisse de Caconda no mesmo mez, caminhando ambas em linha recta, quanto admitissem os caminhos, rios, e montanhas na mesma altura do Polo athe fazerem a uniam; esta travessa pode ser ao mais de 100 leguas; e aos nossos Empacaceiros, Cavalaria, e peças de ameudar, não ha quem resista na Africa.

«Porem eu não adoptava este meio, queria o do comercio

porque ainda que he mais lento he mais seguro, e na inconstancia dos Negros o mesmo seria abandonar pelas tropas a Conquista, que ficar ella como antes estava: para esse fim situei as novas pequenas Povoaçoens em todos os Passos importantes, e hindo casaes que as multiplicassem em poucos annos estaria feita a uniam; muito mais rapida se fossem atacados os Cambundas, primeiro Povo que não recebe nem admite Brancos; as conveniencias que se seguiram seriam sem duvida:

«Primeira a de evitar que os Holandeses venham com o tempo prejudicar os Reaes Dominios de S.M. pois que por Tafelvai se tem internado muito com povoaçoens, que levantam em caminho dos rios de Sena.

«Segunda o de abrir hum novo e utilissimo Commercio em huma regiam muito fertil, muito rica em minas de oiro, e prata, cera, cobre, e marfim, encaminhando para Portugal aquelles riquissimos tesoiros, sem o trabalho de minerar, e só por via do mesmo Commercio.

«Terceira a de dar grandes e necessarias forças aos Portos de mar, principalmente de Benguella, que sem este acrescentamento de deffensa está muito pouco seguro em tempo de guerra da Europa.

«Quarta a de ter com muita brevidade noticias importantes da India, e de Moçambique, podendo por este meio reduzir-se ao melhor governo todas aquellas uteis Regioens.»

O plano de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho tentou executá-lo seu filho, D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e Ultramar ao findar o século XVIII, o qual encarregou da travessia o Dr. Francisco José de Lacerda e Almeida, governador dos Rios de Sena, ao mesmo tempo que recomendava a emprêsa ao governador de Angola, a quem enviou cópias da *memória* de seu pai.

Só, porém, na primeira década do século XIX dois pombeiros do tenente coronel Honorato da Costa, partindo de Angola,

conseguiram fazer a viagem de ida a Tete e regresso a Angola.

É bem de ver, pois, que não iam sòmente para o Brasil as preocupações de Portugal. Alargavam-se a todo o Império e o comércio do interior africano preocupava já vivamente o espírito dos administradores de Angola e Moçambique.

É que, em todo o caso, nesse findar do século, e sem contar com o Brasil, o Império português era bem maior e, sobretudo, de bem mais largas possibilidades, que o actual — embora a ocupação dos sertões não estivesse concluída.

O Govêrno e Capitania Geral do Reino de Angola, além dos Governos da Ilha do Príncipe e da Ilha de S. Tomé, compreendia ainda o seguintes Governos:

Govêrno de Benguela, Govêrno de Moxima, Govêrno de S. José de Encoge, Govêrno de Cambambe, Govêrno das Pedras e Govêrno de Ambaca.

O Govêrno e Capitania de Moçambique, compreendia o Govêrno dos Rios de Sena e a capitania-mor de Inhambane.

Estes eram os domínios efectivos das duas Capitanias Gerais: para o interior sabia-se pouco além do que diziam os comerciantes, que se arriscavam ao sertão, e os negros, que vinham negociar às vilas ou aldeamentos portugueses.

Provàvelmente, o Marquês de Pombal, que havia observado os benefícios das grandes companhias exploradoras na Inglaterra e na Holanda, foi por ver as possibilidades, ainda naquele tempo, do grande império português, que procurou organizá-las também. As circunstâncias, porém, eram muito diferentes e a falência das companhias não tardaria a ser reconhecida, se o amor-próprio mal compreendido de Pombal, ou os grandes interêsses já comprometidos, o não levassem a insistir. As conseqüências económicas já eram, porém, muito graves e difíceis de remover quando o govêrno de D. Maria I as mandou liquidar.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho viu bem, ao tomar conta da repartição do Ultramar, que era necessário alargar para o in-

terior da África a influência portuguesa; mas compreendeu também que a exploração a realizar não podia deixar de se fazer em condições muito diversas das que até então se haviam praticado. Por isso, seguindo, aliás, o processo, que, embora com menos ímpeto, já tentara no seu longo ministério Martinho de Melo e Castro, D. Rodrigo ensaiou a aplicação às províncias ultramarinas dos processos científicos de que naquela época se podia dispor.

Nesse final do século XVIII, de tão fecundas realizações culturais, promoveu-se a criação de *jardins botânicos*, não apenas em Lisboa e Coimbra, mas também nas províncias do Ultramar, buscando fazer com segurança e racionalmente o que por instinto se fazia.

Os jardins botânicos (a-pesar da sua orientação pertencer a homens de envergadura de Brotero) não eram, com efeito, apenas centros de cultura científica desinteressada, mas verdadeiras *estações agrárias*, como se diz agora, em que se procurava fazer o estudo da adaptação de espécies botânicas às mais variadas regiões. Foi graças a êsse esfôrço de aproveitamento dos técnicos à exploração agrícola e mineira do Ultramar, em especial do Brasil, que se tornou possível levar do Brasil para a África, e do Oriente para o Brasil, inúmeras espécies que, por fim, naturalizadas, constituiriam, às vezes, verdadeiros fundamentos da vida económica das regiões onde foram adaptadas.

Êsse curioso movimento da administração ultramarina, correspondeu ao aparecimento de alguns naturalistas distintíssimos, que foram aproveitados além-mar e cujos estudos representam um longo avanço em comparação com o senso empírico, admirável em todo o caso, dos pioneiros da colonização.

RIO DE JANEIRO, CAPITAL DO IMPÉRIO

A-PESAR dos esforços realizados por D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, em Angola e, a partir de 1752, da organização da capitania e govêrno geral de Moçambique, — durante os reinados de D. José e de D. Maria I o Brasil continuou a ser o centro do Império Português.

Pombal trouxera de fora a velha idéia da exploração por companhias, que deu excelentes resultados quando aplicada por inglêses, holandeses e franceses, mas que em Portugal (onde desde o século XVII se haviam repetido as tentativas dêste tipo) não conseguira, nem conseguiria agora, resultados excepcionais. A falência efectiva da mais importante companhia pombalina, a do Grão-Pará e Maranhão, fêz pôr de parte o sistema; mas os resultados pareceram não constituir perigo para a unidade do Império Português.

Nos últimos anos do século XVIII, porém, começou a criar-se na administração ultramarina de Portugal um conceito unitário do Império, que não podia deixar de encaminhar-se ao desenvolvimento das outras parcelas de Portugal. Além de se ter dado o novo passo, já apontado, para unir Angola à contra-costa, procurou-se fundamentar a nossa posição na costa chinesa, em Macau, criando a alfândega (1784), apertando as relações

com o império do Sol Nascente e desenvolvendo a actividade missionária, olhou-se com mais cuidado para as últimas posições na Índia e criou-se a feitoria de Lourenço Marques, na costa oriental da África, organizando-se as condições de salvar Moçambique.

Mas as repercussões em Portugal da Revolução Francesa não podiam deixar de influir gravemente na vida do Império Português. Em razão da nossa aliança com a Inglaterra, quando a guerra anglo-francesa se alargou ao Oceano Índico, fôrças inglêsas ocuparam por mútuo assentimento a maior parte das derradeiras posições de Portugal na Índia; e nunca mais as desocuparam.

Ainda foi possível salvar Cabinda, assaltada por franceses, na costa ocidental da África, como se salvara Lourenço Marques, anteriormente, das inesperadas cubiças dos austríacos.

Invadido o país pelas fôrças comandadas por Junot, o Príncipe Regente D. João, com tôda a Família Real e algumas das mais representativas famílias portuguesas, recolheu-se ao Brasil, impedindo assim que a ocupação de Portugal fôsse seguida pelo aprisionamento da Rainha e do Príncipe Regente, — que seria, naturalmente, coagido a abdicar segundo os interêsses da política napoleónica, assim como sucedeu com o Rei Carlos IV, de Espanha.

O Príncipe Regente, bem como a sua côrte, ao desembarcar no Brasil, tinham a consciência plena de que iam fundar um grande império. Para o conseguir, não hesitaria D. João, primeiro como Regente, depois como Rei, em nenhum sacrifício. Restaurando o velho princípio nacional de que a capital se transladava com o Rei, normalmente se instalou no Rio de Janeiro a capital do Império e de lá se prosseguiu vivamente na integração à nova ordem de todos os domínios.

Efectivamente, talvez ainda mais agora, no Rio de Janeiro, do que anteriormente, em Lisboa, se compreendia o sentido universalista da acção portuguesa no mundo. Os cuidados do

Príncipe-Regente alargavam-se, por isso, do Brasil, não só à Europa, onde se organizava, com o auxílio inglês a reacção contra a ocupação francesa, — três vezes tentada, três vezes vencida, — mas aos estabelecimentos da África, da Ásia e de Timor. Foi já com a côrte no Rio de Janeiro que se efectuaram as primeiras travessias da África, desde Angola a Moçambique e regresso, e se adaptaram indústrias e culturas estranhas, — nomeadamente a cerâmica chinesa e a cultura do chá, — às condições do Brasil.

Com os recursos financeiros acumulados previdentemente pelo Príncipe Regente e transportados ao Brasil, se constituiram no Rio de Janeiro as condições necessárias à existência de um novo Império, forte e autónomo. E quando, morta a Rainha inválida, o Príncipe Regente foi aclamado Rei, não tardou muito que D. João VI desse ao Império uma nova orgânica, proclamando a autonomia do Brasil e formando com o conjunto o Reino Unido de Portugal e do Brasil.

Mas os velhos planos e as antigas aspirações não eram esquecidas. Aproveitando os dissídios provocados pela independência das colónias espanholas da América, D. João VI conseguiu então executar plenamente o plano de levar o Brasil, pelo sul, até ao Rio da Prata, — como já se pretendera com D. João III e nunca mais deixara de se ter em mente.

O Brasil adquiriu então os seus limites mais largos; e bem se pode aceitar como certeza que os não teria perdido se as condições da política interna portuguesa, modificada pelas convulções trazidas à vida nacional com a revolução de 1820, e as influências estrangeiras, não tivessem afastado o Brasil da comunidade portuguesa.

A separação do Brasil, quando El-Rei D. João VI já havia sido obrigado pelas côrtes e pelas influências políticas a regressar a Lisboa, alterou profundamente as condições de vida do Império. A separação, — é preciso acentuá-lo, — e não a independência, que esta fôra normalmente e espontâneamente con-

cedida ao Brasil por D. João VI, como se disse, ao organizar o Reino Unido.

Ainda então, porém, o Rei não perdera a esperança de construir e desenvolver o grande império atlântico, que iria, nas suas bases fundamentais, de Lisboa à costa do Brasil, daqui a Angola, ligado e fortalecido pelas ilhas da Madeira, dos Açôres, de Cabo Verde. E porque não podia submeter-se à idéia de que se desfizessem, assim, as condições de um grande império atlântico, é que D. João VI guardou para si, ao reconhecer a separação, o título de Imperador do Brasil e não quis nunca substituir o Infante D. Miguel como herdeiro do trono, que, se passasse ao primogénito, poderia corresponder à nova junção de todos os estados antigamente unidos, numa das maiores realizações imperiais de todos os tempos.

A aspiração de D. João VI, que bem poucos então compreenderam, prolongou-se, todavia, pelos tempos; e não são poucos os brasileiros e os portugueses que buscam agora a fórmula política que, guardando a perfeita independência dos dois povos, possa levar à constituïção da confederação de nações, ligadas por interêsses superiores da mesma cultura, à defesa da sua alma ameaçada.

O IMPÉRIO AFRICANO

A FORMAÇÃO DE UM ESTADO DE ESPÍRITO

Com a separação do Brasil não poderia evitar-se a mais profunda perturbação na vida e na administração ultramarinas de Portugal. Com efeito, o Brasil concentrava, como se viu, desde o século XVII tôdas as preocupações dos Reis e dos povos: — e os estabelecimentos de África, a-pesar dos esforços realizados a partir de D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho e de seu filho, o Conde de Linhares, eram principalmente encarados como dependências do Brasil.

Pode, todavia, crer-se que fôsse possível, mau grado mesmo a cisão brasileira, reconduzir à África tôdas as possibilidades colonizadoras de Portugal, se ela não fôsse acompanhada das lutas políticas, em que se desperdiçaram as melhores energias e as mais vivas inteligências. E quando, em 1834, se havia de julgar liquidada a guerra, — o que realmente não aconteceu, — um dos primeiros actos do novo regime consistiu em extinguir o velho Conselho Ultramarino, a admirável criação seiscentista do Portugal Restaurado que até à saída do Príncipe Regente e da Família Real para o Brasil concentrou em si todos os estudos e tôdas as iniciativas tendentes ao desenvolvimento do Império.

Verdadeiramente, o que valeu então foram os esforços isolados e, a bem dizer, abandonados, dos governadores, dos capitãis e dos colonos, cujo instinto nacional supriu, em grande parte, a carência da Metrópole, onde de todo se ia perdendo o sentido universalista da nossa missão histórica.

Foi necessário aguardar que nalguns espíritos mais nobres esmorecessem as paixões políticas para iniciar um persistente esfôrço de reeducação sistemática dos portugueses no sentido de os devolver à consciência das suas obrigações além-mar. E dentre os obreiros dessa grande obra, que abriu à Nação Portuguesa novos destinos, é de justiça destacar, em primeiro lugar, o nome de Sá da Bandeira, o primeiro estadista da nova ordem política que teve uma larga visão imperial e soube acomodar a sua acção fundamental de governante ao seu pensamento de engrandecimento ultramarino.

É, com efeito, através de Sá da Bandeira que o esfôrço antigo se prolonga e enaltece; e é do seu impulso que, na verdade, sai o primeiro delineamento do Império de África. O general da guerra civil soube procurar na meditação dos factos históricos e dos documentos quási perdidos, que poucos, além dêle, souberam ler e compreender, convicção viva do sentido atlântico da missão portuguesa. E a-pesar da África principiar então a entrar no âmbito das ambições europeias, o grande estadista e os seus discípulos em amor pela grandeza ultramarina de Portugal conseguiram organizar as condições que haviam de permitir manter e até alargar as nossas posições africanas.

Contudo as dificuldades foram cada hora mais graves; e o próprio problema da abolição da escravatura, que Sá da Bandeira teve de encarar e resolver, contribuíu para tornar ainda mais difícil o desenvolvimento da acção colonizadora.

Efectivamente, o estadista não poderia olhar apenas o aspecto humanitário ou de pura caridade cristã, que o problema apresenta. Seria necessário não esquecer que na mão de obra

escrava assentava por inteiro a exploração agrícola e comercial ultramarina. A abolição da escravatura corresponderia, por isso, a uma profunda revolução económica, contra cujos efeitos seria necessário tomar tôdas as precauções.

Acresce que o aparecimento da França, da Bélgica, da Alemanha em África, além da Inglaterra e da Holanda, que lá estavam há séculos, não podia deixar de sublinhar os riscos dos estabelecimentos portugueses.

Êsse entrechocar de cubiças provocou o tratado de Berlim, de 1884-1885, em que, naturalmente, Portugal não teria nada a lucrar, pois as posições da França, na costa da Guiné e no Congo, as da Bélgica no Congo, as da Alemanha nas duas costas, e as da Inglaterra no interior do continente, não poderiam deixar de prejudicar as velhas influências portuguesas.

Limitadas em Berlim as possessões portuguesas ao longo da costa africana, foi necessário realizar uma série de negociações, para fixar as fronteiras com os países que passaram a ser confinantes da Guiné, de Angola e de Moçambique.

Ao mesmo tempo, com o objectivo de nos integrarmos nos princípios estabelecidos na conferência de Berlim, verificou-se que não era já possível adiar por muito tempo a ocupação efectiva, tanto mais que nunca seria cedo para efectuar o velho sonho de ligar por terra Angola a Moçambique.

Ainda antes da conferência de Berlim, havia-se criado em Portugal uma opinião pública de engrandecimento ultramarino, à volta de certas instituïções como a Sociedade de Geografia de Lisboa, onde surgiu com Luciano Cordeiro um animador incomparável e graças a certos homens de Estado, como Rebêlo da Silva, Andrade Corvo, Manuel Pinheiro Chagas e Barbosa du Bocage, que haviam sabido continuar o sonho imperial de Sá da Bandeira.

Desenvolveu-se a colonização branca nos planaltos de Huila, depois da fundação de Mossâmedes (1840); e pouco antes da corrida à África das potências europeias, a organização das ex-

pedições de obras públicas, começavam a chamar ao ultramar alguns dos homens que lançariam as bases do Império Africano.

Perdera-se, é verdade, Solor, graças à incompreensão parlamentar e à crise financeira. Mas quando se lançava alguma idéia tendente a alienar qualquer parcela do território nacional além-mar, ou mesmo alguma zona de influência, logo o país reagia com vivacidade, a-pesar do cepticismo de muitos homens superiores mas de cultura estrangeira, a quem sòmente a experiência viria a conciliar com a missão maior de Portugal no mundo, — a sua acção colonizadora.

Ao mesmo tempo, continuavam os esforços para ligar os estabelecimentos da costa ocidental, em Angola, aos da costa oriental da África, com Serpa Pinto, Ivens, Capêlo, Silva Pôrto; desenvolvia-se a ocupação científica, com Anchieta, Welwitsch e outros; reeditavam-se as obras mais importantes que, desde o século XV, podiam esclarecer a actividade histórica ultramarina dos portugueses.

Assim, o movimento de ressurgimento ultramarino era naturalmente acompanhado por um movimento cultural do maior interêsse e que recebera igualmente o primeiro impulso de Sá da Bandeira, que não hesitara, quando foi necessário, tanto ao precisar de justificar os direitos de Portugal ao norte de Angola, como quando estudou os problemas da ocupação de Macau, em recorrer ao saber do Visconde de Santarém, exilado em Paris.

Foi, graças ao labor histórico, que então se tornou possível não perder, no juízo das arbitragens, questões tão importantes como a de Lourenço Marques e a de Bolama, que então definitivamente foram reconhecidos a Portugal.

Mas ao mesmo tempo, em razão da falta de continuïdade governativa, foi possível negociar simultâneamente os limites de Angola e Moçambique com os territórios reservados à França, Alemanha e Inglaterra. Por um êrro grave de visão

apressaram-se as negociações com a França, cedendo-lhe algumas das mais antigas posições na Guiné, e com a Alemanha, cedendo-lhe um largo trôço de território ao sul de Angola, deixando sem contrapartida de outros interêsses, que ocasionalmente se ligassem aos nossos, as negociações.

Pretendia-se então conseguir que a França e a Alemanha abandonassem, e pùblicamente o declarassem, quaisquer pretensões aos sertões encravados entre Angola e Moçambique, tendo-se preparado o mapa que reünia, dessa forma, as duas províncias ultramarinas de costa a costa. Simplesmente, era a Inglaterra que, havia alguns anos, depois que se estabelecera no Cabo, pretendia insinuar-se, por intermédio de companhias organizadas com tal objectivo, entre Angola e Moçambique. E, precisamente, durante algum tempo fôra o receio de conflitos com a Alemanha o que detivera ou perturbara o caminho da Inglaterra pelos sertões para o norte. E o govêrno inglês chegou a oferecer a Portugal, no receio de complicações mais largas, um corredor, cuja limitação não pôde, ao que parece, determinar-se, e que não foi então aceito pelo govêrno português, que aspirava de-certo a muito mais.

Quando, porém, se procurava, com expedições que partiram de Angola para Moçambique e vice-versa, obter a submissão das populações do sertão, uma nota inglêsa, — o «Ultimatum» de 11 de Janeiro de 1890, — obrigava o govêrno português a abandonar o projecto tradicional, aceitando as imposições inglêsas e entabolando negociações que terminaram pelo Tratado de 28 de Maio de 1891, em que assentaram as fronteiras tanto de Angola como de Moçambique.

El-Rei D. Carlos fôra aclamado não havia um ano, quando surgiu o conflito com a Inglaterra. Faltava-lhe então a experiência necessária para ocorrência tão grave, mesmo que as inconstâncias de governos partidários próprios do regime parlamentar lhe admitissem intervenções efectivas, úteis e oportunas.

Mas não tardaria que, realmente, a grande inteligência do Rei viesse a aproveitar os poucos direitos de intervenção, que lhe restavam, para renovar a aliança inglêsa, por um lado; e, pelo outro, para animar as campanhas da ocupação em todo o Império.

O NOVO IMPÉRIO

DEFINIDOS os limites do Império, depois da crise de 1890, que fôra seguida e acompanhada de uma gravíssima crise financeira e política, começou-se a ocupação efectiva e procurou-se, por todos os meios, organizar a nacionalização e fomento industrial e agrícola das províncias ultramarinas.

Portugal, como nas melhores horas da sua história, encontrou um escol de homens extraordinários, que, em tôrno de António Enes e Mousinho de Albuquerque, em Moçambique; de Artur de Paiva, Couceiro, João de Almeida e Roçadas, em Angola; de Celestino da Silva e, depois, de Filomeno da Câmara, em Timor; de Teixeira Pinto, na Guiné, não só efectuaram a ocupação mas lançaram os fundamentos da administração ultramarina.

Disciplinaram-se os indígenas e deu-se um grande passo no caminho da assimilação, liquidando os últimos focos de insurreição; desenvolveu-se a acção missionária, reaparecendo, com o antigo ardor apostólico, os Jesuítas na Zambézia e, no resto de Moçambique, os Franciscanos; os Padres do Espírito Santo em Angola, e, em tôdas as províncias ultramarinas, conforme as possibilidades, as irmãs franciscanas Hospitaleiras e Missionárias de Maria; — e a actvidade dos missionários católicos, regulares e seculares, fazia frente à acção desnacionalizadora

das missões protestantes, que sempre foram adversas ao domínio português.

Por outro lado, iniciaram-se ou desenvolveram-se os estudos de ocupação científica; e, quando não era possível encontrá-los nacionais, contratavam-se técnicos estrangeiros. Procedeu-se então à abertura de caminhos de ferro que não sòmente ligassem a costa, tanto em Angola como em Moçambique, aos sertões, com o fim de servirem não apenas os territórios nacionais, mas também os territórios estrangeiros limítrofes, que têm em certos portos portugueses, como Lobito para o Congo Belga, Lourenço Marques para o Transval, a Beira para as Rodésias e a Niassalanda, os escoadouros naturais dos seus produtos.

Simultâneamente, lançaram-se as primeiras linhas telegráficas e telefónicas entre as principais localidades, como já se haviam ligado a Lisboa, por cabos submarinos, tôdas as colónias africanas; e principiou-se o apetrechamento dos grandes portos.

É evidente que as perturbações políticas dos últimos anos do reinado de El-Rei D. Carlos, a morte dêste grande Rei, vítima do seu amor à grandeza da Pátria e da sua compreensão das necessidades do país, por ódio dos partidos, que se degladiavam pelos motivos mais mesquinhos; e, finalmente, a mudança do regime e o período de guerra civil em que se entrou, são acontecimentos que não podiam deixar de ressentir-se na vida ultramarina.

Então se voltaram a desenvolver no segrêdo das chancelarias estrangeiras os planos de esbulho do Império Colonial Português, à espreita da ocasião em que os apêrtos da situação financeira nos obrigasse a empenhar as nossas posições ultramarinas. E contudo, a-pesar disso, a actividade além-mar continuava, a-pesar da carência e da desordem do Estado — tão natural é a vocação colonizadora dos portugueses.

Desajudado muita vez, o colono conservava as qualidades admiráveis de resistência ao clima e às dificuldades, submisso, humilde, trabalhador e devotado, como foi sempre. E insi-

nuando-se pelos sertões, mercadejando com os indígenas, cavando fazendas, picando estradas, nacionalizava a terra a que amorosamente se prendera e chamara amorosamente o indígena à colaboração na obra de ocupação integral do Império.

A Guerra de 1914-1918 obrigou à defesa das duas colónias de Angola, primeiro, e depois de Moçambique, levando, simultâneamente, à ocupação administrativa e militar mais perfeita, ampliando-se a rêde das estradas e fomentando-se a riqueza agrícola. Animadas por influências e apoios estrangeiros, algumas populações indígenas procuravam então revoltar-se, mas não tardou que fôssem perfeitamente dominadas, e a ocupação tornou-se definitiva, o sossêgo perfeito e mais segura a incorporação das raças de todo o Império.

E a-pesar da confusão com que também se fêz a intervenção portuguesa nessa guerra, a verdade é que os sacrifícios então realizados não foram de todo inúteis, porque então se arredaram ou liquidaram as cobiças estrangeiras, que insistiam em despojar Portugal do seu Império.

Mas a desordem da administração metropolitana reflectia-se, até como exemplo, no ultramar. Iniciaram-se, a-pesar disso, e realizaram-se grandes obras, como o apetrechamento do pôrto de Lourenço Marques e a construção do pôrto do Lobito, desenvolveu-se a rêde das estradas, dos caminhos de ferro, dos telégrafos, e das escolas.

Todavia, não houve o cuidado, já que o domínio era efectivo, de estabelecer planos gerais de fomento e de estudar as necessidades e as possibilidades das colónias, especialmente das duas grandes colónias africanas para que não fôssem quasi inúteis muitos sacrifícios, se efectuasse o essencial em vez de supérfluo e se levassem, ao menos, a cabo, para se não arruïnarem antes do tempo, as obras começadas.

É verdade que, em alguns aspectos, o sectarismo de partido cedera perante os mais altos interêsses do Império e, assim, voltaram à África, para colaborar na colonização portuguesa

como sempre acontecera desde o século XV, os missionários católicos, que haviam sido afastados ou esquecidos depois de 1910.

Entretanto, a desordem da administração, a falta de unidade de govêrno e de continuïdade provocara uma crise financeira gravíssima, que abrangia quási tôdas as colónias, especialmente as colónias de fundamento na agricultura. A economia geral, por outro lado, era também precária e estava à mercê de uma descida brusca das cotações dos géneros coloniais.

Essa crise veio; mas nesse momento, iniciava-se já a Revolução Nacional e um govêrno forte tinha tôdas as condições para impor os sacrifícios necessários e estudar as soluções mais urgentes, como base para o Ressurgimento.

O primeiro Ministro das Colónias da Revolução — o primeiro que teve tempo para estudar um plano de govêrno e buscou aplicá-lo,—era um sobrevivente das campanhas da ocupação dos últimos anos do século passado, o Comandante João Belo. O seu esfôrço, porém, teve de cingir-se a emendar êrros velhos, retomar iniciativas perdidas, animar a actividade dos colonos, dos administradores e dos missionários, — sempre com muito saber e a experiência adquirida em muitos anos de vida no Ultramar.

A orientação superior que deveria animar a administração ultramarina da Revolução Nacional, foi Salazar quem a definiu com o *Acto Colonial* na sua breve mas fecunda passagem pelo Ministério das Colónias.

O sentido da unidade e colaboração imperiais, que estão na raiz da actividade de Portugal desde os seus primeiros ensaios de colonização, restaurou-se com o diploma renovador de Salazar, que assim reconduziu o País à consciência dos seus destinos e proclamou a acção de colonizar como essencial da Nação Portuguesa.

Foi nêste espírito, — pois o *Acto Colonial* se integrou na Constituïção Política, — que passou a orientar-se a adminis-

tração colonial portuguesa, com o Prof. Armindo Monteiro, que publicou a *Carta Orgânica das Colónias* e a *Reforma Administrativa Ultramarina*, e impôs no Ultramar os processos de trabalho que na Metrópole haviam dado excelentes resultados.

É evidente que não poderia impôr-se a nova ordem administrativa e política sem alguns sobressaltos. Foi preciso realizar um esfôrço de disciplina e de adaptação que só o patriotismo dos colonos, a compreensão dos administradores, e a atenção cuidadosa da administração central fez possível.

Os sacrifícios que então se exigiram em especial na administração financeira, e que a crise económica mundial tornou ainda mais pesados, não foram inúteis. Permitiram a obra de fomento planejada e executada pelo Ministro Francisco Machado, que soube alargar vigorosamente a obra encetada, num sentido de colaboração e de unidade cada vez mais seguro, — a caminho do Ressurgimento.

A par dessas realizações, porém, o Ministro Francisco Machado pôde adaptar com êxito às colónias a organização corporativa, que orienta e disciplina a produção e a distribuïção, e desenvolver a consciência colonizadora dos portugueses com uma obra de cultura larga, ao mesmo tempo, e profunda, e, por tanto aspecto, incomparável, — que pode sintetizar-se recordando a exposição Histórica da Ocupação no século XIX, cujos métodos de evocação erudita e artística puderam ser mais tarde aproveitados e seguidos, e a actividade editorial extraordinária de que é lícito esperar os maiores frutos.

A assinatura do Acôrdo Missionário com a Santa Sé, negociado e assinado por Salazar, e a publicação por Francisco Machado do Estatuto Missionário, reintegram definitivamente Portugal no caminho elevado da sua acção além-mar, como povo evangelizador. A Nação encontrou de novo, finalmente, reconciliada com o Estado, a sua missão criadora de Civilização. E Portugal volta a ser Império!